

REPERTÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA:
POSIÇÕES DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DIPLOMÁTICO

Eugênio Vargas Garcia

Patrícia Wagner Chiarello

Camilo Licks Rostand Prates

Henri Yves Pinal Carrières

Christiana Lamazière (estagiária)

Filipe Nasser (estagiário)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Ministério das Relações Exteriores
Secretaria de Planejamento Diplomático
Esplanada dos Ministérios
Palácio Itamaraty, 2º andar
Brasília – DF
CEP 70170-900
Telefones: (5561) 3411-6105/6106/8029
Fax: (5561) 3411-6993
E-mail: spd@mre.gov.br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DIPLOMÁTICO

REPERTÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA:
POSIÇÕES DO BRASIL



BRASÍLIA, 2007

Copyright © Ministério das Relações Exteriores

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático.
Repertório de política externa: posições do Brasil. - Brasília : Fundação Alexandre de
Gusmão, 2007.

583 p.

ISBN 978-85-7631-086-0

1. Brasil - Relações exteriores. I. Fundação Alexandre de Gusmão. I. Título.

CDU 327 (81)

Projeto gráfico e diagramação:
Cláudia Capella e Paulo Pedersolli

Direitos de publicação reservados à

Ministério das Relações Exteriores
Secretaria de Planejamento Diplomático
Esplanada dos Ministérios
Palácio Itamaraty, 2º andar
Brasília – DF
CEP 70170-900
Telefones: (5561) 3411-6105/6106/8029
Fax: (5561) 3411-6993
E-mail: spd@mre.gov.br

Impresso no Brasil 2007

SUMÁRIO:

Nota explicativa	13
Princípios e diretrizes de política externa	15
Política internacional – Geral	27
América do Sul	37
<i>Integração sul-americana – Geral</i>	<i>39</i>
<i>Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) e</i>	
<i>União de Nações Sul-Americanas (Unasul)</i>	<i>43</i>
<i>Infra-estrutura e energia</i>	<i>45</i>
<i>Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)</i>	<i>47</i>
<i>Argentina</i>	<i>49</i>
<i>Malhinas</i>	<i>51</i>
<i>Paraguai</i>	<i>52</i>
<i>Uruguai</i>	<i>53</i>
<i>Venezuela</i>	<i>54</i>
<i>Bolívia</i>	<i>57</i>
Mercosul	61
<i>Parlamento do Mercosul</i>	<i>68</i>
<i>Tratamento das assimetrias</i>	<i>70</i>
<i>Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul</i>	
<i>(FOCEM)</i>	<i>70</i>
<i>Paraguai</i>	<i>71</i>
<i>Uruguai</i>	<i>71</i>

América Central, Caribe e México	73
<i>Haiti</i>	78
<i>Cuba</i>	80
<i>México</i>	82
América do Norte	85
<i>Estados Unidos</i>	87
<i>Canadá</i>	90
Foros regionais multilaterais	93
<i>Organização dos Estados Americanos (OEA)</i>	95
<i>Segurança hemisférica</i>	96
<i>Democracia</i>	98
<i>Direitos Humanos</i>	99
<i>Grupo do Rio</i>	100
<i>Conferência Ibero-americana</i>	102
Europa	105
<i>União Européia</i>	107
<i>Cúpula América Latina e Caribe – União Européia (ALC-UE)</i>	110
<i>Relações bilaterais / Parcerias estratégicas</i>	111
<i>Alemanha</i>	111
<i>Espanha</i>	113
<i>França</i>	115
<i>Itália</i>	117
<i>Portugal</i>	118
<i>Reino Unido</i>	119
<i>Rússia</i>	120

<i>Países escandinavos</i>	123
Ásia	125
<i>Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste</i> <i>(FOCALAL)</i>	127
<i>China</i>	128
<i>Taiwan</i>	132
<i>Índia</i>	133
<i>Japão</i>	137
<i>Timor Leste</i>	139
<i>Ásia Central</i>	140
<i>Afganistão</i>	140
<i>Cazaquistão</i>	141
<i>República da Coreia</i>	142
<i>República Popular Democrática da Coreia (RPDC)</i>	143
<i>Oceania</i>	144
<i>Austrália</i>	144
<i>Nova Zelândia</i>	145
Fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)	147
África	155
<i>África – Geral</i>	157
<i>Cúpula África-América do Sul (AFRAS)</i>	160
<i>União Africana</i>	161
<i>África do Sul</i>	162
<i>Nigéria</i>	163
<i>Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)</i>	164

<i>Angola</i>	166
<i>Moçambique</i>	167
<i>Guiné-Bissau</i>	168
<i>Marrocos</i>	168
<i>Saara Ocidental</i>	169
<i>Argélia</i>	170
<i>Sudão – Darfur</i>	171
Oriente Médio	173
<i>Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA)</i>	176
<i>Questão palestina</i>	178
<i>Israel</i>	180
<i>Líbano</i>	182
<i>Irã</i>	186
<i>Iraque</i>	187
Nações Unidas	191
<i>Reforma da ONU – Geral</i>	193
<i>Assembleia Geral</i>	194
<i>Conselho de Segurança</i>	195
<i>G-4</i>	199
<i>Operações de paz / Missão das Nações Unidas para a</i>	
<i>Estabilização do Haiti (MINUSTAH)</i>	202
<i>Conselho Económico e Social (ECOSOC)</i>	205
<i>Comissão de Construção da Paz</i>	207
<i>Refugiados</i>	208
<i>Tribunal Penal Internacional</i>	210

Comércio internacional	211
<i>Organização Mundial do Comércio (OMC) – Geral.....</i>	<i>213</i>
<i>Solução de controvérsias na OMC</i>	<i>216</i>
<i>Rodada Doha</i>	<i>218</i>
<i>G-20.....</i>	<i>221</i>
<i>UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e</i>	
<i>Desenvolvimento).....</i>	<i>224</i>
Finanças internacionais e organizações econômicas	227
<i>Banco Mundial.....</i>	<i>229</i>
<i>Fundo Monetário Internacional (FMI)</i>	<i>230</i>
<i>Banco Interamericano de Desenvolvimento</i>	<i>231</i>
<i>Propriedade intelectual – Organização Mundial da Propriedade</i>	
<i>Intelectual (OMPI)</i>	<i>232</i>
<i>G-8.....</i>	<i>233</i>
Negociações comerciais.....	237
<i>Mercosul – Comunidade Andina (CAN)</i>	<i>241</i>
<i>Mercosul – União Européia</i>	<i>243</i>
<i>Mercosul – Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)</i>	<i>244</i>
<i>Mercosul – Associação de Nações do Sudeste Asiático</i>	
<i>(ASEAN).....</i>	<i>245</i>
<i>Mercosul – Índia.....</i>	<i>245</i>
<i>Mercosul – União Aduaneira da África Austral (SACU)-Índia.....</i>	<i>246</i>
<i>Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)</i>	<i>247</i>
Energia	251
<i>Biocombustíveis</i>	<i>253</i>

Meio ambiente	257
<i>Mudança do clima</i>	<i>261</i>
<i>Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)</i>	<i>265</i>
<i>Protocolo de Montreal</i>	<i>266</i>
<i>Florestas tropicais – Amazônia</i>	<i>267</i>
<i>Diversidade biológica</i>	<i>269</i>
<i>Comissão Internacional da Baleia</i>	<i>271</i>
<i>Antártida</i>	<i>272</i>
Combate à fome e à pobreza	275
<i>Mecanismos inovadores</i>	<i>280</i>
<i>Organização das Nações Unidas para Agricultura e</i> <i>Alimentação (FAO)</i>	<i>281</i>
Direitos humanos e temas sociais	283
<i>Conselho de Direitos Humanos (CDH)</i>	<i>285</i>
<i>Comitê contra a Tortura</i>	<i>288</i>
<i>Comissão Nacional para Difusão e Implementação do Direito</i> <i>Humanitário</i>	<i>289</i>
<i>Combate ao racismo e à discriminação</i>	<i>290</i>
<i>Metas de Desenvolvimento do Milênio</i>	<i>292</i>
<i>Mulher</i>	<i>292</i>
<i>Saúde</i>	<i>293</i>
<i>Organização Internacional do Trabalho (OIT)</i>	<i>296</i>
Desarmamento, não-proliferação e segurança	299
<i>Desarmamento – Geral</i>	<i>301</i>
<i>Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP)</i>	<i>304</i>

<i>Protocolo Adicional da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)</i>	307
<i>Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe (OPANAL)</i>	307
<i>Terrorismo</i>	308
<i>Tríplice Fronteira</i>	309
<i>Ilícitos transnacionais</i>	310
Temas culturais	313
<i>Diplomacia cultural – Geral</i>	315
<i>Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)</i>	318
Cooperação técnica, científica e tecnológica	321
<i>Cooperação espacial</i>	326
Assistência a brasileiros no exterior	329



NOTA EXPLICATIVA

Este Repertório tem como objetivo apresentar um panorama das diretrizes da política externa brasileira em relação a uma ampla variedade de temas. A projeção do País no cenário mundial faz com que sua agenda diplomática se torne a cada dia mais complexa. Por isso, constitui verdadeiro desafio o acompanhamento sistemático e constante das posições defendidas pelo Brasil no plano internacional. O Repertório foi concebido para auxiliar nessa tarefa.

Todas as fontes utilizadas na elaboração deste volume são documentos públicos e oficiais: discursos, comunicados conjuntos, notas à imprensa, artigos, entrevistas de altas autoridades, entre outros. Esta compilação não é exaustiva nem pretende cobrir a totalidade dos assuntos que fazem parte do trabalho diário do Ministério das Relações Exteriores. O propósito que serviu de base à organização deste Repertório foi consolidar informações úteis e proporcionar ao público interessado, dentro ou fora do Itamaraty, uma visão de conjunto das principais posições assumidas pela diplomacia brasileira nos últimos anos.

Brasília, 11 de dezembro de 2007



PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DE POLÍTICA EXTERNA



PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DE POLÍTICA EXTERNA

Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.

Discurso do Presidente Lula na Sessão de Posse no Congresso Nacional. Brasília, 1º de janeiro de 2003

* * *

O povo brasileiro deu uma grande demonstração de auto-estima ao manifestar sua crença na capacidade de mudar criativamente a realidade. Temos que levar esta postura de ativismo responsável e confiante ao plano das relações externas. Não fugiremos de um protagonismo engajado, sempre que for necessário para a defesa do interesse nacional e dos valores que nos inspiram. (...) Nossa política externa não pode estar confinada a uma única região, nem pode ficar restrita a uma única dimensão. O Brasil pode e deve contribuir para a construção de uma ordem mundial pacífica e solidária, fundada no Direito e nos princípios

do multilateralismo, consciente do seu peso demográfico, territorial, econômico e cultural, e de ser uma grande democracia em processo de transformação social.

Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 1º de janeiro de 2003

* * *

Nossa política externa está firmemente orientada pela busca da paz, da solução negociada dos conflitos internacionais e pela defesa intransigente dos nossos interesses nacionais. A paz não é só um objetivo moral. É, também, um imperativo de racionalidade. Por isso, defendemos que as controvérsias sejam solucionadas por vias pacíficas e sob a égide das Nações Unidas. É necessário admitir que, muitas vezes, a pobreza, a fome e a miséria são o caldo de cultura onde se desenvolvem o fanatismo e a intolerância. A preservação dos interesses nacionais não é incompatível com a cooperação e a solidariedade. Nosso projeto nacional não é xenófobo e, sim, universalista.

Discurso do Presidente Lula no XXXIII Fórum Econômico Mundial. Davos, 26 de janeiro de 2003

* * *

O Brasil tem-se esforçado para praticar com coerência os princípios que defende. O novo relacionamento que estamos estabelecendo com os vizinhos do continente sul-americano baseia-se no respeito mútuo, na amizade e na cooperação. (...) O diálogo democrático é o mais eficaz de todos os instrumentos de mudança. A mesma determinação que meus companheiros e eu estamos empregando para tornar a sociedade brasileira mais justa e humana, empregarei na busca de parcerias internacionais com

vistas a um desenvolvimento equânime e a um mundo pacífico, tolerante e solidário.

Discurso do Presidente Lula na LVIII Assembléia Geral das Nações Unidas. Nova York, 23 de setembro de 2003

* * *

A crescente aproximação e a consolidação das relações do Brasil com a [sua] região requerem que as situações de instabilidade em países do continente mereçam um acompanhamento mais atento por parte do Governo brasileiro, orientado pelo princípio da não-intervenção, mas também por uma atitude de “não-indiferença”.

Discurso do Presidente Lula na conferência “Política Externa Brasileira no século XXI e o papel da parceria estratégica sino-brasileira”, na Universidade de Pequim. Pequim, 25 de maio de 2004

* * *

Estamos aprendendo que o desenvolvimento e a justiça social devem ser buscados com determinação e abertura ao diálogo. Os episódios de instabilidade na região têm sido resolvidos com respeito às instituições. Sempre que chamado, e na medida de nossas possibilidades, o Brasil tem contribuído para a superação de crises que ameaçam a ordem constitucional e a estabilidade de países amigos. Não acreditamos na interferência em assuntos internos de outros países, mas tampouco nos refugiamos na omissão e na indiferença diante de problemas que afetam nossos vizinhos.

Discurso do Presidente Lula na LIX Assembléia Geral das Nações Unidas. Nova York, 21 de setembro de 2004

* * *

Com a posse do Presidente Lula, o Brasil imprimiu um novo tom em sua política externa: uma política voltada para a inserção soberana do país, a um tempo universal e humanista, firmemente ancorada nos interesses da nação brasileira e da integração da América do Sul.

Palestra do Ministro Celso Amorim no Seminário “A Atualidade de San Tiago Dantas”. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2004

* * *

Buscamos, nestes dois anos, redefinir o lugar do Brasil no mundo. Precisamos controlar soberanamente nosso desenvolvimento e reduzir a dependência às vulnerabilidades externas da economia, sem sucumbir às tentações de um caminho de isolamento. (...) Cumprimos a promessa de imprimir um sentido estratégico à aproximação com grandes nações emergentes como a China, Índia, Rússia e África do Sul. Juntos, nossos países desempenham papel fundamental na configuração de uma nova geografia econômica e comercial internacional. Tudo isso foi feito sem prejuízo do excelente nível de relacionamento que mantemos com nossos grandes sócios desenvolvidos: os Estados Unidos, a União Européia e o Japão.

“O Brasil no novo cenário internacional”, artigo do Presidente Lula. *El País*, 21 de janeiro de 2005

* * *

A democracia não pode ser imposta; ela nasce do diálogo. Alguns países da região têm experimentado dificuldades recorrentes em função, sobretudo, dos graves problemas econômicos e sociais, que ainda persistem em nosso continente. (...) A diplomacia brasileira pauta-se pelo princípio da não-ingêrência em assuntos internos, consagrado em nossa Carta. O

Governo do Presidente Lula tem associado a esse princípio básico uma atitude que descrevemos como de “não-indiferença”. Temos prestado nosso apoio e solidariedade ativos em situações de crise, sempre que somos solicitados e consideramos ter um papel positivo.

Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião da XXXV Assembléia Geral da OEA. Fort Lauderdale, 6 de junho de 2005

* * *

A expressão “ator global” pode provocar mal-entendidos. O primeiro é o de acreditar que o Brasil, um país com problemas sociais e sem meios importantes de projeção de poder militar no plano internacional, não poderia aspirar a ser globalmente um ator pleno. (...) O segundo equívoco é o de pensar que o Brasil, somente por possuir vasto território, abundantes recursos naturais e população numerosa, terá automaticamente papel de relevo na esfera internacional. O Brasil está, felizmente, longe dessas duas perspectivas extremas. Nossa diplomacia é experiente, bem preparada e suficientemente lúcida para não ser nem tímida nem temerária. (...) Nosso desafio é o de tentar entender, e de afirmar, como o Brasil pode colaborar para a construção de uma nova relação de forças internacional. (...) Abrir mão da idéia de uma “ação global” seria deixar o futuro ao sabor das forças de mercado, onde prolifera enorme desordem econômica e financeira, ou ao sabor de políticas de poder, dominadas por posturas unilaterais.

Discurso do Presidente Lula na abertura do Colóquio “Brasil: Ator Global”. Paris, 13 de julho de 2005

* * *

Nossa atuação diplomática é fundada na defesa de princípios, mas também na busca de resultados. Tem uma dimensão utópica sem deixar de ser

pragmática. Vivemos em um mundo difícil, em que a correlação de forças é adversa às legítimas aspirações dos países em desenvolvimento. Não podemos nos acomodar à inércia e à inação. Menos ainda à submissão pregada por alguns poucos em nome de um discutível realismo. (...) A política externa brasileira alcançou um novo nível de maturidade. Não estamos mais limitados por fronteiras imaginárias ou fórmulas prontas. Estamos explorando oportunidades de diálogo, cooperação e negócios, onde quer que elas existam. Desenvolvemos parcerias diversificadas e relações mais equilibradas com todas as regiões do mundo. Na melhor tradição de nossa diplomacia, temos feito isso sem confrontações estereis e valorizando sempre as relações indispensáveis com parceiros tradicionais do mundo industrializado.

Discurso do Presidente Lula na cerimônia de formatura da Turma “Celso Furtado” do Instituto Rio Branco. Brasília, 1º de setembro de 2005

* * *

A diplomacia brasileira vive momento de grande dinamismo, conforme as prioridades do Governo do Presidente Lula: ampliar a geografia das relações externas do Brasil, atualizando o conteúdo de nossa vocação universalista; e adotar uma postura firme e ativa nas negociações multilaterais, inclusive regionais, com vistas a assegurar um espaço regulatório internacional justo e equilibrado. Subjacente a essas prioridades está o imperativo de preservar a nossa capacidade soberana de definir o modelo de desenvolvimento que desejamos para o País.

“A política externa do governo Lula: dois anos”, artigo do Ministro Celso Amorim. Revista *Plenarium*, 25 de novembro de 2005

* * *

A relação Sul-Sul não apenas é possível como necessária. O Sul não é um conjunto amorfo de países subdesenvolvidos e dependentes que nada têm a oferecer senão matérias-primas para os países ricos. (...) Juntos podemos ser mais fortes e não apenas aumentar o nosso comércio, mas participar com mais força dos foros econômicos e políticos em que se discutem as grandes questões de interesse da humanidade, como a OMC e a ONU. (...) Agora, uma relação mais intensa, mais criativa e mais forte entre os países do Sul não implica esvaziar as relações com os países desenvolvidos, que são também importantes para todos nós. Vamos fazer como os desenvolvidos: aproveitar todas as oportunidades e fazer da nossa união a nossa força.

Entrevista coletiva concedida pelo Presidente Lula a órgãos de imprensa da Argélia. Argel, 7 de fevereiro de 2006

* * *

O Brasil tem credibilidade internacional porque não teme lutar por seus direitos e porque acredita que suas opções não estão pré-determinadas. A política externa de um país vai além de sua circunstância; é precisamente um espaço de superação de condicionamentos. Ativos de valor intangível e elementos simbólicos não são fatores desprezíveis nas relações internacionais. Uma determinada atitude política pode fazer a diferença.

Discurso do Ministro Celso Amorim na cerimônia de entrega da Medalha Tiradentes da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 3 de abril de 2006

* * *

Há uma diferença entre os princípios do relacionamento internacional e a definição de política externa. As grandes linhas estão na Constituição. Política muda em vários momentos. O Itamaraty sempre teve uma boa noção da

defesa do interesse nacional. É uma burocracia, no sentido weberiano da palavra, muito bem formada.

**Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim.
Revista *Carta Capital*, 15 de maio de 2006**

* * *

Política externa não se faz somente com os olhos postos em objetivos de curto prazo. Para um país com a dimensão do Brasil e com [sua] variedade de interesses e necessidades, a política externa tem que ser necessariamente ambiciosa e não perder de vista as metas essenciais, que são as mesmas de nossa política interna: garantir o bem-estar da população, com desenvolvimento econômico e social para todos.

**Entrevista concedida pelo Presidente Lula ao jornal
Expresso. Lisboa, 27 de julho de 2006**

* * *

O fortalecimento de nosso sistema democrático dará nova qualidade à presença do Brasil na cena mundial. Nossa política externa, motivo de orgulho pelos excelentes resultados que trouxe para a nação, foi marcada por uma clara opção pelo multilateralismo, necessário para lograr um mundo de paz e de solidariedade. Essa opção nos permitiu manter excelentes relações políticas, econômicas e comerciais com as grandes potências mundiais e, ao mesmo tempo, priorizar os laços com o Sul do mundo.

**Discurso de posse do Presidente Lula na cerimônia de
Compromisso Constitucional perante o Congresso
Nacional. Brasília, 1º de janeiro de 2007**

* * *

O Brasil pode contribuir para a preservação da paz, para o desenvolvimento econômico e social, para a construção da democracia na esfera internacional, de tal forma que cada sociedade, observados os preceitos fundamentais de autodeterminação e não-intervenção inscritos na Carta da ONU, possa prosseguir em sua evolução histórica. Um mundo melhor será aquele em que as promessas de desarmamento se realizem; em que os preceitos do Direito Internacional sejam obedecidos pelas grandes potências; em que as diferenças econômicas entre os Estados se reduzam; em que o meio ambiente seja preservado; em que os direitos humanos, políticos, econômicos e sociais sejam respeitados; em que a pobreza e a miséria sejam abolidas; em que cada indivíduo possa desenvolver todo o seu potencial. Com esses objetivos, o Presidente Lula e o ministro Celso Amorim têm defendido a democratização das instâncias internacionais de decisão, como o Conselho de Segurança da ONU e o G-8.

**Entrevista concedida pelo Secretário-Geral das
Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, ao
jornal *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 26 de fevereiro de
2007**

* * *

A agenda rica e diversificada do encontro [entre os Presidentes Lula e George W. Bush] reflete uma parceria madura, sem renúncia aos respectivos pontos de vista mas também sem ressentimentos ou cobranças. Esse resultado não foi obtido por uma suposta “correção de rumos” da política externa. A diplomacia brasileira não alterou sua postura nem foram mudadas as prioridades definidas pelo Presidente Lula desde o primeiro dia de seu Governo. É exatamente por possuir uma política externa soberana e universalista, reconhecida interna e externamente, que o Brasil se faz respeitar tanto pelos países em desenvolvimento quanto pelos desenvolvidos. Eis a grande lição de Camp David.

**“Brasil e EUA: o sentido de uma visita”, artigo do
Ministro Celso Amorim no jornal *Folha de S. Paulo*. São
Paulo, 8 de abril de 2007**

* * *

Queremos uma política externa que seja a cara deste Brasil. O Brasil democrático que estamos construindo, que seja mais do que uma forma de projeção nossa no mundo, que seja, também, um elemento consubstancial de nosso projeto nacional de desenvolvimento. (...) Temos que ocupar o lugar que nos cabe no mundo, na defesa dos interesses nacionais. É preciso engajamento e altivez, mas também respeito pelos outros países, sejam eles pequenos ou grandes, ricos ou pobres.

**Discurso do Presidente Lula na cerimônia de formatura
da turma 2004-2006 do Instituto Rio Branco. Brasília, 2
de maio de 2007**

* * *

A agenda diplomática tem-se tornado a cada dia mais complexa. Temas como as negociações comerciais multilaterais, os direitos humanos, o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, o combate à fome e à pobreza, entre outros, afetam cada vez mais a vida do cidadão. É fundamental, portanto, que a política externa esteja sintonizada com os anseios da sociedade. O diálogo com os movimentos sociais, a imprensa, o Congresso Nacional e as unidades da Federação contribui para tornar a ação do Ministério das Relações Exteriores mais representativa das aspirações nacionais.

**Orientação Estratégica do Ministério das Relações
Exteriores, Plano Plurianual 2008-2011. Brasília, 4 de
maio de 2007**

POLÍTICA INTERNACIONAL – GERAL



POLÍTICA INTERNACIONAL – GERAL

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado. Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais. As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. (...) Enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional.

Discurso do Presidente Lula na Sessão de Posse no Congresso Nacional. Brasília, 1º de janeiro de 2003

* * *

Como disse o Presidente Lula, precisamos traduzir, de forma persistente, nossos interesses e valores em pontos da agenda internacional. O cenário em que teremos de realizar essa tarefa é complexo e nem sempre amistoso. (...) Apesar das muitas promessas, os mercados dos países desenvolvidos continuam fechados a grande parte dos nossos produtos. Práticas comerciais predatórias dos países ricos nos privam dos benefícios de nossa competitividade. No plano político, conflitos que se supunha estarem em vias de solução recrudesceram, alimentados pela intolerância e o fanatismo. Atores terroristas de indescritível barbárie provocam reações e suscitam posturas que têm o potencial de afetar os princípios do multilateralismo.

O risco de guerra volta a pairar sobre o mundo. Tudo isso se reflete em crises econômicas, financeiras e políticas, que tendem a ser mais graves nos países pobres.

Discurso do Embaixador Celso Amorim por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 1º de janeiro de 2003

* * *

A construção de uma nova ordem econômica internacional, mais justa e democrática, não é somente um ato de generosidade, mas, também, e principalmente, uma atitude de inteligência política. Mais de dez anos após a derrubada do Muro de Berlim, ainda persistem “muros” que separam os que comem dos famintos, os que têm trabalho dos desempregados, os que moram dignamente dos que vivem na rua ou em miseráveis favelas, os que têm acesso à educação e ao acervo cultural da humanidade dos que vivem mergulhados no analfabetismo e na mais absoluta alienação. É necessário, também, uma nova ética. Não basta que os valores do humanismo sejam proclamados, é preciso que eles prevaleçam nas relações entre os países e os povos.

Discurso do Presidente Lula no XXXIII Fórum Econômico Mundial. Davos, 26 de janeiro de 2003

* * *

A História nos confronta com sérias responsabilidades na reorganização das relações internacionais. O momento exige diálogo, diplomacia, negociação, liderança política, moral e até mesmo espiritual, como disse o Presidente [Lula] em sua carta ao Papa. (...) Nossa aspiração por paz e solidariedade passa necessariamente por uma atenção detida para as carências dos menos favorecidos.

**“A diplomacia do Governo Lula”, conferência do
Ministro Celso Amorim no Instituto Rio Branco.
Brasília, 10 de abril de 2003**

* * *

O multilateralismo representa, no plano das relações internacionais, um avanço comparável ao da democracia em termos nacionais. Valorizá-lo é obrigação de toda nação comprometida com o progresso da civilização, independentemente de sua dimensão econômica e de seu peso político e militar.

**Discurso do Presidente Lula no diálogo ampliado da
Cúpula do G-8. Evian, 1º de junho de 2003**

* * *

É preciso que lutemos por um sistema internacional mais justo. É preciso que cobremos mais sensibilidade para a situação dos carentes, processos decisórios mais democráticos, regimes comerciais mais equitativos, maior respeito pelo Direito Internacional. Ao fazê-lo, estaremos defendendo nossos próprios interesses e um mundo mais propício à paz e ao desenvolvimento.

**Discurso do Presidente Lula em almoço oferecido aos
formandos do Instituto Rio Branco. Brasília, 18 de
setembro de 2003**

* * *

O aperfeiçoamento do sistema multilateral é a contraparte necessária do convívio democrático no interior das Nações. Toda nação comprometida com a democracia, no plano interno, deve zelar para que, também no plano externo, os processos decisórios sejam transparentes, legítimos,

representativos. As tragédias do Iraque e do Oriente Médio só encontrarão solução num quadro multilateral, em que a ONU tenha um papel central. (...) Este século, tão promissor do ponto de vista tecnológico e material, não pode cair em processo de regressão política e espiritual. Temos a obrigação de construir, sob a liderança fortalecida das Nações Unidas, um ambiente internacional de paz e concórdia. A verdadeira paz brotará da democracia, do respeito ao direito internacional, do desmantelamento dos arsenais mortíferos e, sobretudo, da erradicação definitiva da fome.

Discurso do Presidente Lula na LVIII Assembléia Geral das Nações Unidas. Nova York, 23 de setembro de 2003

* * *

É preciso distinguir entre, de uma parte, um intervencionismo humanitário de custos humanos e materiais potencialmente elevados e questionável efeito estabilizador – e, de outra parte, a noção de responsabilidade coletiva no plano humanitário – com a qual nos identificamos plenamente. Cumpre, assim, fomentar a capacidade dos Estados de prover assistência, em um ambiente de cooperação internacional, e não de imposição pela força.

“O Brasil e os novos conceitos globais e hemisféricos de segurança”, artigo do Ministro Celso Amorim apresentado no ciclo de debates sobre atualização do pensamento brasileiro em matéria de defesa e segurança, organizado pelo Ministério da Defesa. Itaipava, 11 e 12 de outubro de 2003

* * *

Manifestamos a nossa convicção de que, em um contexto mundial caracterizado pela aceleração de um processo de globalização que tem ampliado o horizonte das possibilidades humanas, mas que, paralelamente,

tem gerado inéditas modalidades de concentração econômica, nossas nações devem definir seu futuro no âmbito de uma agenda que responda às necessidades, possibilidades e desafios que singularizam nossos países no início de século XXI. Comprometemo-nos a instrumentar políticas públicas que alicersem o crescimento sustentável e a distribuição equitativa de seus benefícios, propiciando ordenamentos tributários e fiscais mais justos.

Consenso de Buenos Aires, assinado pelos Presidentes Lula e Néstor Kirchner. Buenos Aires, 16 de outubro de 2003

* * *

Passada a ilusão de que o fim da Guerra Fria traria uma era de crescente paz e desenvolvimento, somos forçados a constatar que vivemos um momento de grande instabilidade. Assistimos à exacerbação de conflitos étnico-religiosos, tragédias humanitárias, o recrudescimento do terrorismo, a expansão do crime organizado transnacional. (...) No plano político-estratégico, causam preocupação os novos papéis na área da segurança que se auto-atribuem alianças militares de defesa coletiva, as doutrinas que confundem, de forma perigosa, noções consagradas sobre legítima defesa, soberania, integridade territorial e a autoridade do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Atravessamos uma séria crise de governança global, que exige uma reflexão coletiva sobre os mecanismos que criamos no pós-Segunda Guerra [Mundial] para promover a paz e a segurança, o bem-estar e o desenvolvimento.

Discurso do Ministro Celso Amorim no debate geral da Conferência Especial de Segurança da OEA. Cidade do México, 28 de outubro de 2003

* * *

Globalização não é sinônimo de desenvolvimento. Globalização não é um substituto para o desenvolvimento. Mas a globalização pode ser um instrumento de desenvolvimento, desde que os seus benefícios possam ser repartidos entre todos. A eliminação da fome, a redução da pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável devem ser uma preocupação de todos os países, inclusive e, sobretudo, dos mais ricos. Trata-se de um imperativo, se quisermos garantir a paz e o efetivo cumprimento dos direitos humanos.

**Discurso do Presidente Lula na abertura da XI
UNCTAD. São Paulo, 14 de junho de 2004**

* * *

Poderosa e onipresente, uma engrenagem invisível comanda à distância o novo sistema. Não raro, ela revoga decisões democráticas, desidrata a soberania dos Estados, sobrepõe-se a governos eleitos, e exige a renúncia a legítimos projetos de desenvolvimento nacional. Manteve-se a lógica que drena o mundo da escassez para irrigar o do privilégio. Nas últimas décadas, a globalização assimétrica e excludente aprofundou o legado devastador de miséria e regressão social, que explode na agenda do século XXI. (...) Só os valores do Humanismo, praticados com lucidez e determinação, podem deter a barbárie. A situação exige, dos povos e dos seus líderes, novo senso de responsabilidade individual e coletiva. Se queremos a paz, devemos construí-la. Se queremos de fato eliminar a violência, é preciso remover suas causas profundas com a mesma tenacidade com que enfrentamos os agentes do ódio.

**Discurso do Presidente Lula na LIX Assembléia Geral
das Nações Unidas. Nova York, 21 de setembro de
2004**

* * *

Um mundo plural – ou “multipolar”, como às vezes se diz – não é um desejo piedoso de diplomatas ou acadêmicos idealistas. É uma exigência dos dias que correm. A negação da pluralidade de pólos, pretensamente “realista”, reduz as relações internacionais apenas à expressão da força militar. Para afirmar a democracia no plano internacional, é preciso reconhecer que a pluralidade de visões é legítima e que há um espaço crescente a ser dado à ação diplomática. Ser democrata no plano global é acreditar que todos têm direito a ser atores, que cada ator tem suas razões e que, enfim, nem sempre a razão do mais forte é a mais forte das razões.

**Discurso do Presidente Lula na abertura do Colóquio
“Brasil: Ator Global”. Paris, 13 de julho de 2005**

* * *

Há quem diga que ser realista é aceitar o mundo como ele nos é apresentado. De nada adiantaria tentar transformá-lo. Permito-me discordar. Na política internacional, ser realista é ter coragem de defender com atitudes sérias e ações conseqüentes o interesse nacional. É não abdicar dos princípios e valores que esposamos.

**Discurso do Ministro Celso Amorim na cerimônia de
entrega da Medalha Tiradentes da Assembléia
Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro,
3 de abril de 2006**

* * *

Os atuais desafios globais nas áreas de segurança energética, educação e doenças infecciosas só podem ser devidamente enfrentados por meio de uma coordenação e cooperação internacional mais intensa. A esse respeito, reiteramos nossa proposta, apresentada em Gleneagles no ano passado,

de um novo paradigma internacional de cooperação, centrado na consecução de resultados concretos e devidamente avaliados, levando plenamente em conta as perspectivas e necessidades dos países em desenvolvimento. A crescente participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios do sistema das Nações Unidas e de outras organizações internacionais é essencial para assegurar resultados mais equilibrados e legítimos.

Documento de posição dos países em desenvolvimento participantes do Diálogo Ampliado da Cúpula do G-8: África do Sul, Brasil, China, Índia, México e República do Congo. São Petersburgo, 15-17 de julho de 2006

* * *

A luta contra a fome e a pobreza passa também pela instauração de uma ordem mundial que coloca o desenvolvimento econômico e social em primeiro plano. Soluções permanentes para a miséria só vão existir se os países mais pobres tiverem a oportunidade de progredir pelo seu próprio esforço. (...) O comércio justo, assentado em bases sólidas, consensuais, e uma OMC transparente, sensível às necessidades dos países em desenvolvimento, constituem os pilares da nova ordem mundial que defendemos. Outro pilar no campo da paz e da segurança internacional é constituído pelas Nações Unidas. O Brasil é um firme defensor das organizações multilaterais como espaço de cooperação e diálogo. Não há modo mais efetivo de aproximar os Estados, manter a paz, proteger os direitos humanos, promover o desenvolvimento sustentável e construir soluções negociadas para os problemas comuns.

Discurso do Presidente Lula na LXI Assembléia Geral das Nações Unidas. Nova York, 19 de novembro de 2006



AMÉRICA DO SUL





AMÉRICA DO SUL

INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA – GERAL

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. (...) Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país.

Discurso do Presidente Lula na Sessão de Posse, no Congresso Nacional. Brasília, 1º de janeiro de 2003

* * *

Consideramos essencial aprofundar a integração entre os países da América do Sul nos mais diversos planos. A formação de um espaço econômico unificado, com base no livre comércio e em projetos de infra-estrutura, terá repercussões positivas tanto internamente quanto no relacionamento da região com o resto do mundo. Vários de nossos vizinhos vivem situações difíceis ou mesmo de crise. O processo de mudança democrática por que o Brasil está passando com o Governo Lula pode ser elemento de inspiração

e estabilidade para toda a América do Sul. Respeitaremos zelosamente o princípio da não intervenção, da mesma forma que velaremos para que seja respeitado por outros. Mas não nos furtaremos a dar nossa contribuição para a solução de situações conflituosas, desde que convidados e quando considerarmos que poderemos ter um papel útil, tendo em conta o primado da democracia e da constitucionalidade. Uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera é um objetivo a ser perseguido não só por natural solidariedade, mas em função do nosso próprio progresso e bem-estar.

Discurso proferido pelo Ministro Celso Amorim por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 1º de janeiro de 2003

* * *

A construção de uma América do Sul democrática e próspera é prioridade da política externa de meu governo. A integração dos 12 países do continente será baseada no estabelecimento de laços cada vez mais fortes entre Governos e sociedades, no aumento dos fluxos de comércio e na busca de soluções para problemas comuns.

Discurso do Presidente Lula na conferência “Política Externa Brasileira no século XXI e o papel da parceria estratégica sino-brasileira”, na Universidade de Pequim. Pequim, 25 de maio de 2004

* * *

A integração virá. A questão é saber qual é a integração que virá. E a questão é saber se vamos nos integrar através do narcotráfico, do crime organizado, do contrabando, da guerrilha ou se nós vamos nos integrar através do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento social,

do desenvolvimento industrial, do desenvolvimento tecnológico. Acho que essa é que é a verdadeira pergunta. A pergunta não é por que a integração. A pergunta é qual será a integração. (...) Em resumo, eu queria dizer que nós vemos a integração da América do Sul como uma necessidade, mas ela é também um projeto. E é muito útil quando você pode fazer de uma necessidade um projeto. Porque aí você tem algo que realmente tem uma realidade profunda, que terá repercussão forte para as nossas populações, e que naturalmente nos ajudará muito a viver e a nos situar em um mundo que não é simples, um mundo que é hostil, muitas vezes.

Discurso do Ministro Celso Amorim durante palestra no encerramento do Curso para Diplomatas Sul-Americanos. Brasília, 25 de agosto de 2006

* * *

A integração da América do Sul é a prioridade principal. E não é a prioridade deste governo nem a minha, mas do Itamaraty como um todo, com base na realidade global. Temos que priorizar a América do Sul, porque o mundo está se unindo em blocos, e as Américas não formam um bloco. Há uma superpotência, outros países em desenvolvimento e ainda nações muito pequenas e pobres. Mas a América do Sul pode ser um bloco, que não é homogêneo, que tem suas turbulências, mas que tem condição de formar uma grande unidade com capacidade de negociar. Por isso a entrada da Venezuela no Mercosul foi tão importante. O Mercosul não é formado apenas pelo Cone Sul e pode ser um bloco de países do Caribe até a Patagônia.

Entrevista do Ministro Celso Amorim à revista *IstoÉ*, edição n.1936, 29 de novembro de 2006

* * *

Queremos uma América do Sul mais unida politicamente, mais forte e articulada no plano econômico e comercial, capaz de reduzir as assimetrias entre nossos países, mais próxima dos cidadãos e sensível à diversidade cultural do Continente. Acima de tudo, queremos uma América do Sul socialmente justa. (...) A integração sul-americana somente terá sentido quando for abraçada por todos os cidadãos e se for estendida em sua dimensão humana e solidária, contribuindo para superar os grandes flagelos do nosso continente: a pobreza e a exclusão social.

Discurso do Presidente Lula na cerimônia de abertura da II Reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). Cochabamba, Bolívia, 8 de dezembro de 2006

* * *

De acordo com a Orientação Estratégica do Governo, o fortalecimento da integração sul-americana constitui objetivo prioritário. O Brasil busca uma integração real e efetiva da América do Sul, que propicie condições para o desenvolvimento de todos os países da região. Esse compromisso tem permitido uma intensificação do diálogo político, do comércio e da cooperação entre os países sul-americanos. (...) A estabilidade e o desenvolvimento da região são condições essenciais para o Brasil. Uma política pró-integração, solidária com os parceiros sul-americanos, corresponde ao interesse nacional de longo prazo. O Brasil respeita as escolhas de seus vizinhos e não interfere no direito soberano de cada país de encontrar soluções para os problemas que enfrenta. Está, do mesmo modo, disposto a colaborar para ajudar países amigos em situações de crise política ou social, sempre que chamado e na medida de suas possibilidades.

Orientação Estratégica do Ministério das Relações Exteriores, Plano Plurianual 2008-2011. Brasília, 4 de maio de 2007

**COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES (CASA) E
UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL)**

A Comunidade Sul-Americana de Nações é muito mais do que uma construção política e jurídica, fruto de voluntarismo. Somos 350 milhões de homens e mulheres, determinados a realizar todas as potencialidades de uma região dotada de imensos recursos naturais e humanos. Uma região banhada pelo Atlântico, pelo Pacífico e pelo Caribe. Um vasto e diversificado território que se estende da Amazônia até a Terra do Fogo, que reúne as alturas dos Andes e as Planícies Patagônicas, a exuberância do Pantanal e as paisagens lunares dos desertos bolivianos e chilenos. Possuímos uma economia complexa e diversificada com um PIB superior a 1 trilhão de dólares. Temos palcos industriais competitivos e uma agricultura capaz de tornar-se o celeiro do planeta. Dispomos de três bens que serão fundamentais para o futuro da humanidade: água, alimentos e energia de múltiplas fontes. Reunimos centros de ensino e universidades que produzem considerável pesquisa científica e inovação tecnológica. (...) Temos graves problemas sociais, mas também a clara determinação de resolvê-los. Queremos fazer do nosso Continente uma região de paz, apta a resolver seus contenciosos com os instrumentos da negociação política. A América do Sul junta-se às demais grandes unidades geográficas do mundo, que dispõem, todas, de mecanismos de concertação política e econômica.

**Discurso do Presidente Lula na cerimônia de abertura
da I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-
Americana de Nações. Brasília, 29 de setembro de 2005**

* * *

Temos de fazer na América do Sul no século XXI o que a América do Norte fez no século XIX, pela integração física de nossa região, de nosso continente. Como os Estados Unidos na América do Norte, a América do Sul tem de ter capacidade de negociar no mundo. (...) E digo com toda

sinceridade, mesmo um país como o Brasil que é grande, mas em um mundo como esse o Brasil é um país pequeno. E nós sabemos disso. Por isso temos trabalhado juntos no Mercosul, por isso temos impulsionado também a Comunidade Sul-americana, porque ajudamos a criar com outras áreas que estão aqui, porque não temos capacidade de falar só. (...) Essa é nossa visão. Há um ex-Chanceler brasileiro, um homem de negócios, que dizia que o Brasil estava condenado a ser um gigante solitário nas relações internacionais. Eu não creio nisso. Eu creio que o Brasil não tem existência plena sem estar unido.

Discurso do Ministro Celso Amorim na III Reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações. Santiago, Chile, 24 de novembro de 2006

* * *

O mundo atual é cada vez mais complexo e competitivo. Não há espaço para o isolamento. Nenhum país, por maior que seja, por mais expressiva que seja a sua economia, consegue promover seus objetivos nacionais isoladamente. A construção da Comunidade Sul-Americana de Nações não é um projeto excludente. Nossa integração se dá em diferentes planos. Somos membros do Mercosul, do Tratado da Bacia do Plata e do Tratado de Cooperação Amazônia. Pertencemos ao Grupo do Rio e à ALADI. Temos afinidades históricas e estreitos vínculos econômicos com a Comunidade Andina de Nações. Somos solidários com o destino dos países centro-americanos e caribenhos. A Comunidade Sul-Americana não substitui esses esforços. Devemos valorizar os mecanismos de integração existentes, com a plena participação de todos os países sul-americanos.

Discurso do Presidente Lula na cerimônia de abertura da II Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações. Cochabamba, 8 de dezembro de 2006

INFRA-ESTRUTURA E ENERGIA

A integração da infra-estrutura física da América do Sul significa não apenas novas oportunidades de comércio e de acercamento entre nossos países. É também requisito para que o continente possa inserir-se de forma mais competitiva numa economia globalizada. Ao nos integrarmos para dentro, estamos também nos integrando com o mundo.

Discurso do Presidente Lula por ocasião do anúncio da Rodovia Interoceânica. Cusco, Peru, 8 de dezembro de 2004

* * *

A integração energética, ao lado da questão da infra-estrutura, será um dos motores da Comunidade Sul-Americana de Nações. Esses dois pilares representam, para a América do Sul, o mesmo que o carvão e o aço significaram para a integração europeia nos anos 50. (...) A integração energética sul-americana deve ter como fundamento a segurança de acesso, a justa remuneração, a preocupação com a preservação ambiental, a inclusão social e a estabilidade das relações jurídicas. (...) Nossa agenda poderia, inicialmente, incluir três metas fundamentais. Primeiro, coordenar esforços na exploração e distribuição de petróleo e gás; ampliar a interconexão elétrica entre nossos países; e aprofundar a cooperação em matéria de combustíveis renováveis, como o etanol, o biodiesel e o H-Bio.

Discurso do Presidente Lula na II Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações. Brasília, 29 de setembro de 2005

* * *

Temos (...) de fazer com que o Mercosul seja visto como um espaço econômico verdadeiramente ampliado, onde são realizados investimentos e parcerias para a consolidação de uma política industrial comum. Essas e outras iniciativas contribuirão para dar novo dinamismo econômico à região, multiplicando empregos e melhorando nossa capacidade de inserção soberana no mundo.

Discurso do Presidente Lula na XXIX Cúpula do Mercosul. Montevideu, 9 de dezembro de 2005

* * *

Devemos apoiar projetos industriais, tecnológicos e de infra-estrutura, superando nossos gargalos produtivos, para que todos se beneficiem do crescimento econômico. Para tanto, reforçaremos a cooperação regional no campo científico e tecnológico, o que já se reflete no intercâmbio crescente de estudantes entre nossos países. Os importantes avanços que estamos fazendo na coordenação de políticas energéticas abrem perspectivas promissoras. O projeto do anel energético é emblemático de nossa vontade política. Nossa cooperação nos biocombustíveis oferece um horizonte inédito, que alavanca as vantagens competitivas de nossa região.

Discurso do Presidente Lula por ocasião do encerramento da XXX Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul. Córdoba, 21 de julho de 2006

* * *

A concretização do Grande Gasoduto do Sul constitui um compromisso estratégico entre Venezuela e Brasil que representa um passo decisivo rumo à integração energética, econômica e social da América do Sul e ao fortalecimento da Comunidade Sul-americana de Nações e da iniciativa da Petrosur. O Grande Gasoduto do Sul é um projeto abrangente e aglutinador

da integração energética regional. Nas fases seguintes incluirá Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, além de outros países sul-americanos que dele desejarem fazer parte. (...) Uma vez garantida a viabilidade técnica, ambiental e econômica do projeto, decidir-se-á sobre o início de sua construção, que poderá ser concluída em quatro anos, ratificando o compromisso social nas áreas de influência do projeto. O traçado considerado deverá situar-se o mais próximo possível em áreas já tocadas pelo homem, tais como as estradas já existentes, com o objetivo de respeitar o meio ambiente.

Declaração Brasil-Venezuela sobre o primeiro trecho do Grande Gasoduto do Sul. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2007

* * *

Acordamos [os Chefes de Estado e de Governo sul-americanos] sublinhar que integração energética da Comunidade Sul-Americana de Nações deve ser utilizada como uma ferramenta importante para promover o desenvolvimento social, econômico e a erradicação da pobreza. Nesse sentido, reiteramos o compromisso com a universalização do acesso à energia como um direito cidadão.

Declaração de Margarita – Construindo a Integração Energética do Sul, documento final da Cúpula Energética Sul-Americana. Ilha de Margarita, Venezuela, 17 de abril de 2007

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA)

Como país sede e possuidor da mais extensa área de floresta amazônica, é do interesse do Brasil fortalecer a OTCA, de maneira a permitir que a Organização exerça, no plano internacional, o papel-chave que os Estados

Partes desejam atribuir-lhe na promoção de programas de cooperação para o desenvolvimento sustentável na região amazônica, assim como no aprimoramento da concertação política nos foros ambientais, em defesa dos interesses dos países amazônicos.

Nota à imprensa. “Posse da Secretária-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Rosalía Arteaga.” Brasília, 4 de maio de 2004

* * *

Temos hoje, na América do Sul, e eu diria até na América Latina, de uma maneira mais ampla, porque elas não são excludentes, um problema que não resulta da falta de instrumentos, mas da abundância deles. Temos que coordenar esses instrumentos. (...) Queria chamar atenção, como já o fizemos antes, para a importância de que os demais países da América do Sul participem, não diria como observadores, mas como associados desse Tratado de Cooperação Amazônica. Na realidade, as várias bacias hidrográficas se comunicam, os vários ecossistemas se comunicam e, logo, a participação desses países só pode ser enriquecedora. (...) Então, esses Estados da América do Sul - e eu incluo aqui também a França, por estar do nosso lado também - devem se considerar Estados praticamente associados. (...) Acho que temos que trabalhar juntos, sem perdermos, naturalmente, a especificidade, fortíssima, cultural e rica da Amazônia.

Discurso do Ministro Celso Amorim na inauguração da Sede da Secretaria Permanente da OTCA. Brasília, 11 de janeiro de 2005

* * *

O Tratado de Cooperação Amazônica instituiu o marco jurídico que orienta a cooperação entre os países amazônicos. Seus objetivos fundamentais são a

cooperação internacional e a afirmação da responsabilidade soberana dos países da região na promoção do desenvolvimento sustentável, a melhoria da qualidade de vida da população amazônica e a defesa de seu imenso patrimônio natural. Em 1998, os Estados Membros decidiram criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), dotada de uma Secretaria Permanente, que foi instalada em Brasília em 2002. Com isso, o TCA passou a contar com mecanismo institucional eficaz para acelerar os processos de integração e cooperação amazônicos. A OTCA é, também, um dos organismos regionais que dão suporte à criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

Nota à imprensa. “Cerimônia de Comemoração do Tratado de Cooperação Amazônica.” Brasília, 29 de agosto de 2005

ARGENTINA

A verdadeira sociedade que iremos construir entre Brasil e Argentina dependerá, em última análise, da capacidade que tenhamos de mobilizar corações e mentes – sobretudo dos jovens – convocando todos para construir uma grande comunidade que tem como principal trunfo a extraordinária qualidade de nossa gente. (...) Brasil e Argentina possuem potencial econômico, história, reservas intelectuais, éticas e morais para levar adiante um grande projeto de integração que preserve nossas identidades e a elas acrescente nova e luminosa dimensão.

Discurso do Presidente Lula na sessão do Parlamento da Argentina em homenagem ao Brasil. Buenos Aires, 16 de outubro de 2003

* * *

[Os Presidentes Lula e Kirchner] Resolveram estabelecer um sistema de intercâmbio de funcionários diplomáticos entre as Chancelarias de ambos

os países, com o objetivo de facilitar e agilizar o diálogo entre os dois Governos e procurar uma concertação mais intensa em diversos âmbitos de interesse convergente. Coincidiram na importância de estabelecer um mecanismo de colaboração estreita entre as Representações Diplomáticas e Consulares de ambos os países. Para tanto, os respectivos Ministérios das Relações Exteriores instruirão os Chefes de Missão acreditados junto a terceiros países para que celebrem, a cada dois meses, reuniões de coordenação e intercâmbio de opiniões e informação. (...) Concordaram em instituir o “Dia da Amizade Argentino-Brasileira” em 30 de novembro de cada ano, em comemoração ao encontro que mantiveram nessa data, em 1985, em Foz do Iguaçu, os Senhores Presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney, ocasião da assinatura da “Declaração de Iguaçu”, que deu origem ao processo de integração regional.

Ata de Copacabana, assinada pelos Presidentes Lula e Néstor Kirchner. Rio de Janeiro, 16 de março de 2004

* * *

A relação entre o Brasil e a Argentina é imprescindível para que, nesta parte do mundo, o sonho de um futuro economicamente próspero e socialmente justo se torne realidade tangível para todos. Se conseguirmos fortalecer ainda mais essa relação, não apenas teremos alcançado um propósito que corresponde a nossos interesses nacionais mas teremos, também, dado uma valiosa contribuição à consolidação do Mercosul e à aceleração do processo de integração sul-americana.

“O dia 30 de novembro e a amizade Brasil e Argentina”, artigo do Ministro Celso Amorim e do Chanceler Rafael Bielsa, da Argentina, no jornal *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 30 de novembro de 2005

* * *

O Brasil quer como sócia uma Argentina forte e confiante, guiada pela criatividade de sua gente e pela reconhecida vocação manufatureira e capacidade técnica de sua indústria. Por meio de cadeias produtivas binacionais, estamos forjando laços de integração centrados na inovação tecnológica e nos ganhos de competitividade. Queremos a parceria da Argentina na abertura de novas fronteiras de comércio exterior, atraindo investimentos e internacionalizando nossas empresas. (...) Mais do que ninguém a Argentina precisa recuperar a capacidade produtiva que já teve no nosso continente e, quanto mais forte for a Argentina, mais forte será o Brasil; quanto mais forte for o Brasil, mais forte será a Argentina; e quanto mais fortes forem Argentina e Brasil, mais forte será o Uruguai, mais forte será o Paraguai, mais forte será a Bolívia e mais forte será toda a América do Sul.

Discurso do Presidente Lula na cerimônia de assinatura de atos e declaração à imprensa, por ocasião da celebração dos 20 anos da aproximação entre Brasil e Argentina promovida pelos Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín. Puerto Iguazú, 30 de novembro de 2005

MALVINAS

Reafirmamos [os Presidentes do Grupo do Rio] nosso respaldo aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania relativa à questão das Ilhas Malvinas. Da mesma forma, recordamos o interesse regional em que a prolongada disputa de soberania entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre os referidos territórios alcance uma pronta solução, de conformidade com as resoluções e declarações das Nações Unidas e da OEA.

Comunicado Conjunto dos Presidentes do Grupo do Rio sobre as Ilhas Malvinas. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 2004

PARAGUAI

No que se refere a nossas relações com o Paraguai, há muito pouco que se possa dizer sem cair no lugar comum. Mas não é demais recordar que o Paraguai é sem dúvida para nós um sócio íntimo e aliado especial. Aí está a Itaipu Binacional, marco inicial de nosso processo de integração; aí estão os trabalhadores brasileiros que se estabeleceram na região da fronteira comum e que, trabalhando ombro a ombro com nossos irmãos paraguaio, conseguiram transformar boa parte do campo paraguaio numa das mais promissoras áreas agrícolas da América do Sul. Ao mesmo tempo que somos gratos ao povo paraguaio pela hospitalidade fraterna concedida aos brasileiros, que aqui trabalham com determinação pela prosperidade deste país, concedemos a mais alta prioridade à assistência, por meio de nossa rede diplomática e consular, a nossos compatriotas aqui residentes, em especial aos de condição social mais humilde.

**Discurso do Ministro Celso Amorim na sessão solene
do Centro Paraguaio de Estudos Internacionais.
Assunção, 7 de abril de 2003**

* * *

A relação com o Paraguai é especialmente estratégica. Bastaria citar duas coisas (...): Itaipu, nosso projeto comum (vem de outra era, mas está aí), que responde por 25% da eletricidade consumida no Brasil; e os 400 mil brasileiros no Paraguai – a segunda comunidade de brasileiros fora do Brasil. Isso, somente, serviria para demonstrar que a relação entre Brasil e Paraguai tem que ser estratégica. Mas, mais do que isso, sabemos também – muitas vezes digo isso inclusive no Brasil – que o Brasil frequentemente se viu como um país menor do que realmente é – e em todos os sentidos. Ambicionava pouco no plano global e, por outro lado, não assumia a responsabilidade que tem como o maior país, como a maior economia no plano regional, para com seus sócios, que são economias menores.

Palavras iniciais do Ministro Celso Amorim em conferência de imprensa conjunta com o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Embaixador Rúbén Ramírez. Assunção, 23 de novembro de 2006

URUGUAI

Queremos que a aliança entre o Brasil e o Uruguai, uma aliança histórica, esteja mais do que nunca fundada na defesa intransigente da democracia, na proteção dos direitos humanos, na busca do crescimento sustentado, no compromisso de combater a fome e a pobreza e na integração de nosso continente. Com esses princípios em mente, estamos decididos a dar uma nova qualidade às relações entre o Brasil e o Uruguai. (...) Não tenho dúvidas de que o Brasil e o Uruguai, daqui por diante, atuarão de forma cada vez mais coordenada nos foros internacionais, e aproveito a ocasião para saudar o ingresso do Uruguai no G-20, garantindo que o Mercosul se apresente com voz única nas negociações comerciais multilaterais. (...) Nossos países desfrutem de elevado grau de convergência em temas de mais alta relevância.

Discurso do Presidente Lula na cerimônia de assinatura de atos por ocasião da visita de Estado do Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez. Brasília, 1º de abril de 2005

* * *

Política internacional é sempre uma via de duas mãos, é preciso que a gente venda, mas, sobretudo, é preciso que a gente compre. O comércio exterior importante não é aquele em que um país tem uma grande vantagem na balança comercial contra o outro, ou aquele em que o país é altamente desenvolvido e o outro não é altamente desenvolvido. (...) o Brasil tem que assumir a sua responsabilidade de maior economia do Mercosul e, portanto,

o Brasil, sem fazer nenhum favor, precisa criar as condições para que o comércio seja o mais equilibrado possível e para que o desenvolvimento também seja o mais equilibrado possível. (...) Se nós quisermos vender ônibus ao Uruguai é preciso criar condições para que uma parcela, uma partícula desses ônibus seja produzida aqui no Uruguai. Se nós queremos criar TV digital junto com o Uruguai é preciso que parte desse processo se dê com a participação uruguaia. Se nós quisermos fazer com que o biodiesel se transforme numa matriz energética na área de combustível é preciso partilharmos isso com os nossos irmãos uruguaios. Se nós quisermos que o Uruguai participe do Mercosul, Paraguai, Venezuela, Bolívia e todos os países em igualdade de condições, nós precisamos fazer com que os nossos empresários também compreendam que eles precisam fazer parcerias, sobretudo naqueles setores em que nós precisamos dinamizar os nossos conhecimentos tecnológicos, para que tenha sentido os blocos que estão sendo criados no mundo.

Discurso do Presidente Lula durante assinatura de atos por ocasião de visita ao Uruguai. Estância de Anchorena, Uruguai, 26 de fevereiro de 2007

VENEZUELA

O Grupo de Amigos [do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela] ressalta o progresso obtido com a assinatura, em 18 de fevereiro de 2003, de uma “Declaração contra a Violência, pela Paz e a Democracia na Venezuela”, pelo Governo e a oposição. (...) O Grupo preocupa-se com a ocorrência de quaisquer fatos ou atitudes que possam ter influência negativa no processo de criação de confiança entre o Governo venezuelano e a oposição e reitera chamamento para que moderem a retórica e evitem recriminações mútuas. O Grupo continuará trabalhando para encorajar o Governo da Venezuela e a oposição a persistirem no caminho do entendimento, a fim de assegurar uma solução pacífica, democrática, constitucional e eleitoral.

Nota à imprensa. “Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela”. Brasília, 28 de fevereiro de 2003

* * *

O Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, integrado por Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, México e Portugal, manifesta sua grande satisfação com a conclusão do Acordo entre a representação do Governo da República Bolivariana da Venezuela e as forças políticas e sociais que o apóiam e as organizações políticas e da sociedade civil que conformam a Coordenadora Democrática, no âmbito da Mesa de Negociação e Acordos. O Grupo de Amigos ressalta a relevância de tal Acordo para o fortalecimento de um clima de paz e entendimento na Venezuela e a promoção de ambiente de confiança que contribua para consolidar o convívio democrático entre os venezuelanos. (...) Os países integrantes do Grupo de Amigos reiteram sua firme disposição em continuar prestando o apoio e a colaboração que lhes sejam solicitados no contexto da implementação do Acordo.

Nota à imprensa. “Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela sobre o Acordo entre o Governo e a Coordenadora Democrática”. Brasília, 27 de maio de 2003

* * *

Nossa aliança estratégica está solidamente apoiada em três pilares: diálogo político, ampliação do comércio de bens e serviços e integração da infraestrutura. Acabamos de definir objetivos ambiciosos em todos esses campos. Quero ressaltar a enorme importância da nossa associação no setor energético. O que a Petrobras e a PDVSA podem fazer juntas no Brasil, na Venezuela e em terceiros países, é de um potencial inestimável.

Estamos estabelecendo parceria nas áreas de exploração, refino, transporte e comercialização. Vamos trabalhar conjuntamente para produzir combustíveis renováveis, como o biodiesel e o etanol. Vamos também explorar a fundo a complementaridade dos nossos sistemas de geração de energia hidrelétrica. (...) Temos também planos significativos para o setor aeronáutico e uma plataforma de cooperação na área militar. Trataremos de cooperar não apenas na vigilância e defesa da Amazônia e de seus recursos, mas também no desenvolvimento conjunto em ciência e tecnologia.

**Discurso do Presidente Lula na cerimônia de assinatura
de atos de cooperação entre Brasil e Venezuela.
Caracas, 14 de fevereiro de 2005**

* * *

Brasil e Venezuela entendem que seu objetivo comum fundamental é a redução e eliminação da pobreza que aflige a milhares de seus cidadãos e que constitui o maior obstáculo ao fortalecimento e prosperidade de nossas nações. Com o objetivo de superá-lo, ambos os Governos se comprometeram a implementar uma estratégia, um plano e um programa conjunto orientados a satisfazer as necessidades vitais da população, tais como alimentação adequada, saúde, educação, habitação e acesso aos bens culturais. (...) Extensas fronteiras comuns, valiosos recursos energéticos, potencialidades humanas que ao longo da história se expressaram no âmbito científico, do pensamento econômico, social e político, uma rica criação cultural, vastas extensões territoriais cortadas por importantes rios, recursos naturais, extensos mares que se abrem para as comunicações, climas estáveis, e todo um somatório de possibilidades para a prosperidade de nossos povos. Esta é a nossa Grande Pátria. De maneira contrastante, esse impressionante potencial físico e humano serve hoje como pano de fundo para a pobreza que afeta nossos povos. Esse é o principal desafio para nossas nações e para suas lideranças. A maneira de enfrentá-lo com êxito é

integrar nossas forças para superar e vencer essas carências no caminho em direção à união e à prosperidade.

Comunicado Conjunto sobre a implementação de Aliança Estratégica entre Brasil e Venezuela. Caracas, 14 de fevereiro de 2005

* * *

A adesão da Venezuela ao Tratado de Assunção é mais do que um voto de confiança na força de nosso projeto comum. A expansão de nosso bloco até o Caribe reforçará a percepção de que o Mercosul é uma realidade continental, ajudará a visualizar o Mercosul como a espinha dorsal da integração da América do Sul. Queremos também que a presença da Venezuela no Mercosul contribua ao processo em curso, de formação da Comunidade Sul-Americana de Nações, que valorizamos especialmente. (...) Do ponto de vista brasileiro, o ingresso da Venezuela ao Mercosul se soma à Aliança Estratégica Venezuela-Brasil, ao excepcional crescimento de nossas nações nos campos de comércio, do investimento, e também referente à nossa cooperação energética. Nos fóruns internacionais, como as Nações Unidas e a OMC, somamos nossas vozes para ajudar a modificar as regras e procedimentos que não respondem aos interesses de nossa região.

Discurso do Presidente Lula na cerimônia de assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela como membro pleno do Mercosul. Caracas, 4 de julho de 2006

BOLÍVIA

O Brasil confere prioridade às relações com a Bolívia, país com o qual mantém sua mais extensa fronteira. Revelam essa prioridade a frequência de encontros entre autoridades dos dois países. Será formalizado, durante a

visita [do Presidente Lula], o cancelamento da dívida boliviana para com o Brasil. (...) A agenda da visita inclui também, entre outros assuntos, o financiamento para obras de integração física, acesso recíproco a portos e aeroportos, melhoria das condições das populações das cidades fronteiriças e regularização de situação migratória. O Governo brasileiro tem realizado esforços no sentido de aprofundar o relacionamento com a Bolívia na área energética. Pretende-se implementar projeto de construção de um pólo gás-químico na região fronteiriça, próximo às cidades de Corumbá e Puerto Suárez, e projeto de cooperação tecnológica na área de gás natural, que prevê a instalação de um Centro de Tecnologias do Gás na Bolívia. (...) A visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Santa Cruz de la Sierra reflete, assim, o interesse do Governo brasileiro em manter com a Bolívia uma relação de parceria privilegiada, fundada em sólido processo de integração física e energética.

**Nota à imprensa. “Visita de Trabalho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Santa Cruz de la Sierra, Bolívia”.
Brasília, 7 de julho de 2004**

* * *

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu hoje (13/01), no Palácio do Planalto, o Presidente eleito da Bolívia, Evo Morales, que veio ao Brasil cumprindo um ciclo de visitas a vários países do mundo. Durante a reunião, foram aprofundados temas da agenda bilateral, tais como comércio, cooperação em temas agrícolas, infra-estrutura, expansão dos investimentos e desenvolvimento de programas sociais. Na ocasião, o Presidente Lula reiterou o empenho do Governo brasileiro em aprofundar as relações com a Bolívia. O fornecimento de gás ao Brasil foi destacado como estratégico na parceria entre os dois países, por se tratar de importante elemento para a matriz energética brasileira e para o desenvolvimento da Bolívia. O Presidente Lula ressaltou a disposição do Governo brasileiro em consolidar essa relação, de maneira a fortalecer a industrialização da Bolívia e transformar o gás em instrumento de geração de empregos e

redução das desigualdades sociais em ambos os países. (...) O Presidente Lula reiterou também a Evo Morales a intenção de que haja um estreitamento nas relações de cooperação entre a Bolívia e o Mercosul.

Nota à imprensa do Palácio do Planalto. “Presidente Lula e Evo Morales reiteram parceria entre Brasil e Bolívia”. Brasília, 13 de janeiro de 2006

* * *

O gasoduto Bolívia-Brasil está em funcionamento há sete anos, como resultado de negociações empreendidas por sucessivos governos há mais de cinquenta anos. A decisão do Governo boliviano de nacionalizar as riquezas de seu subsolo e controlar sua industrialização, transporte e comercialização, é reconhecida pelo Brasil como ato inerente à sua soberania. O Brasil, como manda a sua Constituição, exerce pleno controle sobre as riquezas de seu próprio subsolo. O Governo brasileiro agirá com firmeza e tranquilidade em todos os foros, no sentido de preservar os interesses da Petrobras e levará adiante as negociações necessárias para garantir o relacionamento equilibrado e mutuamente proveitoso para os dois países. O Governo brasileiro esclarece, finalmente, que o abastecimento de gás natural para seu mercado está assegurado pela vontade política de ambos os países, conforme reiterou o Presidente Evo Morales em conversa telefônica com o Presidente Lula e, igualmente, por dispositivos contratuais amparados no Direito Internacional. Na mesma ocasião, foi esclarecido que o tema do preço do gás será resolvido por meio de negociações bilaterais. Os Presidentes deverão encontrar-se nos próximos dias para aprofundar questões do relacionamento Bolívia e Brasil e da segurança energética da América do Sul.

Nota à imprensa do Palácio do Planalto. Brasília, 2 de maio de 2006

* * *

Se quisermos que a Bolívia entre no Mercosul, e certamente entrará no Mercosul, é preciso que tenhamos consciência de que precisamos ajudar a Bolívia, precisamos trabalhar projetos conjuntos, precisamos trabalhar o desenvolvimento (...).

Discurso do Presidente Lula na sessão de constituição do Parlamento do Mercosul. Brasília, 14 de setembro de 2006

* * *

Bolívia e Brasil avançam juntos na busca de um modelo de desenvolvimento com mais democracia, justiça, igualdade e progresso para todos, sobretudo para os excluídos. Nessa caminhada, o povo boliviano tem, e sempre terá, do Brasil a solidariedade e o apoio para que encontre seu próprio destino. Em um relacionamento tão intenso, nem sempre nossos pontos de vista coincidem e nem todas as prioridades e soluções são as mesmas. Mas essas diferenças são pequenas se compararmos com aquilo que nos une. Temos um grande potencial de iniciativas comuns a ser explorado.

Declaração à imprensa do Presidente Lula por ocasião da visita de Estado do Presidente da Bolívia, Evo Morales. Brasília, 15 de fevereiro de 2007



MERCOSUL





MERCOSUL

O fortalecimento do Mercosul, uma prioridade em si mesma e alicerce do projeto de integração da América do Sul, deve se refletir também em uma ação coordenada do bloco nas negociações com parceiros de fora da região. Na OMC, o Mercosul tem apresentado propostas conjuntas em grupos negociadores como o de agricultura e serviços. Seus quatro integrantes fazem parte do Grupo de Cairns, que reúne exportadores agrícolas competitivos do mundo desenvolvido e em desenvolvimento e lideram o movimento por liberalização e eliminação de distorções em agricultura. Além de testemunho do vigor democrático no âmbito do bloco, os recentes processos eleitorais em Argentina e Paraguai podem ser considerados auspiciosos para o projeto de consolidação da união aduaneira e constituição do mercado comum, na medida em que os novos mandatários estão dando demonstrações de compromisso com o Mercosul. O Brasil está preparado para fazer sua parte, impedindo que o burocrático se sobreponha ao político neste processo, e, como a maior economia do Mercosul, apoiando grandes investimentos de empresas brasileiras na região com vistas à articulação de uma política industrial regional. Ao mesmo tempo, nos parece fundamental a preservação de um nível adequado de coordenação entre os membros do bloco nas negociações da ALCA (...).

**Palestra do Ministro Celso Amorim proferida pelo
Ministro de Estado, interino, Samuel Pinheiro
Guimarães, por ocasião do XV Fórum Nacional. Rio de
Janeiro, 21 de maio de 2003**

* * *

Temos que fazer um Mercosul democrático, participativo. É esse Mercosul que nossas populações querem. É esse Mercosul que defendemos em nossas campanhas eleitorais. Daremos importância à construção de instituições comuns, de políticas sociais articuladas, de parcerias na área educacional e cultural dentro do bloco, para que possa florescer uma verdadeira identidade dos cidadãos de nossos países com o Mercosul. (...) O Mercosul está no centro da estratégia brasileira de inserção no mundo.

Discurso do Presidente Lula na XXIV Cúpula do Mercosul. Assunção, 18 de junho de 2003

* * *

Sempre apostamos no Mercosul. Entendemos que seu êxito implica a realização plena de sua vocação de união aduaneira. Mas o Mercosul deve constituir-se em espaço de articulação de políticas industriais, agrícolas, de ciência e tecnologia, que assuma também uma dimensão social, e que garanta a livre circulação de pessoas. Devemos propiciar uma profunda integração de nossas universidades e instituições científicas e estimular contatos culturais entre nossos povos. Devemos perseguir a articulação de nossos sistemas produtivos.

Discurso do Presidente Lula na sessão do Parlamento da Argentina em homenagem ao Brasil. Buenos Aires, 16 de outubro de 2003

* * *

Ratificamos nossa profunda convicção de que o Mercosul não é somente um bloco comercial, mas, ao contrário, constitui um espaço catalisador de valores, tradições e futuro compartilhado. Dessa forma, nossos Governos estão trabalhando para fortalecê-lo através do aperfeiçoamento de suas instituições nos aspectos comerciais e políticos e da incorporação

de novos países. Entendemos que a integração regional constitui uma opção estratégica para fortalecer a inserção de nossos países no mundo, aumentando a sua capacidade de negociação. Uma maior autonomia de decisão nos permitirá enfrentar de maneira mais eficaz os movimentos desestabilizadores do capital financeiro especulativo, bem como os interesses contrapostos dos blocos mais desenvolvidos, amplificando nossa voz nos diversos foros e organismos multilaterais. Nesse sentido, destacamos que a integração sul-americana deve ser promovida no interesse de todos, tendo por objetivo a conformação de um modelo de desenvolvimento no qual se associem o crescimento, a justiça social e a dignidade dos cidadãos.

**Consenso de Buenos Aires, assinado pelos Presidentes
Lula e Néstor Kirchner. Buenos Aires, 16 de outubro de
2003**

* * *

O Mercosul não pode reduzir-se apenas a uma zona de livre comércio ou mesmo a uma união aduaneira. Ele tem a vocação de ser um efetivo espaço de integração econômica, política, cultural e de construção de uma nova e ampliada cidadania.

**Discurso do Presidente Lula na abertura do
Colóquio “Brasil: ator global”. Paris, 13 de julho de
2005**

* * *

As dificuldades conjunturais são inerentes a todo projeto inovador, como o da integração da América do Sul, e em especial o Mercosul. Elas devem servir de estímulo à nossa criatividade e inteligência política.

Discurso do Presidente Lula na cerimônia de Assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela como Membro-pleno do Mercosul. Caracas, 4 de julho de 2006

* * *

Os Ministros da Fazenda dos Estados Partes e Associados do Mercosul reafirmaram (...) o compromisso de seus respectivos países com a busca de denominadores comuns nas áreas econômica, financeira e social rumo a consolidação, aprofundamento e expansão do Mercosul. (...) Reconheceram a particular importância de iniciativas conjuntas para a consolidação de estratégias financeiras no bloco, inclusive na coordenação e/ou aproveitamento do uso de organismos de financiamento ao desenvolvimento multilaterais, regionais e nacionais, cuja atuação permita potencializar a complementaridade das cadeias produtivas regionais e o desenvolvimento de projetos de infra-estrutura conexos, em prol da eficiência econômica da região, melhorando, inclusive, o nível de desenvolvimento das respectivas economias. Reafirmaram (...) a confiança no Mercosul como instrumento indutor do crescimento econômico sustentável com distribuição de renda e de fortalecimento das instituições democráticas regionais.

Comunicado Conjunto dos Ministros presentes na Reunião de Ministros da Fazenda dos Estados Partes e Associados do Mercosul. Rio de Janeiro, 1º de setembro de 2006

* * *

O diálogo político incluirá, entre outras, as seguintes questões: análise dos problemas relacionados com a defesa da democracia e dos direitos humanos, paz e estabilidade internacionais, prevenção de conflitos, promoção da segurança internacional, desarmamento e não-proliferação

de armas de destruição em massa, cooperação na luta contra o terrorismo, narcotráfico e crimes conexos, lavagem de dinheiro e outras formas de crime transnacional organizado, fortalecimento do multilateralismo, em particular no âmbito do Sistema das Nações Unidas, desenvolvimento social, inclusão social, coesão e eliminação da pobreza e cooperação em matéria científico-técnica.

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre os Estados Partes e Estados Associados do Mercosul e a Federação da Rússia. Brasília, 15 de dezembro de 2006

* * *

O Mercosul surgiu da convicção de que no mundo complexo e desigual em que vivíamos e vivemos era fundamental que países como os nossos se associassem para enfrentar as dificuldades impostas por uma globalização assimétrica do ponto de vista econômico, político e social. As razões que estiveram presentes na origem de nossa associação persistem e talvez sejam hoje muito mais evidentes. Nossa união é necessária, nem os mais fortes dentre nós serão capazes de resolver sozinhos as contradições em que estão mergulhados nossos países. Nossa articulação é fundamental para promover o desenvolvimento com trabalho decente, justiça e inclusão social.

Discurso do Presidente Lula na abertura da XXXII Cúpula do Mercosul. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2007

* * *

O Rio de Janeiro abrigou, há dias, uma das mais importantes reuniões de cúpula do Mercosul. A presença de 11 chefes de governo da América do

Sul demonstrou claramente a prioridade atribuída por todos à integração. Foram tomadas decisões relevantes para o aprofundamento e a ampliação do Mercosul. Criamos o Instituto Social e o Instituto de Formação. Aprovamos os primeiros 11 projetos no âmbito do Fundo para a Convergência Estrutural (Focem), no valor de aproximadamente US\$ 70 milhões. A maioria desses projetos beneficiará o Uruguai e o Paraguai, contribuindo para o tratamento das assimetrias entre os países membros. (...) A ativa participação dos Ministros da Economia deu impulso às discussões sobre coordenação de políticas macroeconômicas e fortalecimento dos mecanismos regionais de financiamento. O aporte significativo feito pelo BNDES à CAF ampliará o número de projetos voltados para a integração física sul-americana, com benefícios diretos para o comércio - que tem aumentado de forma espetacular nos últimos anos. Com a instalação de seu Parlamento, em dezembro, e a realização da Cúpula Social, o Mercosul deixou de ser iniciativa restrita a governos e burocracias, dando passo decisivo para colocar-se cada vez mais a serviço dos povos.

**“Rumo à integração da América do Sul”. Artigo do
Ministro Celso Amorim na revista *Istoé*, 29 de janeiro
de 2007**

PARLAMENTO DO MERCOSUL

A criação deste Parlamento é uma iniciativa, talvez das mais relevantes, para realizar essa aproximação [do Mercosul]. Representa um marco histórico em nosso bloco. Aprofunda a dimensão política da integração. Contribui para a consolidação de uma cidadania regional, na medida em que enraíza o Mercosul em nossas sociedades. Reforça, assim, a identidade comum de nossa associação. (...) O Parlamento contribui, e muito, para a formação de um espaço comum que expresse o pluralismo político e a diversidade cultural da região. Consolida a democracia representativa e a

legitimidade social de nossos esforços de integração. Sabemos que o Parlamento do Mercosul não terá, pelo menos inicialmente, função legislativa. Não vai se sobrepor aos Congressos Nacionais de cada Estado Parte. Mas terá papel decisivo para fazer avançar a harmonização das legislações nacionais em diversas áreas. E, quando for necessária aprovação legislativa, tornará mais ágil a incorporação das normas do Mercosul aos ordenamentos jurídicos internos. Servirá de laboratório político importante para avançarmos futuramente no plano da supranacionalidade, seguindo as grandes experiências de integração em curso no mundo.

Discurso do Presidente Lula na sessão de constituição do Parlamento do Mercosul. Brasília, 14 de dezembro de 2006

* * *

A instalação do Parlamento do Mercosul, no dia 14 de dezembro último, inaugurou nova etapa na história institucional do Bloco. Ao refletir o pluralismo e a diversidade dos nossos povos, o Parlamento contribuirá para tornar o processo de integração mais legítimo e democrático. Consolidará uma cidadania regional, aproximando as instituições comunitárias dos nossos povos.

Discurso do Presidente Lula na abertura XXXII Cúpula do Mercosul. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2007

* * *

O Parlamento [do Mercosul] aumentará a segurança jurídica do processo [de integração] e contribuirá, com suas propostas, com seus debates, para a consolidação e aperfeiçoamento do nosso bloco, em sintonia com as aspirações da sociedade. O Parlamento do Mercosul é uma realidade em evolução. Em 2010, elegeremos seus membros segundo o conceito de

representação cidadã, por critérios a serem definidos de forma simultânea e pelo sufrágio universal direto em todos os Estados-membros. O Brasil (...) continuará fazendo tudo o que estiver a seu alcance para colaborar no aperfeiçoamento de todas as instâncias do Mercosul. Já temos um Tribunal Permanente de Revisão (Olivos). Temos o CMC e seus múltiplos órgãos, na instância executiva. Criamos a figura do Presidente da Comissão de Representantes Permanentes, com a qual o Mercosul passou a “ter uma cara”. Criamos agora o Parlamento. O Brasil continuará a trabalhar pelo fortalecimento das instituições que permitirão ao Mercosul tornar-se uma realidade cada vez mais presente no mundo e, sobretudo, cada vez mais palpável para os nossos povos.

Discurso do Ministro Celso Amorim na Sessão Inaugural do Parlamento do Mercosul. Montevidéu, 7 de maio de 2007

TRATAMENTO DAS ASSIMETRIAS

Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM)

Contabilizados os avanços, pode-se afirmar, com tranquilidade, que a recente reunião de Ouro Preto marcou um importante momento para a consolidação do Mercosul. Houve progressos significativos nas áreas econômico-comercial e político-social, no campo institucional e no relacionamento externo. (...) A iniciativa de criar o Fundo para a Convergência Estrutural permitirá, por sua vez, o financiamento de projetos, o desenvolvimento da competitividade e a promoção da coesão social, em particular nas regiões mais deprimidas do bloco. O Fundo poderá ser também empregado para apoiar o fortalecimento da estrutura institucional do Mercosul e do processo de integração em geral. (...) Eventuais diferenças, decorrentes de assimetrias entre suas economias, continuarão a ser tratadas

dentro do mesmo espírito que nos tem inspirado até aqui e que pode ser resumido na seguinte frase: a solução para os problemas do Mercosul deve ser buscada em mais Mercosul.

Artigo do Ministro Celso Amorim, “De Ouro Preto a Ouro Preto”, jornal *O Estado de São Paulo*, 28 de dezembro de 2004

Paraguai

Celebraram [os Presidentes de Brasil e Paraguai] a assinatura do Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e do Investimento entre ambos os países, no âmbito do Programa brasileiro de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), iniciativa que foi reconhecida por seu impacto positivo na agenda econômica bilateral. Tendo presentes as assimetrias existentes nas relações comerciais entre o Brasil e o Paraguai, manifestaram sua expectativa de que as atividades do Grupo de Trabalho, a ser criado ao abrigo desse instrumento, contribuam para ampliar o acesso das exportações paraguais ao Brasil, promover os produtos paraguaios no mercado brasileiro, bem como estimular os investimentos brasileiros no Paraguai.

Declaração Conjunta da Visita do Presidente Lula ao Paraguai. Assunção, 21 de maio de 2007

Uruguai

Reafirmaram [os Presidente de Brasil e Uruguai] seu compromisso com o aprofundamento da integração produtiva no Mercosul e com a aplicação de mecanismos eficientes para superar as assimetrias. Nesse contexto, tomaram nota com satisfação dos resultados da I Reunião do Grupo de Trabalho “Ad Hoc” constituído no nível de Vice-Ministros para discutir a

matéria, realizada em Assunção no dia 7 de fevereiro. Sublinharam, à luz do que dispõe o art. 3º da Decisão CMC 34/06, a importância de que os Estados Partes apresentem, com a brevidade possível, propostas concretas que possam embasar a elaboração das “Diretrizes para um Plano para a Superação das Assimetrias no Mercosul” (...). (...) O Governo brasileiro reiterou sua proposta de flexibilização das regras de origem em favor das economias menores do Mercosul.

Comunicado Conjunto da Visita do Presidente Lula ao Uruguai. Montevideú, 26 de fevereiro de 2007

AMÉRICA CENTRAL, CARIBE E MÉXICO



AMÉRICA CENTRAL, CARIBE E MÉXICO

Penso ter chegado a hora de estabelecer uma sólida parceria entre o Brasil e os países do Caribe. (...) Estamos maduros para uma aliança que realize nosso potencial de cooperação na luta por um mundo mais justo e solidário. O Brasil é como o Caribe, uma terra de muitas culturas. Temos a segunda maior população de origem africana do mundo, somente menor que a Nigéria. Temos orgulho de haver acolhido, como o Caribe, grande número de imigrantes europeus e asiáticos. A miscigenação e a convivência harmônica marcam nossas identidades. (...) O Brasil está disposto a avançar com ousadia, flexibilidade e generosidade para aprofundar essa associação. Vamos estimular negócios e projetos de cooperação que vão além da relação comercial. Fomentaremos a circulação de bens e serviços e buscaremos uma maior concertação inter-regional em todos os níveis.

Discurso do Presidente Lula na sessão de abertura da XVI Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (Caricom). Paramaribo, Suriname, 16 de fevereiro de 2005

* * *

O uso crescente de biocombustíveis será uma contribuição inestimável para a geração de renda, inclusão social e redução da pobreza em muitos países pobres do mundo. Queremos ver as biomassas gerarem desenvolvimento sustentável, sobretudo na América do Sul, na América Central, no Caribe e na África.

Declaração à imprensa do Presidente Lula após visita à Transpetro com o Presidente dos Estados

Unidos, George W. Bush. Guarulhos, SP, 9 de março de 2007

* * *

Em Davos, no começo do ano, eu disse que o Brasil havia feito uma opção pela América do Sul. Uma opção que se estende também para toda a América Latina e Caribe. Estou convencido de que nossa região está cada vez mais preparada para enfrentar os desafios da globalização. Temos consciência de que o destino de nossos países está cada vez mais interligado.

Discurso do Presidente Lula por ocasião da sessão de encerramento do Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina. Santiago, 26 de abril de 2007

* * *

Para além da América do Sul, o Brasil deseja estreitar relações com a Comunidade do Caribe (Caricom), os países do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e o México. A vocação universalista da política externa brasileira se reflete no interesse do Governo brasileiro em intensificar os contatos e manter um relacionamento maduro e mutuamente proveitoso com os países de todas as regiões. Assim, o Brasil está empenhado em diversificar parcerias e aproximar-se do mundo em desenvolvimento. Além de promover o contato direto e aproximar países com visões e interesses comuns, a cooperação Sul-Sul tem significado mais amplo: ajuda a construir uma nova geografia mundial, não excludente, genuinamente global.

Orientação Estratégica do Ministério das Relações Exteriores, Plano Plurianual 2008-2011. Brasília, 4 de maio de 2007

* * *

Dizia ao Presidente Calderón: olhemos o mapa da América Latina e vamos perceber que por mais estreito que seja o nosso mapa nesta região e na região do Panamá, Deus, na sua onipotência, ligou os continentes, foram os homens que dividiram o continente. E portanto, agora, os homens que governam o mundo, no século XXI, precisam pensar diferente dos homens que governaram no século XIX e no século XX. Afinal de contas, não temos mais a política de colonização do século XIX, não temos mais a guerras frias do século XX. E, a duras penas, com sacrifícios, com vítimas, nós conquistamos a liberdade. É preciso agora transformar essas palavras mágicas “liberdade e democracia” em mais comida na barriga do povo pobre do nosso continente, em mais educação para a gente pobre, em mais empregos, em mais salários e, sobretudo, em mais expectativa de vida e de esperança para o nosso povo. Foram essas convicções que me trouxeram a Honduras, que me levarão à Nicarágua, que me levarão à Jamaica e ao Panamá. E essas mesmas convicções me farão visitar, nos próximos meses, outros países e, sem nenhum preconceito contra os países ricos, porque gosto de todos eles e quero manter boas relações. Nós precisamos aprender, de uma vez por todas, a descobrir, entre nós, as oportunidades que poderemos nos oferecer mutuamente.

Declaração à imprensa do Presidente Lula, por ocasião da visita a Honduras. Tegucigalpa, 7 de agosto de 2007

* * *

Da minha parte, esteja certo de que o Brasil pode fazer muitas parcerias com a Nicarágua e, sem ter nenhuma visão hegemônica, queremos ter uma visão de parceria, porque essa história de hegemonia é que nos levou a ser colonizados durante tantos séculos. Só temos que fazer jus aos nossos heróis que conquistaram a nossa independência. Queremos soberania, queremos ter relações com todos os países do mundo, mas queremos, sobretudo, governar a partir das nossas decisões.

**Discurso do Presidente Lula durante encontro com o
Presidente da Nicarágua, Daniel Ortega. Manágua, 8
de agosto de 2007**

***Haiti*¹**

A paz e a democracia são conquistas das quais os governos e os povos latino-americanos devem orgulhar-se. Isso nos estimula a trabalhar pela promoção da paz em nível global. A instabilidade, ainda que longínqua, acaba gerando custos para todos nós. A manutenção da paz tem seu preço, e esse preço é o da participação. Ao nos manifestarmos diante de uma crise como a que está acontecendo no Haiti, estamos exercendo nossa responsabilidade no cenário internacional. No caso do Haiti, consideramos que foram preenchidas as condições para uma operação da ONU. Como membro do Conselho de Segurança, o Brasil buscou refletir as preocupações de nossa região e interpretar os interesses do povo haitiano e da comunidade internacional.

**Discurso do Presidente Lula na cerimônia de embarque
das tropas militares para missão de paz no Haiti.
Brasília, 31 de maio de 2004**

* * *

A preocupação com a paz e a justiça social reflete-se no compromisso do governo Lula com os esforços das Nações Unidas no Haiti. Nossa principal motivação ao assumir a liderança das Forças de Estabilização (MINUSTAH) foi a de evitar que o Haiti, a primeira república negra do mundo, caísse no abandono, em um círculo vicioso de instabilidade e

¹ Para outras informações sobre a MINUSTAH, ver tópico referente a operações de paz.

conflito. Trata-se de uma operação de estabilização diferente das anteriores, que, no nosso entendimento, deve assentar-se sobre um tripé: a promoção da estabilização; o diálogo entre as diversas facções políticas; e a capacitação institucional, social e econômica do país. Não haverá reconciliação e paz no Haiti se não adotarmos essa perspectiva integrada.

“A política externa do governo Lula: dois anos”, artigo do Ministro Celso Amorim. Revista *Plenarium*, 25 de novembro de 2005

* * *

O Brasil vem auxiliando o Haiti com cooperação bilateral em áreas como segurança alimentar, administração pública, treinamento técnico e meio ambiente, entre outras. Além disso, mobiliza esforços de organismos regionais e internacionais para que o Haiti obtenha os recursos e apoio necessários para retomar o desenvolvimento. O Governo brasileiro tem também insistido junto aos demais Estados para que ampliem sua cooperação com o Haiti, em especial com recursos para o desenvolvimento que beneficiem direta e imediatamente a população haitiana mais pobre. A comunidade internacional, em particular os países da América Latina e do Caribe, tem reiteradamente demonstrado reconhecimento e apreço pela contribuição brasileira à MINUSTAH.

Nota à imprensa. “Participação do Brasil na Missão das Nações Unidas no Haiti”. Brasília, 16 de janeiro de 2006

* * *

É preciso pensar que o Haiti é um país, um país soberano, e não uma coleção de projetos e, portanto, os projetos devem estar inseridos em um conceito de nação, em um conceito de Estado, que somente os próprios haitianos podem decidir. O Brasil empenhou-se para que o Haiti retomasse

o diálogo e a cooperação com os países de seu entorno. Recebemos com grande satisfação a notícia da normalização das relações com o Haiti com a CARICOM, a partir de julho de 2006. É nossa convicção que nenhum país pode viver isolado da região em que vive.

Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião da abertura do “Seminário de Alto Nível sobre Operações de Manutenção da Paz”. Brasília, 5 de fevereiro de 2007

Cuba

Referência foi feita aqui a um assento vazio em nossa organização. Nós também consideramos isso uma anomalia e também lamentamos que assim o seja. O Brasil, inclusive, com o apoio de outros países, propôs que se abrisse um diálogo sobre essa situação.

Discurso do Ministro Celso Amorim na XXXIII Assembléia Geral da OEA. Santiago, 9 de junho de 2003

* * *

O fim do embargo dos Estados Unidos a Cuba ajudaria muito a abrir a discussão em torno da redemocratização daquele país. Uma política de cooperação, construtiva, é sempre melhor que uma de isolamento. Quanto mais se isola um país, mais se enrijecem as estruturas internas. Por isso temos uma política de solidariedade com uma nação latino-americana que há 40 anos sofre com um embargo com o qual não concordamos. Nós temos conversado sobre certos gestos. Por exemplo, somos contra a pena de morte, contra julgamentos sumários. Mas há certos limites a respeitar. Não podemos substituir o povo e os dirigentes cubanos, mas podemos contribuir para uma atmosfera mais positiva.

**Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao
Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 24 de julho de 2003**

* * *

(...) Acredito que o que estamos fazendo neste Seminário seja um passo excepcional para que Cuba e Brasil possam interagir com tudo que têm de conhecimento científico e tecnológico, de potencial de desenvolvimento industrial, e de potencial na área de serviços e turismo, para que possamos aumentar e estreitar as nossas relações e contribuir, mutuamente, para o crescimento e desenvolvimento de Cuba e Brasil. Tenho, ao longo destes últimos meses, convidado empresários brasileiros para visitar Cuba. (...) O mundo globalizado, tal como está, precisa não só de políticas comerciais mais arrojadas mas, sobretudo, precisa que tenhamos a capacidade de juntar aquilo que temos de complementaridade, para que possamos ter condições de competir de forma mais igual com os países mais desenvolvidos tecnologicamente, economicamente e industrialmente.

**Discurso do Presidente Lula durante o Encontro
Empresarial Cuba-Brasil. Havana, 27 de setembro de
2003**

* * *

A Delegação do Brasil decidiu abster-se na votação do projeto de resolução L 31 por entender que esta resolução não contribui genuinamente, nas atuais circunstâncias, para a melhoria da situação de direitos humanos em Cuba. (...) Neste contexto, deseja manifestar sua preocupação pela utilização da Comissão por alguns países membros para criticar outros ou evitar críticas a suas próprias situações, o que reduz a contribuição que esta Comissão pode dar para o desenvolvimento progressivo dos direitos humanos. O Brasil reafirma a importância de que todos os Estados garantam a plena vigência de todos os direitos humanos, conforme o compromisso

assumido na Declaração de Viena de 1993 em favor da universalidade, interdependência, e indivisibilidade dos direitos humanos. No contínuo diálogo com o Governo cubano, estará expressando a importância que reveste a plena observância desses princípios. Nesse sentido, registra os avanços verificados em Cuba no campo dos direitos econômicos, sociais e culturais e as decisões recentes do Governo cubano de libertar prisioneiros políticos, e o encoraja a adotar novas medidas para assegurar a plena vigência de todos os direitos humanos, tanto os econômicos, sociais e culturais como os civis e políticos.

Declaração de voto do Brasil na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, transcrita em nota à imprensa de 14 de abril de 2005

México

Os Presidentes [Lula e Felipe Calderón] reiteraram sua firme disposição, manifestada ao longo de vários encontros mantidos no ano em curso, de elevar a um novo patamar a relação bilateral, incentivando o diálogo político e aprofundando o relacionamento nos âmbitos econômico-financeiro, comercial, jurídico-consular, cultural, acadêmico, técnico e científico-tecnológico. A esse respeito, manifestaram sua satisfação com os resultados obtidos até agora em várias dessas áreas e determinaram medidas de seguimento com vistas à consecução e consolidação de objetivos concretos. Reconheceram a importância que a relação bilateral tem para o Brasil e para o México, não apenas em seu impacto para cada um dos países individualmente, mas também como fundamento para o papel significativo que ambos os países desempenham no âmbito regional e mundial. Nesse contexto, reiteraram a profunda vocação latino-americana de seus países e manifestaram firme propósito de privilegiar a amizade, o diálogo, a concertação política e a cooperação com todos os países da região.

**Comunicado Conjunto por ocasião da visita de Estado
ao México do Presidente Lula. Cidade do México, 6 de
agosto de 2007**

* * *

Somos países megadiversos e megaculturais. Em ambos os países, cada vez mais o povo se afirma como protagonista dos grandes processos sociais e políticos. (...) O Presidente Calderón e eu concordamos que devemos atuar em sintonia ativa e solidária com nossos vizinhos latino-americanos e caribenhos. Para isso contamos com o nosso longo histórico de concertação política em mecanismos regionais e sub-regionais na América do Sul, América Central e Caribe. De nossa parte, temos defendido a construção de um espaço economicamente integrado, socialmente solidário e politicamente democrático na América do Sul. O México vem desenvolvendo projeto de integração com seus vizinhos na fronteira meridional, com ênfase na construção de uma infra-estrutura física.

**Declaração do Presidente Lula durante cerimônia de
assinatura de atos e conferência de imprensa. Cidade
do México, 6 de agosto de 2007**



AMÉRICA DO NORTE



AMÉRICA DO NORTE

ESTADOS UNIDOS

O diálogo fluido com os Estados Unidos da América é de fundamental importância não só em questões econômico-comerciais do nosso interesse imediato, mas também para assegurarmos influência no encaminhamento dos grandes temas da agenda internacional, de forma compatível com nossas dimensões e valores.

Discurso proferido pelo Embaixador Celso Amorim por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 1º de janeiro de 2003

* * *

Não poderia deixar de fazer uma referência especial ao nosso relacionamento com os Estados Unidos, que se caracteriza, hoje, pela maturidade. Encontrei-me com o Presidente Bush, ainda como Presidente eleito. Neste ano estivemos juntos em Evian e, mais recentemente, em Washington, para um encontro bilateral, com a participação de nossos Ministros. No diálogo que com ele mantive, nesses dias, reforçou-se minha disposição de continuar cooperando com os Estados Unidos, dentro do espírito de pragmatismo, franqueza e lealdade que tem caracterizado o diálogo entre os dois Governos. (...) E ainda disse ao Presidente Bush que, no Brasil, nós estaremos abertos para começar a conversar [sobre negociações comerciais] amanhã, depois de amanhã. A única coisa que nós não queremos é ser tratados como cidadãos de segunda classe. Queremos ser tratados de forma equânime. O mesmo respeito que temos pelos outros

queremos que tenham por nós, porque os interesses do Brasil, para o Brasil, são tão importantes quanto os interesses dos Estados Unidos para os Estados Unidos.

Discurso do Presidente Lula no Conselho de Relações Exteriores (*Council on Foreign Relations*). Nova York, 25 de setembro de 2003

* * *

Nossa atitude é pragmática e procura defender o interesse brasileiro. Não há antiamericanismo. Muito pelo contrário. A busca de parceria não é só a discussão em torno de acordos bilaterais como o do etanol, mas a busca de um diálogo sobre o mundo. Se os EUA percebessem uma atitude antiamericana, você acha que isso ocorreria? A melhor resposta está nos fatos.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 11 de fevereiro de 2007

* * *

O Presidente dos EUA, com capacete da Petrobras, com a placa atrás de biocombustível e biodiesel, isso é o melhor resumo dessa visita. Quem, como eu, acompanhou a campanha do Petróleo é Nosso pode avaliar o impacto disso. É também importante o reconhecimento, pelos americanos, de liderança do Brasil. Tanto Bush quanto Condoleezza repetiram várias vezes a palavra “estratégia”, referindo-se à relação dos Estados Unidos com o Brasil. (...) Simbolismo é extremamente importante na política. Mas é mais do que isso: é o começo de uma grande história. Nesta visita, o foco foi etanol e biocombustível. Isso foi visto como uma parceria importante para os dois países, para o mercado global e para ajuda a outros países. O Brasil

desenvolver uma cooperação com os Estados Unidos na África é importante, quando se pensa numa perspectiva de longo prazo.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 11 de março de 2007

* * *

Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush reafirmaram seu compromisso com o aprofundamento do diálogo estratégico entre Brasil e Estados Unidos, que se traduz na determinação de incrementar a cooperação bilateral, baseada em valores compartilhados nos planos da democracia, dos direitos humanos, da diversidade cultural, da liberalização do comércio, do multilateralismo, da proteção do meio ambiente, da defesa da paz e da segurança internacionais e da promoção do desenvolvimento com justiça social.

Declaração Conjunta por ocasião da visita do Presidente Lula aos Estados Unidos. Camp David, 31 de março de 2007

* * *

Mencionei ao Presidente Bush o papel importante que os Estados Unidos podem ter com países da América do Sul, em especial aqueles que necessitam das preferências comerciais. É extremamente importante que os Estados Unidos apoiem esses países. Nós temos que apoiá-los porque isso garante a estabilidade regional, que interessa ao Brasil, interessa a todos os países da América do Sul e, certamente, interessa aos Estados Unidos.

Declaração à imprensa do Presidente Lula, por ocasião da visita aos Estados Unidos. Camp David, 31 de março de 2007

* * *

A minha visita a Washington faz parte de quase que uma continuidade da visita que o Presidente Bush fez ao Brasil. Eu penso que nós, depois de fazermos uma boa política com a América do Sul, com a América Latina, com a África, com a Ásia e com a União Européia, nós agora estamos estreitando os laços com os Estados Unidos, sobretudo na área de biocombustíveis, que é uma coisa que eu penso que nos próximos 15 ou 20 anos vai mudar um pouco a história da humanidade no que diz respeito à questão de combustíveis.

Palavras do Presidente Lula durante o programa “Café com o Presidente”. Brasília, 2 de abril de 2007

CANADÁ

O Canadá (...) é um parceiro decisivo do Brasil na busca do desenvolvimento sustentável e do crescimento econômico equitativo. (...) Outro tema que une o Brasil e o Canadá é o compromisso firme com o meio ambiente. (...) A preocupação com o desenvolvimento sustentável se reflete na nossa busca por uma maior coordenação internacional no combate à pesca excessiva dos estoques globais. Esse esforço é crucial para garantir a segurança alimentar de grandes parcelas da população mundial.

Declaração à imprensa do Presidente Lula por ocasião da visita do Primeiro-Ministro Paul Martin ao Brasil. Brasília, 23 de novembro de 2004

* * *

Os Chanceleres observaram com satisfação o dinamismo das relações econômicas entre os dois países, que registraram uma expansão significativa em 2006 com o aumento das trocas comerciais situado acima dos 14%

com relação a 2005 e com o considerável incremento no fluxo de investimentos. Expressaram, a esse respeito, o compromisso do Brasil e do Canadá de envidarem esforços conjuntos para adensar ainda mais as correntes do comércio e de investimentos recíprocos.

**Declaração Conjunta por ocasião da visita ao Brasil do
Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Peter
MacKay. Brasília, 5 de fevereiro de 2007**

* * *

O Canadá tem cerca de US\$ 7 bilhões investidos no Brasil, que é o maior destino de seus investimentos na região. Soubemos, com maturidade, superar diferenças entre nossas indústrias aeronáuticas e estamos prontos a construir associações em setores estratégicos. (...) Canadá e Brasil sempre pautarão sua atuação internacional pela certeza de que o desenvolvimento econômico e social é o lastro maior da paz e da segurança, e de que o multilateralismo deve estar a serviço da proteção dos direitos humanos em sua plenitude.

**Declaração à imprensa do Presidente Lula por ocasião
da visita de Estado ao Brasil da Governadora-Geral do
Canadá, Michaëlle Jean. Brasília, 11 de julho de 2007**



FOROS REGIONAIS MULTILATERAIS



FOROS REGIONAIS MULTILATERAIS

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

A CJI [Comissão Jurídica Interamericana] é o único órgão do sistema interamericano sediado no Brasil. A cessão do uso de parte do espaço do Palácio Itamaraty reflete a grande importância que o Brasil confere aos órgãos da OEA e às atividades desenvolvidas por aquela Comissão.

**Nota à imprensa. “Ministro Celso Amorim inaugurará nova sede da Comissão Jurídica Interamericana.”
Brasília, 7 de agosto de 2003**

* * *

O Governo brasileiro entende ser fundamental a participação da região, mas muito especialmente da América Latina e do Caribe, na solução dos problemas que estão na raiz da crise haitiana. A OEA certamente tem e terá um papel neste processo.

**Discurso do Ministro Celso Amorim na XXXIV
Assembléia Geral da OEA. Quito, Equador, 7 de junho
de 2004**

* * *

No curso dos trabalhos da Assembléia Geral, a Delegação do Brasil irá reiterar ante a comunidade de países do Hemisfério a importância de projetos de iniciativa do Governo brasileiro no campo do combate ao

racismo e à intolerância, do enfrentamento da pobreza extrema e da proteção aos refugiados e repatriados nas Américas. A realização de mais uma sessão regular da Assembléia Geral da OEA facultará a oportunidade de, como instância política máxima da Organização, promover debates sob o signo do pluralismo a respeito de temas de interesse comum para o continente, permitindo ao Brasil a reafirmação de seus compromissos internacionais com a consolidação do multilateralismo em âmbito regional.

Nota à imprensa. “XXXVI Sessão da Assembléia Geral da OEA”. São Domingos, 1º de junho de 2006

Segurança hemisférica

O Brasil, juntamente com os países da ALADI, defende uma clara distinção entre os assuntos de defesa e de segurança, e, nesse sentido, tem apoiado a manutenção da Junta Interamericana de Defesa como órgão de assessoramento técnico-militar da OEA, sem funções operacionais. Estamos dispostos a discutir uma eventual nova estrutura para a JID [Junta Interamericana de Defesa] e a definir mais nitidamente seu vínculo jurídico com a OEA. Acreditamos, porém, que o assunto requer detido exame em nível político-diplomático, e que a Comissão de Segurança Hemisférica - e não a JID - deva permanecer como ponto focal de todo o sistema de segurança interamericano.

“O Brasil e os novos conceitos globais e hemisféricos de segurança”, artigo do Ministro Celso Amorim apresentado no ciclo de debates sobre atualização do pensamento brasileiro em matéria de defesa e segurança, organizado pelo Ministério da Defesa. Itaipava-RJ, 11 e 12 de outubro de 2003

* * *

Ao constatarmos a existência de ameaças e desafios comuns e a necessidade de enfrentá-los de maneira concertada e cooperativa, devemos também reconhecer a importância das especificidades tanto nacionais, como regionais e sub-regionais. Ao longo das últimas décadas, latino-americanos e caribenhos integramos a região que menos gastou em armamentos no mundo. Fomos também pioneiros na adoção de instrumentos na área do desarmamento e da não-proliferação, bem como na promoção da confiança mútua e da transparência. (...) Não participamos de alianças militares cujo escopo de ação possa conflitar com a autoridade legítima e exclusiva de que desfruta, nessa matéria, o Conselho de Segurança das Nações Unidas. (...) O espírito de solidariedade em nossas relações hemisféricas rapidamente se manifestou em resposta aos hediondos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. O Brasil tomou então a iniciativa de acionar os mecanismos previstos no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Reconhecemos, porém, que o TIAR, moldado, como foi, em outras circunstâncias históricas, deve ser revisitado. Outros instrumentos requerem urgente reforma. Em conformidade com o mandato que iremos aprovar, o Brasil pretende dar sua contribuição ao trabalho de exame e avaliação desses acordos pela Comissão de Segurança Hemisférica.

Discurso do Ministro Celso Amorim no debate geral da Conferência Especial de Segurança, no âmbito da OEA. Cidade do México, 28 de outubro de 2003

* * *

No campo da defesa, cabe ressaltar o trabalho desenvolvido pela Junta Interamericana de Defesa no primeiro ano sob o regime do seu novo Estatuto, que consagra o princípio da supervisão civil e a conformação democrática de suas autoridades. Também aqui, o Brasil sente-se honrado em poder dar sua contribuição, na pessoa do General Armando Ribeiro, primeiro Presidente da Junta nesta sua nova fase, a quem cumprimento

pela habilidade com que vem conduzindo o processo de transição da Junta para o regime do novo Estatuto.

**Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores,
Samuel Pinheiro Guimarães, na XXXVII Assembléia-
Geral da OEA. Cidade do Panamá, 4 de junho de 2007**

Democracia

Avanços importantes foram registrados no campo da democracia em nosso continente. A era dos regimes de exceção chegou ao fim. No esteio dessa transformação, as leis de muitos países incorporaram importantes normas de direitos humanos e mecanismos de proteção ao indivíduo e a grupos minoritários. Foram criadas ou consolidadas instituições como ouvidorias, comissões e procuradorias de direitos humanos. Entidades da sociedade civil passaram a oferecer ao cidadão mais recursos diante de eventuais excessos do Estado.

**Discurso do Ministro Celso Amorim durante a XXXIII
Assembléia Geral da OEA. Santiago, 9 de junho de 2003**

* * *

Alguns países da região têm experimentado dificuldades recorrentes em função, sobretudo, dos graves problemas econômicos e sociais, que ainda persistem em nosso continente. Diante de tais situações, é preciso estimular o diálogo entre os diferentes setores sociais, valorizar e fortalecer as instituições e apoiar soluções que podem e devem ser encontradas no plano nacional. A diplomacia brasileira pauta-se pelo princípio da não ingerência em assuntos internos, consagrado em nossa Carta. O Governo do Presidente Lula tem associado a esse princípio básico uma atitude que descrevemos como de “não indiferença”. Temos prestado nosso apoio e solidariedade ativos em situações de crise, sempre que somos solicitados e consideramos ter um papel positivo.

Discurso pronunciado pelo Ministro Celso Amorim por ocasião da XXXV Assembléia Geral da OEA. Fort Lauderdale, 6 de junho de 2005

* * *

No contexto do combate às desigualdades sociais, aspecto essencial, como disse, do fortalecimento democrático, cabe reiterar o compromisso brasileiro com uma pronta conclusão da negociação da Carta Social das Américas. Trata-se, do nosso ponto de vista, de documento de importância medular para o sistema interamericano, capaz de complementar e expandir os valores e princípios afirmados na Carta Democrática, com base em conceitos já consagrados na Carta da OEA e outros compromissos de nossos Governos.

Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, na XXXVII Assembléia-Geral da OEA. Cidade do Panamá, 4 de junho de 2007

Direitos Humanos

A realização de sessão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no país reforça o compromisso brasileiro com o sistema interamericano de direitos humanos e constitui instrumento inovador para ampliar o conhecimento sobre o sistema entre operadores do Direito, agentes do Estado e organizações não-governamentais. O Brasil reconhece a jurisdição contenciosa da Corte Interamericana desde dezembro de 2006.

Nota à imprensa. “Corte Interamericana de Direitos Humanos.” Brasília, 17 de março de 2006

* * *

No âmbito específico do sistema interamericano, o Governo brasileiro atribui grande importância à manutenção de intensas e francas relações com os seus principais órgãos – a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos –, demonstrando plena convicção sobre a legitimidade e efetividade das decisões que deles emanam e, ao mesmo tempo, reafirmando o apoio inequívoco às obrigações derivadas da Convenção Americana de Direitos Humanos, que deve ser o guia principal para a manutenção do equilíbrio do próprio sistema.

Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, na XXXVII Assembléia-Geral da OEA. Cidade do Panamá, 4 de junho de 2007

GRUPO DO RIO

Aceitamos nossas responsabilidades. Não abdicamos do direito de tomar o destino em nossas próprias mãos. Para atingir objetivos comuns, contamos com nossas convicções democráticas e com nosso espírito de conciliação e de tolerância. Temos o imperativo de construir uma região mais próspera e mais democrática. O Grupo do Rio é, por isso, um importante instrumento. A família latino-americana e caribenha de nações precisa usá-lo como um espaço adequado de consulta e concertação política que nos permita enfrentar nossos desafios coletivos.

Discurso do Presidente Lula na XVIII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2004

* * *

Canal para a diplomacia presidencial entre os Estados membros e foro para concertação de posições latino-americanas e caribenhas em questões regionais e internacionais, o Grupo do Rio surgiu como instrumento para a consolidação da democracia e a prática da concertação política, as quais, juntamente com a busca do desenvolvimento econômico e da justiça social e a conformação de uma visão regional comum, permanecem como eixos prioritários de ação dos integrantes do Mecanismo. O Grupo é composto por Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. A Guiana representa, adicionalmente, a Comunidade do Caribe no Mecanismo.

Nota à imprensa. “XIX Reunião de Cúpula do Grupo do Rio.” Brasília, 1º de março de 2007

* * *

O Grupo do Rio foi criado para solucionar situações de crise, construindo saídas próprias que permitissem a pacificação e a reconciliação em regiões sacudidas por conflitos. Desde então, a diplomacia e o diálogo político firmaram-se como instrumentos decisivos na promoção da paz e do desenvolvimento da América Latina e do Caribe. Como fruto dessa ação, temos hoje uma região pacífica e democrática. O Grupo do Rio foi embrião da ampla rede de mecanismos de consultas e diálogo de que hoje dispomos. Cresceu, ganhou representatividade e deve estar aberto a todos os países da região que queiram integrá-lo. O Grupo do Rio é um foro privilegiado de entendimento entre latino-americanos e caribenhos sobre temas prioritários da agenda regional e internacional.

Discurso do Presidente Lula na XIX Cúpula do Grupo do Rio, lido pelo Ministro Celso Amorim. Georgetown, Guiana, 3 de março de 2007

CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA

Há um fio condutor que vincula nossos países e distingue nossa atuação internacional. É a ‘afinidade na diversidade’. Ela se alimenta da riqueza de nossas diferenças e nos permite dar resposta eloqüente às ameaças do mundo contemporâneo. O nome dessa resposta é tolerância. Promover a paz, democratizar o sistema internacional, lutar contra o terrorismo, impulsionar o desenvolvimento sustentável, o combate à fome e à pobreza. Só venceremos esses desafios se soubermos derrotar preconceitos e desconfianças. É essa a maior contribuição que nós, ibero-americanos, podemos prestar. Somos exemplo de que as fronteiras entre Norte e Sul, entre ricos e pobres, entre religiões, culturas e civilizações, podem e devem ser superadas pelo diálogo e conhecimento mútuo. Nossa história de lutas também foi escrita em momentos de convívio e de conciliação. Nossa Comunidade deve ampliar seu diálogo internacional, em particular com a África. Poderíamos começar pelos países de língua portuguesa e pela Guiné Equatorial, de expressão castelhana, que já manifestaram esse interesse. Nossa proximidade não é medida apenas em valores e aspirações. Nessa jornada, estou seguro de que saberemos utilizar, a nosso favor, as maiores virtudes que possuímos: a riqueza inesgotável de nossa gente e a certeza de que compartilhamos uma história e um destino comuns.

“A Projeção Internacional da Comunidade Ibero-Americana”, discurso do Presidente Lula na XV Cúpula Ibero-Americana. Salamanca, Espanha, 15 de outubro de 2005

* * *

Os Chefes de Estado e de governo ibero-americanos se reunirão em Santiago (Chile) para aprofundar o debate e avançar propostas sobre tema de grande atualidade: o papel das políticas públicas no fomento da coesão social. Num mundo onde a lógica dos mercados globalizados e a

velocidade das transformações tecnológicas questionam a eficácia de políticas públicas, é preciso reafirmar o compromisso de nossa comunidade com os valores da solidariedade e do bem-estar coletivo. A experiência amarga dos anos 80-90 deixou uma lição dura, porém fundamental. Desemprego, pobreza, disparidades econômicas e sociais requerem, sem dúvida, respostas economicamente consistentes. Mas as soluções precisam ser socialmente justas. Só um Estado democrático pode articular essas duas dimensões. Esse tem sido o desafio da Comunidade Ibero-Americana.

“A Comunidade Ibero-americana”. Artigo do Presidente Lula no jornal *Folha de São Paulo*. 9 de novembro de 2007





EUROPA





EUROPA

UNIÃO EUROPÉIA

A elevação do relacionamento bilateral à condição de Parceria Estratégica reflete a dinamização e o aprofundamento das relações entre o Brasil e a União Européia. A Parceria Estratégica permitirá reforçar canal de diálogo privilegiado e no mais alto nível sobre temas de interesse mútuo nas agendas bilateral, regional e internacional, em áreas como energia, mudança do clima, ciência e tecnologia, cooperação técnica e combate à pobreza e à exclusão social.

Nota à imprensa. “Reunião de Cúpula Brasil-União Européia e Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Comissão Européia.” Brasília, 3 de julho de 2007

* * *

No momento histórico da sua primeira Cúpula, o Brasil e a UE decidiram estabelecer uma parceria estratégica abrangente, baseada nos seus estreitos laços históricos, culturais e econômicos. Ambas as partes partilham valores e princípios essenciais, como a democracia, o primado do Direito, a promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e a economia de mercado. Os dois lados concordam com a necessidade de identificar e promover estratégias comuns para enfrentar os desafios mundiais, inclusive em matéria de paz e segurança, democracia e direitos humanos, mudança do clima, diversidade biológica, segurança energética e desenvolvimento sustentável, luta contra a pobreza e a exclusão. Estão também de acordo quanto à importância de cumprir as obrigações

decorrentes dos tratados internacionais vigentes em matéria de desarmamento e não-proliferação. O Brasil e a UE concordam em que a melhor forma de abordar as questões de ordem mundial se dá pela via de um multilateralismo efetivo centrado no sistema das Nações Unidas. Ambas as partes se congratulam pelo estabelecimento de um diálogo político Brasil-UE, iniciado sob a Presidência alemã da União Européia. O Brasil e a UE atribuem grande importância ao reforço de relações entre a UE e o Mercosul e estão empenhados na conclusão do Acordo de Associação UE-Mercosul, que permitirá aprofundar ainda mais as relações econômicas entre as duas regiões e intensificar o diálogo político, bem como as iniciativas em matéria de cooperação. O Brasil e a UE sublinham a grande importância econômica e política que este acordo terá para ambas as regiões e o seu papel no reforço dos respectivos processos de integração.

**Declaração Conjunta. “Cúpula Brasil-União Européia.”
Lisboa, 4 de julho de 2007**

* * *

Hoje nos reunimos para dar início a uma nova era do relacionamento entre o Brasil e a União Européia. Estamos lançando uma parceria estratégica, estamos elevando nossa relação à altura de suas potencialidade, e estamos projetando uma visão comum para um mundo em transformação. É significativo que este processo se inicie em Lisboa e que ocorra no momento em que Portugal assume a Presidência do Conselho da União Européia, num período em que um amigo português está à frente da Comissão Européia. (...) Superamos, em 2006, a cifra de US\$ 50 bilhões de comércio bilateral, um crescimento de 13% em relação ao ano anterior e de 60% em relação a 2003. Nossas trocas com a União Européia representam 22% de nosso comércio exterior. O estoque de investimentos diretos europeus no Brasil é de US\$ 150 bilhões. (...) Penso também que a nossa parceria deve contribuir para que as negociações do acordo de associação entre o Mercosul e a União Européia cheguem a bom termo.

Estou convencido de que temos muito a ganhar com essa associação, desde que se levem em conta as necessidades e peculiaridades de ambos os blocos. Estou certo, também, de que a união destes dois blocos contribuirá para a construção de um mundo multipolar, inafiançado por hegemonismos.

**Discurso do Presidente Lula na Sessão Plenária da
Cúpula Empresarial Brasil-União Européia. Lisboa, 4
de julho de 2007**

* * *

A parceria estratégica Brasil-UE reflete o aprofundamento das relações bilaterais, em cujo contexto se inscreve a formalização, em 30 de abril, do Diálogo Político de Alto Nível e a dinamização da cooperação em diferentes áreas de interesse mútuo, como energia/biocombustíveis, ciência e tecnologia, meio ambiente, cooperação técnica, temas sociais, desenvolvimento regional e transportes marítimos. O Governo brasileiro entende que essa parceria, que tem caráter estritamente bilateral, poderá representar impulso político às negociações Mercosul-UE.

**Nota à imprensa. “Proposta de estabelecimento de
parceria estratégica entre o Brasil e a União Européia.”
Brasília, 1º de junho de 2007**

* * *

Os Ministros [do Mercosul e da União Européia] reafirmaram a importância da relação estratégica entre o Mercosul e a União Européia e a prioridade que conferem à conclusão de um Acordo de Associação inter-regional ambicioso e equitativo, como um instrumento para reforçar as relações políticas, econômicas e comerciais e para contribuir para a redução das disparidades sócio-econômicas existentes entre as duas regiões.

Em consonância com a reunião Ministerial anterior de Lisboa, os Ministros reconheceram que já foi feito progresso substancial no sentido de concluir Acordo de Associação, incluindo uma área de livre comércio de acordo com as normas da OMC. Eles concordaram, entretanto, que mais precisa ser feito para alcançar nível de ambição que reflita a importância estratégica desse Acordo de Associação.

**Comunicado Conjunto da Reunião Ministerial Mercosul
União Européia. Bruxelas, 2 de setembro de 2005**

CÚPULA AMÉRICA LATINA E CARIBE – UNIÃO EUROPÉIA (ALC-UE)

Multilateralismo e Coesão Social - temas desta III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia - são centrais em nosso diálogo político iniciado em 1999. Permitem construir uma associação estratégica entre os dois continentes. O multilateralismo representa para as relações internacionais o que a democracia foi e é para as nações. (...) A cooperação internacional é hoje reclamada também para a erradicação da fome, a eliminação da pobreza, a preservação e o combate à AIDS e tantos outros desafios e problemas que afetam toda a humanidade. (...) A governabilidade democrática sai fortalecida quando há paz e segurança. O multilateralismo e a cooperação internacional darão alento à solidariedade, que pode ampliar nossos esforços para o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis de nossas economias, na América Latina e Caribe, e na União Européia.

**Intervenção do Presidente Lula na Reunião de Trabalho
sobre Multilateralismo da III Cúpula América Latina e
Caribe-União Européia. Guadalajara, México, 28 de
maio de 2004**

* * *

São muitos os valores e os projetos que vinculam a Europa, a América Latina e o Caribe. Nossas regiões vêm aprofundando seus processos de integração. É um objetivo maior não apenas dos governos mas, sobretudo, de nossas sociedades.

Discurso do Presidente Lula na II Sessão de Trabalho da IV Cúpula América Latina e Caribe-União Européia. Viena, 12 de maio de 2006

* * *

É nossa firme convicção que a democracia, o Estado de direito, o respeito, a promoção e a proteção dos direitos humanos, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento social e econômico e o respeito pelo direito internacional são essenciais para a paz e a segurança. Reiterando ainda o nosso compromisso comum num sistema multilateral sólido e eficaz, estamos determinados, nesse sentido, a fazer avançar a agenda multilateral enquanto tema transversal e prioritário nas nossas relações birregionais.

Declaração de Viena, por ocasião da IV Cúpula ALC-UE. Viena, 12 de maio de 2006

RELAÇÕES BILATERAIS / PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Alemanha

As relações entre o Brasil e a Alemanha são marcadas por ampla convergência de percepções, valores e interesses comuns, que, somada à elevada densidade do intercâmbio e da cooperação bilateral, confere sentido particularmente significativo a esta parceria. São intensas as relações tanto em nível governamental, como entre parlamentares e

representantes dos diversos segmentos da sociedade dos dois países, abrangendo os mais variados campos: desde o político, econômico e comercial até o científico-tecnológico, educacional, cultural e ambiental.

Nota à imprensa. “Visita ao Brasil do Vice-Chanceler Federal e Ministro do Exterior da Alemanha, Joschka Fischer.” Brasília, 16 de novembro de 2004

* * *

Hoje [o Presidente Köhler] vem ao Brasil como Presidente de uma Alemanha com a qual temos históricas relações de amizade e de negócios. São sete milhões de brasileiros com raízes germânicas. São 9 bilhões de dólares em investimentos diretos no Brasil. São 1.200 empresas de capital alemão, responsáveis pela geração de cerca de 8% do Produto Interno Bruto brasileiro. Investimentos e tecnologia alemães contribuem, desde os anos 50, para a modernização do parque industrial do Brasil e para a criação de muitos empregos. No plano comercial, a Alemanha é o nosso principal parceiro na Europa. Em 2006, nossas trocas superaram a marca inédita de US\$ 12 bilhões, fazendo do Brasil o maior destino para as exportações alemães na América do Sul. Mas podemos fazer muito mais. Precisamos diversificar o perfil desse comércio, agregando maior valor às exportações brasileiras para a Alemanha. (...) Vamos alargar nossa cooperação bilateral, com enfoque na transferência de tecnologia, e vamos avançar nessa agenda global de fontes alternativas de energia.

Declaração à imprensa do Presidente Lula por ocasião da visita de Estado ao Brasil do Presidente da República Federal da Alemanha, Horst Köhler. Brasília, 8 de março de 2007

Espanha

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente de Governo da Espanha, José María Aznar, assinaram hoje, em Santa Cruz de la Sierra, à margem da XIII Cúpula Ibero-Americana, o Plano de Parceria Estratégica Brasil-Espanha. O documento traduz a vontade dos dois Governos de elevar o nível do relacionamento bilateral, ampliando e aprofundando a cooperação. A decisão de assinar esse documento em Santa Cruz de la Sierra foi tomada durante a Visita de Trabalho do Presidente Aznar ao Brasil, no último dia 29. O texto está estruturado em torno de três temas principais: fortalecimento do diálogo político, desenvolvimento social e crescimento econômico. No preâmbulo do Plano, os dois países declaram que os benefícios de uma colaboração ampliada devem ser extensivos às suas respectivas regiões, em especial a ibero-americana. O documento assinado pelos dois mandatários afirma que a Espanha compreende as razões da postulação do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no caso de sua ampliação, e manifesta simpatia a essa aspiração do Governo brasileiro. No mesmo contexto, ambos os Governos comprometem-se a manter consultas permanentes sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com base no seu interesse comum em fortalecê-lo. O Plano de Parceria Estratégica reflete a intensificação das relações econômicas bilaterais, evidenciada pelo fato de que a Espanha é o país europeu que mais investe no Brasil. Os dois Governos assumem o compromisso de privilegiar o desenvolvimento social, por meio de programas de educação, treinamento e desenvolvimento da cultura.

Nota à imprensa. “Plano de Parceria Estratégica Brasil-Espanha.” Brasília, 14 de novembro de 2003

* * *

A ênfase conferida pelos dois Governos a políticas de combate às desigualdades sociais em diversos níveis resultou em vários projetos de cooperação bilateral nas áreas da ciência, cultura e educação, inclusive com

base na proposta inovadora de troca da dívida por investimentos em educação. Os dois países estão entre os líderes da Ação contra a Fome e a Pobreza, que tem logrado mobilizar a atenção internacional para a identificação de fontes alternativas de financiamento do desenvolvimento e do combate à fome.

Nota à imprensa. “Visita ao Brasil da Primeira Vice-Presidente do Governo da Espanha, Maria Teresa Fernández de la Vega Sanz.” Brasília, 5 de agosto de 2005

* * *

As relações entre Brasil e Espanha ganharam novo e intenso dinamismo nos últimos anos. Além de se beneficiar, desde a década de 90, de foros tais como a Comunidade Ibero-Americana de Nações e as negociações do Acordo Inter-Regional Mercosul-UE, os dois países vêm construindo uma parceria estratégica, solidamente ancorada em iniciativas e ações de interesse recíproco. Essa parceria fortaleceu-se ainda mais com a assinatura, por ocasião da visita do Presidente Zapatero ao Brasil, em janeiro de 2005, da Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica Brasil-Espanha.

Nota à imprensa. “Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Espanha.” Brasília, 14 de setembro de 2007

* * *

Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e José Luis Rodríguez Zapatero reafirmaram os valores compartilhados pelos dois países, no que diz respeito ao fortalecimento da democracia, ao respeito aos direitos humanos, à defesa da paz e à promoção do desenvolvimento com justiça social. No âmbito internacional, deram ênfase ao mútuo compromisso com o diálogo de civilizações e o fortalecimento do multilateralismo. (...)Os dois Chefes

de Governo constataram que a imigração foi, ao longo da história, um dos pilares do patrimônio de diversidade e tolerância hoje ostentado pelos dois países. Sublinharam, igualmente, a importância de que seus nacionais residentes no exterior recebam tratamento digno e não-discriminatório, a fim de preservar a elevada qualidade dos vínculos humanos existentes entre os dois povos.

Declaração Conjunta do Presidente Lula e do Presidente José Luis Rodríguez Zapatero, por ocasião de visita à Espanha. Madri, 17 de setembro de 2007

França

O Ano do Brasil na França [2005] representa o encontro de dois povos que, ao longo de suas histórias, construíram afinidades e convergências. Compartilhamos uma mesma percepção sobre as vantagens e os riscos da globalização. Acreditamos no multilateralismo e no diálogo como instrumentos na construção de um mundo mais próspero e justo, com menos fome e menos pobreza. (...) Senhores empresários, suas presenças aqui são a melhor demonstração do enorme potencial das relações econômicas e comerciais entre nossos países. Trago-lhes uma palavra de confiança e de determinação. (...) Parcerias entre nossas empresas beneficiarão também a presença francesa no Brasil. Poderão beneficiar-se da transferência mútua de tecnologia, e alcançarão não apenas o vasto mercado brasileiro, mas terão uma plataforma de operações para todos nossos vizinhos sul-americanos.

Discurso do Presidente Lula durante almoço com empresários franceses e brasileiros. Paris, 13 de julho de 2005

* * *

A cooperação entre o Brasil e a França ganhou novo impulso com a decisão dos dois Presidentes, em 2005, de criar seis grupos de trabalho sobre temas ligados à cooperação científica e tecnológica e suas aplicações industriais. Os grupos de trabalho vêm-se reunindo e adotaram programas visando a estreitar a cooperação bilateral nos domínios da energia renovável, defesa, inovação tecnológica, energia nuclear, tecnologias espaciais e cooperação com países africanos. Merece destaque o interesse mútuo em desenvolver o mercado internacional de etanol e estabelecer cooperação trilateral para a expansão da produção de biocombustíveis em países em desenvolvimento, especialmente na África e no Caribe.

**Nota à imprensa. “Visita de Estado ao Brasil do Presidente da República Francesa, Jacques Chirac.”
Brasília, 23 de maio de 2006**

* * *

A visita do Presidente Chirac é oportunidade para consolidar uma parceria privilegiada que foi lançada durante minha visita a Paris, em julho de 2005. É uma oportunidade para retomarmos e aprofundarmos assuntos da pauta bilateral, bem como de alcance regional e internacional. Temos tido na França um importante aliado no encaminhamento de questões internacionais cruciais. (...) Assinamos, em 2005, um acordo para a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, que ligará o Amapá à Guiana. O acordo já foi aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro. E sei que contaremos com o apoio do Presidente Chirac para sua pronta aprovação pelo legislativo francês. Será uma ponte que ajudará a estreitar a cooperação na região fronteira e a reforçar a integração física de toda a América do Sul.

Declaração à imprensa do Presidente Lula por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da França, Jacques Chirac. Brasília, 25 de maio de 2006

Itália

Brasil e Itália estão ligados por laços históricos e culturais. Mais do que isso, somos unidos por vínculos familiares e de sangue. Parte importante de nossa história foi escrita com a ajuda de imigrantes italianos que vieram em busca de um futuro melhor e terminaram por “fazer a América”. Realizaram sonhos e ajudaram a construir o Brasil. (...) Hoje, a comunidade ítalo-brasileira tem cerca de 25 milhões de pessoas. A grande São Paulo é a maior cidade italiana fora deste país. Temos uma pequena Itália no coração do Brasil. Os imigrantes e seus descendentes têm muito orgulho de suas origens, sem deixar de ser cem por cento brasileiros. (...) Brasileiros e italianos vêem o mundo através das mesmas lentes da herança latina e humanista. Nossos laços históricos devem facilitar o diálogo e cooperação no cenário internacional. Partilhamos a convicção de que não haverá paz e segurança duradouras enquanto não tivermos um mundo mais equilibrado econômica e socialmente.

Discurso do Presidente Lula por ocasião de Declaração Conjunta à imprensa durante visita à Itália. Roma, 17 de outubro de 2005

* * *

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente do Conselho de Ministros Romano Prodi deverão reafirmar o compromisso com o estabelecimento de uma parceria estratégica e concordar em instituir Mecanismo de Consultas no mais alto nível político, que contemplará reuniões anuais com vistas à avaliação dos compromissos acordados, à fixação de novas metas para o relacionamento bilateral e à coordenação de posições sobre temas de interesse mútuo da agenda internacional. (...) No relacionamento Brasil-Itália sobressaem os sólidos vínculos humanos que unem os dois povos, ilustrados pelos 25 milhões de brasileiros de origem italiana, muitos dos quais com dupla cidadania.

Nota à imprensa. “Visita oficial ao Brasil do Presidente do Conselho de Ministros da República Italiana, Romano Prodi.” Brasília, 23 de março de 2007

Portugal

Os Chefes de Governo felicitaram-se pelo excelente estado das relações entre as nações irmãs. Reconheceram que o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, firmado em 2000, oferece marco jurídico de singular relevância para o desenvolvimento da agenda bilateral, por sua função na promoção de consultas e concertação, abrangendo todas as dimensões do relacionamento entre o Brasil e Portugal.

Declaração Conjunta do Presidente Lula e do Primeiro-Ministro de Portugal, João Manuel Durão Barroso, por ocasião da VII Cúpula Brasil-Portugal. Brasília, 8 de março de 2004

* * *

Portugal e Brasil são unidos por laços permanentes de amizade e história. O carinho com que sempre fui recebido em Portugal é prova disso. Vejo, com grande satisfação, o quanto avançamos em nosso intercâmbio, nesses últimos anos. O comércio entre os dois países superou, em 2005, 1 bilhão e 200 milhões de dólares, ou seja, dobrou em poucos anos. (...) A parceria entre Portugal e Brasil tem como ponto de partida o espírito empreendedor de nossos povos e sua vocação solidária. Assim como os milhões de portugueses que vieram ajudar a construir a grandeza desta nação, hoje brasileiros contribuem para forjar o Portugal moderno. (...) A ação internacional de Portugal e Brasil se orienta por um mesmo conjunto de valores. Temos um compromisso fundamental com o respeito aos direitos humanos e a democracia. Estamos empenhados no fortalecimento do

multilateralismo e na defesa do direito internacional como instrumentos de promoção da paz e segurança. Temos a firme convicção de que esses ideais são melhor resguardados no âmbito de processos regionais de integração.

Discurso do Presidente Lula por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates. Brasília, 9 de agosto de 2006

* * *

O relacionamento bilateral caracteriza-se por uma agenda densa, diversificada e moderna, que vai além de seus fundamentos tradicionais, e inclui temas políticos, econômicos, regionais e culturais. Ressalte-se, ainda, a natureza especial do aprofundamento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), iniciativa diplomática com objetivos de longo prazo, que mobiliza também os dois países.

Nota à imprensa. “Visita de Estado a Portugal do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.” Brasília, 9 de julho de 2007

Reino Unido

As afinidades e o caráter empreendedor de nossos povos vêm impulsionando uma relação de grande fecundidade, cujo potencial apenas começamos a realizar. O excepcional momento que vivem nossas economias oferece amplas oportunidades. Temos hoje a possibilidade de unir esforços para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo em diferentes áreas. (...) Percebo, no Reino Unido, o mesmo espírito de renovação, tanto no plano interno, como no internacional. Confiamos em que a liderança do Reino Unido na Europa, no G-8 e no cenário multilateral contribuirá

decisivamente para que avancemos em temas de interesse mútuo. O Primeiro-Ministro Blair e eu estamos empenhados em desbloquear as negociações multilaterais de comércio. A conclusão exitosa da Rodada de Doha, com a realização dos altos propósitos de uma genuína Agenda para o Desenvolvimento, é prioritária para os Governos do Brasil e do Reino Unido. Nossos países têm laços e responsabilidades especiais em relação à África. Precisamos desenvolver mecanismos de cooperação trilateral que permitam que todo o potencial de nossas experiências seja utilizado em benefício dos países africanos, em particular os mais pobres. Juntamos esforços, igualmente, no combate ao terrorismo, ao narcotráfico e aos crimes transnacionais.

Discurso do Presidente Lula por ocasião do Banquete de Estado oferecido pela Rainha Elizabeth II. Londres, 7 de março de 2006

* * *

A nossa relação é baseada em valores comuns: a importância crucial da democracia e do estado de direito; a promoção do crescimento econômico baseado na liberalização comercial; a determinação de combater a pobreza, a injustiça e a exclusão; e o reconhecimento dos vínculos entre desenvolvimento e paz, segurança, direitos humanos e justiça social.

Declaração Conjunta do Presidente Lula e do Primeiro-Ministro Tony Blair. Londres, 9 de março de 2006

Rússia

Sua visita [do Presidente Putin] é a primeira de um Chefe de Estado da Federação da Rússia a nosso país. Estamos abrindo novos

horizontes nas nossas relações. Temos hoje a oportunidade de concretizar a decisão, anunciada em meu discurso de posse, de dar prioridade à aproximação entre o Brasil e a Rússia. (...) Concordamos em aprofundar nossas múltiplas complementaridades e explorar as potencialidades ilimitadas que o engenho científico e a capacitação técnica de nossos povos abrem no caminho do pleno desenvolvimento. Nada melhor expressa essas possibilidades do que o programa de cooperação no campo espacial. Com a valiosa participação russa, o Brasil está retomando, com renovado otimismo e determinação, o programa de utilização da Base de Alcântara para o lançamento de satélites em bases comerciais. (...) Talvez mais importante, o diálogo que mantive com o Presidente Putin foi oportunidade para reafirmarmos os valores e propósitos que nos unem, como a paz, a estabilidade democrática, o desenvolvimento com equidade e a promoção dos direitos humanos.

Discurso do Presidente Lula por ocasião da visita do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin. Brasília, 22 de novembro de 2004

* * *

Os mandatários [Lula e Putin] confirmaram o firme propósito de promover a cooperação entre seus dois países e demais membros da comunidade internacional para que a luta contra o terrorismo seja conduzida de modo persistente e dentro da legitimidade, tendo como fundamento o Direito Internacional, os princípios e normas das Nações Unidas e os Direitos Humanos universalmente reconhecidos. Os dois Presidentes ressaltaram que o terrorismo não deve ser identificado com nenhuma nacionalidade, religião ou tradição cultural e que os esforços internacionais nessa área devem ser voltados para a defesa de valores universais conquistados por todos os povos do mundo, de todas as crenças e etnias, em sua aspiração por liberdade

e justiça. Os Presidentes destacaram a importância da cooperação em áreas de alta tecnologia para o aprofundamento das relações bilaterais de parceria, em particular na cooperação para o uso pacífico do espaço exterior (...).

Declaração Conjunta sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente Lula e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin. Brasília, 22 de novembro de 2004

* * *

Iniciativas recentes fazem da ciência e tecnologia um dos campos mais promissores para concretizar a “aliança tecnológica” que o Presidente Putin e eu propusemos. O sucesso do vôo do nosso cosmonauta, Tenente-Coronel Marcos Pontes, no segmento russo da Estação Espacial Internacional demonstrou a solidez da cooperação entre nossos programas espaciais. Como já adiantei, estamos trabalhando com a parte russa para aprimorar o Veículo Lançador de Satélites brasileiro. Outros campos em que avançamos no intercâmbio são: metrologia, biotecnologia, física da terra, tecnologia alimentar e astronomia. Identificamos novas áreas de cooperação, tais como a de nanotecnologia, microeletrônica e tecnologias da informação. (...) Normalmente vistos como países muito diferentes, Brasil e Rússia, na verdade, guardam expressivas similaridades. Somos gigantes territoriais com influência importante nos respectivos contextos continentais, além de possuir grandes populações com perfil etnicamente diversificado. A Rússia é país de peso no panorama mundial e exerce papel significativo nos rumos políticos e econômicos de sua região.

Entrevista concedida pelo Presidente Lula à Agência Interfax. Moscou, Rússia, 13 de julho de 2006

Países escandinavos

Na última semana, viajei à Finlândia, Suécia, Dinamarca e Noruega. Foi a primeira vez que um presidente do Brasil esteve oficialmente na Escandinávia. Pude, assim, retribuir as visitas que os líderes de todos esses países fizeram ao Brasil. A viagem aprofundou a parceria do Brasil com uma região que é sócia em negociações internacionais estratégicas. Uma relação que não é de hoje. (...) Os países escandinavos sempre foram fonte de admiração e inspiração pelo seu modelo de bem-estar social e altíssimo índice de desenvolvimento humano. Sabem que a prosperidade econômica e a justiça social são o lastro maior da paz e da segurança. Por essa razão, compartilhamos a convicção de que um multilateralismo robusto e representativo é fundamental para construir um mundo mais solidário.

“Brasil-Escandinávia: parceria ambiciosa”. Artigo do Presidente Lula no jornal *Folha de São Paulo*. Brasília, 19 de setembro de 2007





ÁSIA





ÁSIA

FORO DE COOPERAÇÃO AMÉRICA LATINA – ÁSIA DO LESTE (FOCALAL)

A América Latina e a Ásia do Leste são regiões amplas e diversas que precisam se conhecer melhor. Em tempos de aceleração das comunicações e de meios de transporte cada vez mais sofisticados, a distância geográfica não é um impedimento. Essa desculpa já não vale mais. As diferenças culturais tampouco são um obstáculo, pelo contrário. Elas enriquecem o nosso intercâmbio, nutrem o nosso diálogo, aprimoram nosso entendimento do mundo. Nossas regiões estão buscando seu lugar na nova configuração de forças que emerge neste início de século. A aproximação que queremos contribui para uma ordem mundial mais democrática e pluralista, que reconheça a diversidade dos povos. Reforça a multipolaridade, vital para combater hegemonias de qualquer espécie. O FOCALAL pode ser um valioso instrumento para promover essa aproximação. Podemos estabelecer parcerias construtivas e inovadoras se soubermos explorar os numerosos pontos de convergência que existem entre nós.

Discurso do Ministro Celso Amorim na abertura da III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL). Brasília, 22 de agosto de 2007

* * *

Reconhecemos [os Ministros dos países-membros do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste] que o FOCALAL desempenha um papel

importante ao aproximar países de duas regiões muito diferentes, para fins de diálogo e cooperação. Nesse sentido, reafirmamos nosso interesse em realizar projetos conjuntos, a fim de fomentar o conhecimento recíproco entre as duas regiões e de produzir frutos palpáveis para nossos povos. Reconhecemos que a melhor compreensão entre países-membros do FOCALAL a respeito de assuntos de interesse mútuo seria valiosa para a abordagem de tópicos em fóruns multilaterais e particularmente para assegurar uma coordenação melhor de nossas opiniões convergentes. Reconhecemos que, embora desempenhe um importante papel complementar a atividades em outros fóruns, o FOCALAL deve evitar a duplicação de esforços já em andamento. (...) Com satisfação, observamos que a relação entre a Ásia do Leste e a América Latina tem evoluído, passando de uma aproximação política para uma que se reveste de um caráter econômico, tecnológico e cultural cada vez mais acentuado. Decidimos atribuir alta prioridade à cooperação em matéria de comércio e investimento no FOCALAL, como um poderoso meio de promover o desenvolvimento, a prosperidade e a inclusão social para os nossos povos, bem como uma relação ainda mais significativa e substancial entre nossas regiões.

**Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste.
“Declaração Ministerial de Brasília.” 23 de agosto de
2007**

CHINA

Eu digo sempre que relação comercial é uma via de duas mãos. Obviamente, todos nós sempre queremos vender mais do que comprar, mas é importante que a relação comercial seja equilibrada para que os dois países possam estar contentes e satisfeitos. Todos nós conhecemos, na vida pessoal, que o bom negócio é aquele que contempla os dois, ou seja, quem compra e quem vende. E eu acho que nós precisamos estar

preparados para comprar e para vender porque essa relação com a China é, definitivamente, uma relação estratégica. Eu acho que China e Brasil só têm a ganhar com o aperfeiçoamento das nossas relações. (...) Somos dois grandes países em desenvolvimento que procuram integrar-se nas correntes internacionais de comércio e investimento sem abrir mão da autonomia de nossos processos decisórios. Daí a importância de nossa aliança estratégica - não só para intensificar nosso relacionamento recíproco, mas para modificar as regras injustas que, hoje, presidem o comércio internacional.

**Discurso do Presidente Lula no encerramento do
Seminário Brasil-China: uma Parceria de Sucesso.
Xangai, China, 26 de maio de 2004**

* * *

É com a mais grata satisfação que me congratulo com Vossa Excelência pela passagem do trigésimo aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre nossos países. Asseguro a Vossa Excelência que o Governo brasileiro concede a mais alta relevância ao harmonioso desenvolvimento dos laços de amizade que unem os Governos e os povos da República Federativa do Brasil e da República Popular da China. (...) Estou confiante de que o futuro nos reserva o fortalecimento cada vez maior da auspiciosa parceria entre Brasil e China, fundamentada nos quatro princípios que têm orientado nosso relacionamento bilateral, quais sejam: fortalecimento da confiança política mútua, com base em diálogo de igualdade; aumento do intercâmbio econômico-comercial com vistas ao benefício recíproco; promoção da cooperação internacional, com ênfase na coordenação das negociações; e intercâmbio entre as respectivas sociedades civis, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo.

**Mensagem dirigida pelo Presidente Lula ao Presidente
Hu Jintao, por ocasião da celebração dos 30 anos de**

estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China. Brasília, 15 de agosto de 2004

* * *

Registro, com satisfação, o alto grau de entendimento político alcançado nas relações entre o Brasil e a China, fundado no respeito mútuo pela soberania e integridade territorial e não-ingerência nos assuntos internos de cada parte, bem como no anseio comum de contribuir para promover a paz e a solidariedade entre as nações em um sistema multipolar e consoante com a Carta da ONU. (...) Evidencia-se o novo patamar de cooperação em nosso relacionamento bilateral, orientado pelos quatro princípios compartilhados de fortalecimento da confiança política mútua, com base em diálogo de igualdade; aumento do intercâmbio econômico-comercial com vistas ao benefício recíproco; promoção da cooperação internacional, com ênfase na coordenação das negociações; e intercâmbio entre as respectivas sociedades civis, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo. O envolvimento direto das mais altas autoridades de nossos países, em anos recentes, permitiu a formação e o aprofundamento de uma parceria estratégica de grande alcance para o adensamento cada vez maior dos laços de amizade existentes entre o povo brasileiro e o povo chinês.

Mensagem dirigida pelo Ministro Celso Amorim ao Chanceler Li Zhaoxing, por ocasião da celebração dos 30 anos das relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China. Brasília, 15 de agosto de 2004

* * *

O Brasil e a China têm dimensões geográficas e grau de desenvolvimento tecnológico e industrial semelhantes, características que os aproximam

também em suas respectivas atuações e objetivos no contexto do Regime Internacional sobre Mudança do Clima. Essa convergência de interesses também se traduz em um diálogo cada vez mais estreito no contexto bilateral, como evidenciado pela reunião de Brasília, e na busca de ações conjuntas para a cooperação em áreas de interesse mútuo, especialmente em questões de particular interesse para os países em desenvolvimento, como adaptação à mudança do clima.

Nota à imprensa. “I Reunião da Agenda Comum Brasil-China sobre Desenvolvimento Sustentável com Ênfase em Mudança do Clima.” Brasília, 23 de agosto de 2004

* * *

Além do crescimento expressivo já observado no intercâmbio comercial bilateral, há perspectiva de investimentos importantes nas áreas de infraestrutura hidroferroviária, siderurgia e cooperação energética. (...) Dentre as iniciativas que vêm sendo desenvolvidas com particular êxito pelos dois países, notabiliza-se o projeto CBERS, maior programa de cooperação aeroespacial de alta tecnologia entre países em desenvolvimento, que prevê o lançamento do satélite CBERS 2B e a venda de imagens geradas pelo sistema para terceiros países.

Nota à imprensa. “Visita ao Brasil do Presidente da República Popular da China, Senhor Hu Jintao.” Brasília, 10 de novembro de 2004

* * *

A parceria estratégica sino-brasileira está fundamentada na crença de que temos interesse comum na busca de um mundo multipolar e pluralista. Estamos convencidos de que somente através do diálogo e da cooperação poderemos responder ao desafio de promover a paz e combater o

terrorismo, de preservar o meio ambiente e assegurar o desenvolvimento e o bem-estar para todos. Queremos construir uma arquitetura mundial que privilegie o entendimento, a justiça social e o respeito entre os povos. A China e o Brasil mantêm uma cooperação horizontal modelar num sistema internacional marcado pela desigualdade. Essa relação nos dá legitimidade para, juntos, promovermos uma agenda internacional que favoreça a distribuição equitativa de poder e de recursos no cenário internacional. Somente assim estará assegurado o desenvolvimento social e econômico de nossos povos.

**Discurso do Presidente Lula no jantar oferecido ao
Presidente da China, Hu Jintao, no Palácio Itamaraty.
Brasília, 12 de novembro de 2004**

Taiwan

O Brasil reitera seu apoio à “política de uma-só-China”. O Governo brasileiro manifesta seu apoio à política de reunificação pacífica do território conduzida pelo Governo chinês, e se soma às manifestações da comunidade internacional contrárias a movimentos unilaterais que venham alterar o status quo e comprometer a paz e a estabilidade na região.

**Nota à imprensa. “Declaração de apoio à “política de
uma-só-China”.” Brasília, 16 de março de 2004**

* * *

A parte brasileira reiterou o seu compromisso com o princípio de Uma Só China, opondo-se a qualquer atividade que tenha como objetivo a secessão e o aumento das tensões no Estreito de Taiwan. A parte brasileira afirmou ser contrária ao ingresso de Taiwan em organizações internacionais nas quais admitem-se apenas estados soberanos. A parte brasileira reiterou

também a sua posição de que o Tibet é parte inalienável do território chinês.

Ata final da I Sessão da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. Brasília, 24 de março de 2006

* * *

O Brasil reconhece a República Popular da China como “único Governo legal da China”, conforme consta do Comunicado Conjunto firmado, em 1974, entre os dois países. (...) Por compartilhar com a RPC o princípio de “uma só china”, o Governo brasileiro não reconhece Taiwan como entidade estatal autônoma. (...) A título de esclarecimento, vale lembrar que, apesar de não manter relações diplomáticas com o Brasil, Taiwan está autorizada a manter, em Brasília e em São Paulo, Escritórios Econômico e Cultural, os quais, entretanto, não possuem status diplomático. Assim, o representante do escritório de Taiwan não está credenciado no Brasil como Embaixador junto ao Governo brasileiro.

Mensagem do sítio na Internet do Escritório Comercial do Brasil em Taipé. Acesso em 16 de julho de 2007

ÍNDIA

O Brasil e a Índia são países em desenvolvimento de ampla dimensão territorial. Enfrentam desafios semelhantes em termos econômicos e sociais. Compartilham pontos de vista similares sobre o sistema internacional e aspiram a maior participação nas decisões políticas, econômicas e financeiras mundiais. Com base em visões e desejos comuns, Brasil e Índia almejam desenvolver e aprofundar a estreita cooperação e consulta que já mantêm nos foros internacionais. (...) O Brasil e a Índia estão entre as maiores

democracias do mundo. Ao mesmo tempo em que tratam de desenvolver e aprimorar suas instituições democráticas no plano interno, aspiram a que a democracia prevaleça, igualmente, na ordem internacional. Nesse contexto, os Ministros ressaltaram o papel central das Nações Unidas na preservação da paz e da segurança internacionais. Sublinharam, ainda, a necessidade de estrita observância da Carta das Nações Unidas e dos princípios e normas do Direito Internacional.

Comunicado Conjunto por ocasião da visita oficial ao Brasil do Ministro de Assuntos Exteriores da Índia, Yashwant Sinha. Brasília, 5 de junho de 2003

* * *

O Governo Brasileiro recebeu com satisfação o anúncio oficial, em 25 de novembro corrente, pelos Governos indiano e paquistanês, sobre a entrada em vigor de um cessar-fogo militar ao longo da Linha de Controle entre a Índia e o Paquistão na Cachemira. O Governo brasileiro acredita que essa importante decisão, conjugada a outras medidas recentes tendentes a aumentar a confiança mútua entre os dois países, contribuirá para a diminuição das tensões bilaterais, abrindo caminho para negociações que permitam aos dois países resolverem suas diferenças de forma pacífica. Como país amigo da Índia e do Paquistão, o Brasil se regozija pela decisão de se engajarem decididamente na redução das tensões na região.

Nota à imprensa. “Cessar-fogo entre a Índia e o Paquistão.” Brasília, 27 de novembro de 2003

* * *

Foi concluída, hoje, a negociação de Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Brasil e a Índia, no encerramento da Primeira Reunião de Consultas Aeronáuticas entre os dois países, realizada no Rio de Janeiro. O Acordo –

que vinha sendo negociado desde a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia, em janeiro último – tem por objetivo ampliar as relações bilaterais, criando condições para o estabelecimento, em futuro próximo, de linhas aéreas de carga e passageiros, que liguem os dois países de forma direta e regular.

Nota à imprensa. “Conclusão de Acordo Aéreo Brasil-Índia.” Brasília, 5 de maio de 2004

* * *

O Presidente Lula e Primeiro-Ministro Singh celebraram a assinatura do Programa de Intercâmbio sobre Cooperação em matéria de Educação, durante a Reunião da Comissão Mista em janeiro de 2006, e reafirmaram que deve ser dada prioridade à cooperação em áreas como pós-graduação, pesquisa, educação profissional e cursos de educação à distância. Registraram com satisfação o fortalecimento das relações entre as universidades dos dois países, o qual será aprimorado na primeira reunião do Grupo de Trabalho Conjunto, que terá lugar ainda no ano em curso. Índia e Brasil anunciaram que abrirão proximamente Centros Culturais em São Paulo e em Nova Delhi. Além disso, tal como previsto no Memorando de Entendimento firmado na ocasião, foi acordada a organização, em 2007, de Semanas de Cultura Indiana no Brasil e Semanas de Cultura Brasileira na Índia. Os dois países irão igualmente cooperar na promoção do intercâmbio em matéria de futebol e de treinamento de jogadores e técnicos indianos. Os dois lados buscarão estimular, de forma sistematizada, os contatos pessoais e os vínculos institucionais e acadêmicos.

Comunicado Conjunto por ocasião da visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh. Brasília, 12 de setembro de 2006

* * *

Importante resultado da reunião foi a decisão de iniciar diálogo estratégico bilateral sobre temas regionais e globais de interesse mútuo, como segurança energética e a situação de segurança internacional, inclusive a ameaça de terrorismo. O exercício será conduzido pelo Assessor de Segurança Nacional da Índia e pelas autoridades correspondentes no Governo brasileiro. (...) Brasil e Índia são duas grandes democracias do mundo em desenvolvimento, com muitos interesses em comum e afinidades em suas visões sobre os grandes problemas atuais. Nosso compromisso democrático tem-se refletido também nas posições que assumimos nos fóruns multilaterais, em favor de um sistema internacional mais equilibrado e equitativo. Nossa coincidência de posições se expressa na parceria que construímos, com vistas à necessária atualização das Nações Unidas. Temos reiterado que nenhuma reforma da ONU estará completa sem uma ampliação do Conselho de Segurança que inclua países em desenvolvimento como membros permanentes. Brasil e Índia também estão lado a lado nas negociações da OMC. Nossa atuação conjunta na criação do G-20 modificou a dinâmica das negociações comerciais e consolidou os países em desenvolvimento como interlocutores indispensáveis para o avanço da Rodada de Doha. Passamos a falar de igual para igual com os países ricos. (...) Aprofundamos nossos vínculos nas áreas de pesquisa, ensino à distância e educação profissionalizante em nível de pós-graduação. No setor energético, estamos empenhados em promover uma estreita associação, sobretudo no setor de combustíveis renováveis, em particular o etanol.”

Discurso do Presidente Lula na cerimônia de assinatura de atos e declaração à imprensa, por ocasião da visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh. Brasília, 12 de setembro de 2006

* * *

Ambos os mandatários sublinharam a importância de alicerçar a parceria estratégica em uma base econômica sólida. Nesse contexto, expressaram

satisfação pelo lançamento do Foro de Lideranças Empresariais, constituído por representantes da indústria de ambos os países, bem como pelo objetivo de atingir a marca de US\$ 10 bilhões em trocas comerciais até 2010. Realçaram, nesse sentido, a importância de desenvolver, simultaneamente, maior aproximação entre os dois países e investimentos nas duas economias, particularmente na área de infra-estrutura. Ambos os mandatários acordaram lançar, nos próximos anos, campanhas conjuntas de estímulo às relações econômico-comerciais bilaterais. (...) Ambos os mandatários enfatizaram a necessidade de realização da I Reunião da Comissão de Defesa Brasil-Índia e do desenvolvimento de um programa de cooperação em matéria de uso pacífico da energia nuclear, em consonância com suas obrigações internacionais. Ambos os lados expressaram satisfação pelo desenvolvimento da cooperação na área de ciência e tecnologia e manifestaram expectativa de adoção de um programa de cooperação para o período 2007-2010. Saudaram, igualmente, a decisão de cooperar em aplicações do setor espacial que poderão contribuir nos esforços de desenvolvimento de ambos os países. Identificou-se como área de particular interesse o desenvolvimento de programas de intercâmbio de brasileiros e indianos para melhor apreciação da cultura e das tradições dos dois países. Ambos os mandatários saudaram a decisão de sediar o Festival de Cultura Brasileira na Índia, de janeiro a março de 2008, e o Festival de Cultura Indiana no Brasil, de julho a setembro de 2008. Defenderam a promoção do intercâmbio de artistas, estudantes, jovens e turistas entre os dois países.

**Comunicado Conjunto por ocasião da visita do
Presidente Lula à Índia. Nova Délhi, 4 de junho de 2007**

JAPÃO

Temos motivos para voltar a crer na promessa que levou os primeiros imigrantes japoneses ao Brasil a bordo do *Kasato Marí*, em 1908. O nosso otimismo é o mesmo que levou os investimentos do Japão no Brasil,

desde a década de 60, a se confundirem com a própria história de modernização e industrialização do país. Hoje, o Brasil colhe os frutos dessa cooperação. Minha visita coincide com uma forte retomada do dinamismo econômico em nossos dois países. (...) Queremos voltar a ser o destino preferencial dos empreendimentos japoneses. Pretendemos que o Brasil volte a ser referência prioritária para os investimentos japoneses. Nessa nova fase de nossa histórica associação, queremos que o Japão veja o Brasil não apenas como fornecedor de matérias-primas, mas como um produtor eficiente de produtos de valor agregado. Cada vez mais, o Brasil deseja ser um exportador de aviões, software e energia limpa.

**Discurso do Presidente Lula durante visita ao
Parlamento japonês. Tóquio, 26 de maio de 2005**

* * *

O Governo e o povo brasileiros nutrem grande entusiasmo e confiança na capacidade de avançarmos conjuntamente nos diversos temas que compõem nossa agenda bilateral e em novos empreendimentos, notadamente nos campos da ciência e tecnologia, dos combustíveis renováveis e da promoção do desenvolvimento sustentável. Unidos em torno de valores como a democracia, os direitos humanos e a solução pacífica dos conflitos, o Brasil e o Japão podem prestar importante colaboração à construção de uma ordem internacional mais estável, justa e solidária. Espero que esta comunhão de sentimentos continue a orientar nossos esforços, ao lado de Índia e Alemanha, em prol da necessária reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em 2008, nossas nações celebrarão o primeiro centenário da imigração japonesa no Brasil. A comunidade nipônica no Brasil, da ordem de 1,7 milhão de pessoas, acha-se perfeitamente integrada à sociedade nacional, à qual tem prestado valioso exemplo de disciplina e de capacidade empreendedora. Por sua vez, orgulhamo-nos de ter no Japão a maior comunidade de nikkeis em todo o mundo - 300 mil

pessoas - que, com espírito pacífico e laborioso, contribuem para o bem-estar e a prosperidade da sociedade japonesa.

Mensagem do Presidente Lula ao Primeiro-Ministro do Japão, Shinzo Abe. Brasília, 26 de setembro de 2006

TIMOR LESTE

As relações diplomáticas entre Brasil e Timor Leste foram estabelecidas na mesma data da celebração da independência daquele país, em 20 de maio de 2002. O Brasil tem prestado cooperação a Timor Leste nas áreas de defesa, educação, agricultura e saúde, e deverá iniciar, proximamente, cooperação nas áreas de justiça e direitos humanos.

Nota à imprensa. “Visita oficial ao Brasil do Chanceler de Timor Leste, José Ramos-Horta.” Brasília, 13 de fevereiro de 2004

* * *

O Ministério das Relações Exteriores acompanha com atenção a evolução do quadro político interno no Timor Leste e seu impacto sobre a segurança da comunidade brasileira, de modo a prestar-lhe toda a assistência que se faça necessária. O Brasil valoriza a trajetória democrática seguida pelo Timor Leste desde seu nascimento como Estado independente e continuará a colaborar em favor de sua prosperidade e estabilidade institucional. O Brasil nutre forte sentimento de solidariedade em relação ao Timor Leste e tem procurado colaborar para a elevação do bem-estar da população e para o fortalecimento do Estado timorense. Com esse objetivo, tem prestado cooperação técnica bilateral nas áreas da agricultura, educação, formação profissional, assistência judiciária e saúde.

**Nota à imprensa. “Situação no Timor Leste”. Brasília,
8 de abril de 2006**

* * *

Timor-Leste é o único país da Ásia e Oceania que tem o português como idioma oficial. O Brasil vem cooperando em áreas essenciais à formação do nascente Estado timorense, em campos como educação, justiça, segurança e formação de mão-de-obra.

**Nota à imprensa. “Eleições legislativas em Timor
Leste.” Brasília, 22 de junho de 2007**

ÁSIA CENTRAL

O Itamaraty se reorganiza para apoiar a renovação de nosso relacionamento com os países do Oriente Médio e estabelecer pontes com a Ásia Central. A Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos passou a contar com um departamento dedicado exclusivamente a essa região, de modo a estimular uma ação diplomática mais dinâmica com uma parte do globo que passa por importantes redefinições políticas e econômicas.

**“Uma agenda de cooperação com o mundo árabe”,
artigo do Ministro Celso Amorim no jornal *Valor
Econômico*. São Paulo, 3 de dezembro de 2003**

Afeganistão

O Brasil apoiou com grande satisfação as últimas quatro resoluções do Conselho de Segurança sobre o Afeganistão. A unidade de propósito conferiu um quadro de legitimidade à cooperação internacional em benefício

do povo afegão. (...) As relações diplomáticas entre o Brasil e o Afeganistão foram restabelecidas pelos Presidentes Lula e Karzai em 2004. Estamos prontos a oferecer nossa cooperação ao Afeganistão, particularmente em áreas como monitoramento do comércio exterior e de finanças públicas, censo populacional, pesquisa agrícola, desminagem e assistência eleitoral. O Brasil vem implementando uma série de programas na área de direitos humanos, como a igualdade de gênero e raça e o combate à fome e à pobreza. Estamos prontos a compartilhar tais experiências.

Discurso do Ministro Celso Amorim na Conferência de Londres sobre o Afeganistão - Perspectivas Políticas: o Pacto Global. Londres, 31 de janeiro de 2006

Cazaquistão

A primeira visita de um chefe de Estado do Cazaquistão ao Brasil representa um marco histórico nas relações entre dois povos que estão começando a se conhecer melhor. (...) Estamos colhendo os frutos de parceria lançada com a visita da primeira missão comercial brasileira ao Cazaquistão, em 2005. Nossas trocas vem crescendo de forma sustentada e equilibrada, assegurando geração de renda e de empregos nos dois países. (...) A visita do presidente Nazarbayev ao Brasil é também a primeira de um Chefe de Estado da Ásia Central a um país da América Latina. As rotas comerciais da Ásia Central aproximaram os quatro cantos do mundo antigo, pelos caminhos percorridos pelos mercadores e exploradores. Herdeiro dessa tradição, o Cazaquistão representa, hoje, ponto de encontro entre povos e de diálogo entre culturas. A localização privilegiada do Cazaquistão, no epicentro da Eurásia, explica a decisão de abrir, em Astana, em 2006, a primeira Embaixada brasileira residente na Ásia Central.

Discurso do Presidente Lula por ocasião da visita do Presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev. Brasília, 27 de setembro de 2007

REPÚBLICA DA CORÉIA

Este encontro confirmou o que já sabemos: há um imenso potencial a ser explorado no comércio, nos negócios e nos investimentos entre o Brasil e a Coréia do Sul. (...) A Coréia já é o terceiro maior parceiro do Brasil na Ásia. Em 2004, nosso comércio ultrapassou os 3 bilhões de dólares. Os investimentos coreanos vêm ajudando a fortalecer setores importantes do parque industrial no Brasil, como o automotivo, o eletrônico, a construção, as telecomunicações e o transporte. Estamos levando essa parceira para novas fronteiras. Empresas brasileiras e coreanas estão desenvolvendo associações estratégicas nos campos da energia e da mineração. O tamanho e o peso da comitiva empresarial presente neste seminário atestam a decisão de dar um sentido renovado a essa parceria. (...) A “Parceria Especial para o Século XXI” que estamos lançando unirá nossos esforços e recursos para pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas como a aeroespacial, a biotecnologia, a eletroeletrônica e as tecnologias limpas.

Discurso do Presidente Lula por ocasião do encerramento do Seminário Brasil-Coréia: Oportunidades de Comércio e Investimentos. Seul, 24 de maio de 2005

* * *

Minha vinda à República da Coréia completa um ciclo iniciado com a visita do Presidente Roh ao Brasil, no ano passado. Vim aqui reafirmar os compromissos que enunciamos em Brasília. Mas vim também, colher os primeiros frutos da nova parceria que lançamos ao estabelecer uma Relação Abrangente de Cooperação para a Prosperidade Comum no Século XXI. Apesar da distância, o Brasil e a República da Coréia têm fortes complementaridades e afinidades. Enfrentamos o comum desafio de forjar um futuro de segurança e prosperidade para nossos povos em meio às incertezas de uma globalização sem regras justas e sem solidariedade. A

Coréia e o Brasil vêm respondendo positivamente a esses desafios. (...) A atenção da comunidade internacional está voltada para a Península Coreana. O Brasil solidariza-se com o empenho do governo do Presidente Roh para reduzir as tensões na região. Compartilhamos a convicção de que será por meio do diálogo e do engajamento construtivo que se alcançará a reconciliação definitiva do povo coreano.

Discurso do Presidente Lula por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente da República da Coréia, Roh Moo-Hyun. Seul, 25 de maio de 2005

REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA CORÉIA (RPDC)

O Governo brasileiro tomou conhecimento da declaração da República Popular Democrática da Coréia (RPDC), de 10 de fevereiro corrente, sobre a decisão de suspender sua participação nas conversações hexapartites, bem como do anúncio de que possui armas nucleares e de que pretende continuar a desenvolvê-las. O Governo brasileiro lamenta a decisão anunciada pela Coréia do Norte. (...) O Brasil reafirma a convicção de que as questões relativas à paz e à segurança internacionais devem ser tratadas pela via da negociação, com espírito construtivo, de modo a favorecer soluções que fortaleçam a estabilidade e a confiança da comunidade dos Estados.

Nota à imprensa. “Anúncio da Coréia do Norte sobre Posse de Armas Nucleares.” Brasília, 11 de fevereiro de 2005

* * *

O Governo brasileiro exorta a RDPC a reintegrar-se, sem condições e como país não nuclearmente armado, ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Conclama, igualmente, a Coréia do Norte a aderir,

no mais breve prazo, ao Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) e a observar estritamente a moratória de testes nucleares enquanto o CTBT não entrar em vigor.

Nota à imprensa. “Anúncio de teste nuclear da República Democrática e Popular da Coreia.” Brasília, 9 de outubro de 2006

OCEANIA

Austrália

Na reunião de trabalho, os dois Ministros [Celso Amorim e Alexander Downer] analisaram possíveis iniciativas conjuntas com o objetivo de aprofundar as relações entre Brasil e Austrália, que celebraram 60 anos de relações diplomáticas em 2005. (...) Especial atenção foi dedicada à intensificação dos contatos entre cidadãos, que se têm expandido fortemente nos últimos anos, particularmente em áreas como a educação. Reafirmaram igualmente compromissos que apontam para o crescente adensamento do relacionamento entre os dois países. [Os dois Chanceleres] Expressaram apoio aos esforços que vêm empreendendo Mercosul e CER (*Closer Economic Relations between Australia and New Zealand*), em diálogo construtivo, para crescente aproximação dos dois blocos regionais.

Comunicado Conjunto Brasil-Austrália. Brasília, 4 de janeiro de 2006

Nova Zelândia

Brasil e Nova Zelândia mantêm estreita coordenação em foros multilaterais em temas como meio ambiente e desenvolvimento sustentável (ambos

apóiam o Protocolo de Quioto), bem como desarmamento e não proliferação (os dois países integram a chamada Coalizão da Nova Agenda) e direitos humanos. No plano comercial, Brasil e Nova Zelândia fazem parte do Grupo de Cairns, com o objetivo de pôr fim a práticas que distorcem o comércio internacional de produtos agrícolas e promover a liberalização nessa área. A Nova Zelândia compartilha com o Brasil o compromisso com o relançamento da Rodada de Doha, com elevado nível de ambição no tocante ao tema da agricultura. Ambos os países têm buscado formas de incrementar o comércio bilateral.

Nota à imprensa. “Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nova Zelândia, Phil Goff”. Brasília, 27 de fevereiro de 2004



FÓRUM ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL (IBAS)



FÓRUM ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL (IBAS)

Este constituiu um encontro pioneiro de três países com democracias vibrantes, de três regiões do mundo em desenvolvimento e atuantes em escala global, com o objetivo de examinar temas da agenda internacional e de interesse mútuo. Nos últimos anos, notou-se a importância e a necessidade de diálogo entre países e nações em desenvolvimento do Sul. (...) Os Ministros recomendaram a seus respectivos Chefes de Estado e/ou Governo a realização de encontro de Cúpula dos três países. Decidiram também intensificar ainda mais o diálogo em todos os níveis, quando necessário, para organizar encontros de funcionários de alto nível e especialistas responsáveis por questões de interesse mútuo. Decidiram manter consultas políticas regulares sobre os itens da agenda internacional, assim como intercambiar informações sobre questões de cooperação mútua, a fim de coordenar posições sobre questões de interesse comum. (...) Os Ministros decidiram denominar este grupo de “Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul” (IBAS).

Declaração de Brasília. Reunião Trilateral de Chanceleres do Brasil, da África do Sul e da Índia. Brasília, 6 de junho de 2003

* * *

O IBAS foi marcado, desde a sua origem, pelo signo do pragmatismo. Mesmo a concertação político-diplomática sobre os mais diferentes temas — sejam eles a Rodada de Doha, a promoção da paz e da segurança ou o combate à fome e à pobreza — é voltada para a obtenção de avanços concretos.” Mesmo não sendo formado por países do círculo tradicional

de doadores internacionais, o IBAS investe na solidariedade entre países do Sul. O Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza quer ser um exemplo de como países de menor desenvolvimento relativo podem se beneficiar das experiências de outros países em desenvolvimento.

**Nota à imprensa. “Discurso do Ministro Celso Amorim na cerimônia da abertura da Reunião Ministerial do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS).”
Rio de Janeiro, 30 de março de 2006**

* * *

Criado em 2003, o Fórum de Diálogo IBAS desempenha papel cada vez mais importante nas políticas exteriores da Índia, Brasil e África do Sul. Tornou-se instrumento útil para a promoção de coordenação cada vez mais estreita sobre temas globais entre três grandes democracias multiculturais e multirraciais da Ásia, América do Sul e África, e contribuiu para dar relevo à cooperação trilateral Índia-Brasil-África do Sul em áreas setoriais.

**Nota à imprensa. “Reunião de Cúpula do IBAS.”
Brasília, 13 de setembro de 2006**

* * *

O IBAS é muito mais do que uma construção diplomática. É a expressão natural de identidades de visão sobre grandes temas internacionais. É também uma manifestação concreta de objetivos compartilhados por Brasil, Índia e África do Sul. Somos democracias plenamente consolidadas, que dão exemplo de convivência harmônica entre as várias etnias e culturas que formaram nossas sociedades. Somos economias emergentes, destinadas a ter presença internacional sempre mais relevante. Somos,

também, países que ainda enfrentam o desafio de combater a pobreza extrema e lograr um desenvolvimento sustentável. Estamos determinados a avançar na construção de sociedades mais justas e prósperas por meio de políticas econômicas responsáveis e de um compromisso sem tréguas com a melhoria das condições de vida de nossas populações mais vulneráveis. Índia, África do Sul e Brasil também podem oferecer uma contribuição decisiva para a construção de uma ordem internacional mais justa, solidária e equilibrada. Estivemos juntos na origem do G-20, trabalhamos em conjunto na reforma das Nações Unidas. Nossa capacidade de irradiação positiva em nossas respectivas regiões – África, América Latina e Ásia – reforça o papel que cabe ao Sul nos principais debates e decisões internacionais. (...) O que queremos, com o IBAS e outras iniciativas, é aproveitar melhor oportunidades de cooperação Sul-Sul antes inexploradas. Isso não quer dizer que o Brasil vá descuidar das relações com o mundo desenvolvido. Essas duas vertentes de nossa política externa não são jogos de soma zero. São complementares, uma reforça a outra.

**Discurso do Presidente Lula na sessão de abertura da I
Cúpula do IBAS. Brasília, 13 de setembro de 2006**

* * *

O IBAS é, em primeiro lugar, um mecanismo de concertação política sobre grandes temas da agenda internacional, nos quais temos significativa identidade. Defendemos o multilateralismo e uma ordem internacional baseada no direito e na construção de consensos. Somos favoráveis a uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas que inclua países em desenvolvimento entre seus membros permanentes. Coincidimos em que a proteção ao meio ambiente é indissociável do combate à pobreza e do desenvolvimento econômico. Na Rodada Doha, nossa ação no G-20 dá absoluta prioridade aos cortes efetivos nos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos.

Estamos convencidos ser necessário um equilíbrio entre os direitos de proteção à propriedade intelectual e as políticas públicas na área da saúde. Mas o IBAS é mais do que um instrumento que fortalece a voz dos países em desenvolvimento nos grandes debates mundiais. Constitui, também, um instrumento privilegiado para iniciativas concretas de cooperação trilateral em áreas como a agricultura, comércio, ciência e tecnologia, energia e transportes, entre outras. Nesta Cúpula, buscaremos avançar em entendimentos trilaterais nessas áreas.”

“A aliança Índia-Brasil-África do Sul”, artigo do Presidente Lula no jornal *Valor Econômico*. São Paulo, 15 de setembro de 2006

* * *

Desde sua criação, em 2003, nossa aliança atraiu curiosidade e enfrentou ceticismo. Mas, sobretudo, suscitou esperanças. A primeira Cúpula, que o Brasil teve a honra de acolher, acelerou o processo e mostrou o acerto de nossa iniciativa. O IBAS expandiu suas atividades e se firmou como instrumento de aproximação entre nossos três países. Constituímos um foro de diálogo que confere a nossos países uma presença ainda mais relevante neste mundo cheio de injustiças e desigualdades. Mostra que os países em desenvolvimento podem ter uma inserção internacional altamente qualificada. (...) O IBAS vem mostrando capacidade de interlocução em vários temas da agenda global. Isso reflete nossa credibilidade, nossa presença diplomática e nossa capacidade de contribuir para a construção de uma ordem internacional mais justa e democrática. (...) O Fundo IBAS para Combate à Fome e à Pobreza é um motivo de orgulho. Traduz, de forma concreta, uma nova proposta de solidariedade internacional. Somos países em desenvolvimento que unem suas forças para ajudar os mais pobres. Provamos que não é preciso ser rico para ser solidário. Foi com justificada satisfação que recebemos o prêmio da ONU aos projetos desenvolvidos pelo IBAS no Haiti e na Guiné-Bissau. Estão em estudo

iniciativas que beneficiarão Burundi e outros países pobres da África, da Ásia e da América Latina.

Discurso do Presidente Lula na cerimônia de abertura da II Cúpula do IBAS. Joanesburgo, 17 de outubro de 2007



ÁFRICA



ÁFRICA

ÁFRICA – GERAL

Com 76 milhões de afrodescendentes, somos a segunda maior nação negra do mundo, atrás só da Nigéria. Estou pessoalmente empenhado em refletir essa realidade em nossa atuação interna e externa. Temos um compromisso político, moral e histórico com a África, e com os brasileiros que descendem dos africanos. E vamos honrar esse compromisso.

Discurso do Presidente Lula durante Sessão Especial da LXI Conferência Internacional do Trabalho. Genebra, 2 de junho de 2003

* * *

A África é uma referência indispensável para a formação de nosso povo e de nossa cultura. E é muito mais que isso. É um continente que, como o Brasil, anseia e luta por liberdade, justiça social, democracia e desenvolvimento. Temos muito a aprender uns com os outros, temos muito a contribuir uns com os outros. Temos experiências para compartilhar. Temos inúmeras riquezas, materiais, espirituais e simbólicas para trocar. E tenho certeza de que vamos fazer isso, cada vez mais. Quero deixar aqui uma mensagem de muito otimismo em relação ao futuro da nossa amizade. O caminho entre a África e o Brasil já foi um caminho de escravidão. Que essa rota seja agora utilizada para proporcionar prosperidade e felicidade para o povo brasileiro e para o povo africano.

**Mensagem pelo rádio do Presidente Lula à África.
Brasília, 8 de agosto de 2003**

* * *

Nós sabemos que a sociedade brasileira foi construída com o trabalho, com o esforço, com o suor e com o sangue de uma grande parcela de africanos, que eram cidadãos e cidadãs livres na África e se tornaram escravos, para poder prestar serviços no meu país e em outros países. A forma mais correta de retribuirmos o sacrifício que os africanos tiveram é estabelecer a mais perfeita política de harmonia com a África. (...) E essa relação que Brasil pretende manter com os países da África não é uma relação de um país imperialista com vocação de hegemonia. Nós já estamos cansados, já fomos colonizados, já nos libertamos do hegemonismo. Nós, agora, queremos parceria, queremos companheirismo, queremos trabalhar de braços juntos, para a construção de uma política internacional equânime, para organismos multilaterais, democráticos e para que tenhamos igualdade de oportunidades.

**Discurso do Presidente Lula no jantar oferecido pelo
Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano. Maputo,
5 de novembro de 2003**

* * *

O Brasil tem uma dívida com a África. Uma dívida de reconhecimento pela contribuição, em condições de sofrimento e opressão, que milhões de africanos deram para a construção do Brasil. Associamo-nos ao renovado compromisso do continente africano em tomar em suas próprias mãos a responsabilidade de encontrar respostas para seus problemas.

Discurso do Presidente Lula no jantar oferecido pelo

ÁFRICA

Presidente Thabo Mbeki, da África do Sul. Pretória, 8 de novembro de 2003

* * *

Temos especial urgência em ajudar a África na luta contra o dramático ciclo de pobreza, violência e fatalismo. Estamos modernizando os sistemas de informação e comunicação e transferindo tecnologias e capitais, para que o Continente possa competir num mundo crescentemente globalizado.

Discurso do Presidente Lula durante a V Conferência de Chefes de Estado e de Governo, para apresentação do balanço da Presidência brasileira da CPLP. São Tomé, 26 de julho de 2004

* * *

O Brasil deve muito ao povo africano. Homens e mulheres livres, neste Continente, eram escravizados e vendidos para as Américas. E lá, com o seu sofrimento e o seu trabalho, ajudaram a construir o meu país. Mas não adianta agora ficar apenas chorando o que aconteceu no passado, é preciso pensar em construir o futuro.

Discurso do Presidente Lula durante a visita à casa de Chachá de Souza. Ouidah, Benin, 10 de fevereiro de 2006

* * *

Meu Governo aceitou, com muita honra, o convite para ser a sede da segunda edição desta Conferência [II CIAD]. Este fórum de diálogo entre os países africanos e as comunidades de afrodescendentes no mundo faz parte de uma corrente indispensável de descoberta mútua. (...) Temos,

hoje, o desafio de identificar formas de apoio recíproco e maneira de valorizar a cultura africana, em um mundo que se globaliza. O Brasil está empenhado nessa missão. Durante os últimos três anos e meio, visitei 17 países da África e reforcei a presença diplomática do Brasil no continente. Ampliamos e aprofundamos nossos programas de cooperação em setores, como saúde, agricultura e educação, de particular interesse social. Um profundo sentimento de identidade e de solidariedade liga os brasileiros aos povos africanos. É forte, entre nós, a consciência da contribuição que a África deu ao Brasil. Queremos, portanto, ajudar na realização das enormes potencialidades desse continente. O Brasil não é apenas um país da diáspora africana. O Brasil é, também, um país africano, a segunda maior nação negra do mundo.

Discurso do Presidente Lula no jantar dos Chefes de Estado e de Governo e Vice-Presidentes participantes da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora. Salvador-BA, 11 de julho de 2006

Cúpula África-América do Sul (AFRAS)

Quando estive aqui, em 2005, o Presidente Obasanjo sugeriu a idéia de uma Cúpula África-América do Sul. Com visão de estadista, percebeu o potencial de cooperação e solidariedade entre nossas duas regiões. (...) Em nossa atuação internacional, também temos um longo percurso comum com as nações africanas. Defendemos, nas Nações Unidas, a causa da descolonização e o repúdio ao apartheid. Estivemos ao lado dos sócios africanos no processo de criação da UNCTAD. Sofremos, juntos, os períodos recessivos e a desordem da economia mundial, além dos efeitos perversos do protecionismo dos países ricos. Unimos nossas vozes por uma ordem econômica internacional mais justa e equitativa. Hoje, a África é para o Brasil uma prioridade indiscutível. (...) A geologia nos ensinou que, há milhões de anos, a

África e a América do Sul estiveram unidas num só grande continente. Quem nunca se admirou ao ver nos mapas o encaixe quase perfeito que existe entre o Nordeste brasileiro e a costa do Golfo da Guiné? A nova geografia que estamos construindo não moverá as placas tectônicas do planeta, refazendo aquele território contínuo perdido, mas certamente ajudará a transformar a realidade política e econômica internacional, aproximando-nos política, econômica, social e culturalmente.

Discurso do Presidente Lula por ocasião da abertura da Cúpula África-América do Sul (AFRAS). Abuja, Nigéria, 30 de novembro de 2006

União Africana

O diálogo brasileiro com a União Africana tem registrado significativo avanço na gestão do Presidente da Comissão Alpha Konaré, especialmente a partir da reabertura da Embaixada do Brasil na Etiópia, em 2005. A renovada cooperação do Brasil com a UA refletiu-se na organização de dois importantes eventos no ano passado: a II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (II CIAD, Salvador, julho/2006) e a I Cúpula África-América do Sul (AFRAS, Abuja, Nigéria, novembro/2006). Durante a visita, deverá ser assinado Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a União Africana, primeiro instrumento jurídico a ser firmado com aquela organização. O Acordo estabelece moldura jurídica para o desenvolvimento de programas de cooperação técnica em áreas de interesse mútuo, tais como agricultura, saúde, educação, meio ambiente e energia.

Nota à imprensa. “Visita ao Brasil do Presidente da Comissão da União Africana, Alpha Konaré”. Brasília, 27 de fevereiro de 2007

África do Sul

O nível de desenvolvimento alcançado pela África do Sul permite que exploremos oportunidades de cooperação em setores como o automotivo, aeronáutico e metalúrgico, com possibilidade de estabelecimento de joint ventures. Isso sem prejuízo de um esforço redobrado em áreas como a do agronegócio, em que existem comprovadas complementaridades. [...] Existe uma compatibilidade de visões em relação ao quadro internacional que nos torna aliados naturais na defesa de interesses políticos, comerciais, ambientais etc., como pude constatar em meus contatos com o Presidente Mbeki e a chanceler Zuma.

“O Brasil e o renascimento africano”, artigo do Ministro Celso Amorim no jornal *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 25 de maio de 2003

* * *

Merece nossa admiração o papel da África do Sul no lançamento e promoção da União Africana e de seu instrumento de trabalho, a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano – a NEPAD. Desejamos que nossa parceria possa traduzir-se numa contribuição do Brasil para os objetivos da NEPAD. (...) A liderança política e a pujança econômica da África do Sul estão forjando na África Austral uma “renascença africana” cujos resultados já pude observar.

Discurso do Presidente Lula no jantar oferecido pelo Presidente Thabo Mbeki, da África do Sul. Pretória, 8 de novembro de 2003

* * *

Os dois Presidentes [Lula e Mbeki] discutiram a situação econômica, política e social de seus países. Nesse contexto, o Presidente brasileiro parabenizou seu

colega sul-africano pelo sucesso da transição política sul-africana e, especialmente, pelo êxito dos trabalhos da Comissão de Reconciliação e Verdade, finalizados em março de 2003, que muito contribuíram para cicatrizar as feridas abertas durante o período do apartheid. (...) Ademais, ambos os países concordaram em intensificar o comércio, os investimentos e a cooperação tecnológica. As Partes comprometeram-se com a cooperação mútua na luta contra a discriminação e na promoção da igualdade racial. Os Presidentes concordaram igualmente em incrementar a cooperação referente a medidas de combate às várias epidemias que afligem ambos os países em áreas como HIV/AIDS, doenças causadas pela água, malária e dengue. A cooperação em ciência e tecnologia, assim como em defesa, foi também objeto das conversações. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou a disposição do Brasil de estreitar suas relações com a África e, nesse contexto, ambos os Presidentes destacaram o significado da grande afinidade cultural resultante da contribuição africana para o desenvolvimento do Brasil moderno. Os Presidentes também reconheceram o sucesso do primeiro Fórum Brasil-África realizado em Fortaleza, em junho de 2003, e saudaram o fato de que ele se tornará um evento anual (...). Ao enfatizarem sua confiança nos benefícios do crescimento do comércio internacional, os Presidentes indicaram ser inaceitável que países em desenvolvimento estejam sujeitos às práticas protecionistas dos países desenvolvidos. Eles saudaram as atuais negociações comerciais entre a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SACU) e o Mercosul com vistas à criação de uma área de livre comércio.

**Comunicado Conjunto por ocasião da visita do
Presidente Lula à África do Sul. Pretória, 7-8 de
novembro de 2003**

Nigéria

A Nigéria é um dos mais importantes parceiros atlânticos do Brasil. A balança comercial bilateral monta a U\$ 4 bilhões de dólares e existe espaço

para o seu incremento. Os contatos entre operadores econômicos nigerianos e brasileiros vêm permitindo a diversificação das respectivas pautas de exportação, em áreas como a agroindústria, serviços e hidrocarbonetos. A Nigéria é um dos maiores produtores africanos de petróleo e o mais importante fornecedor do produto para o Brasil. A Petrobras vem demonstrando interesse em ampliar sua atuação na Nigéria.

Nota à imprensa. “Visita do Presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, ao Brasil.” Brasília, 6 de setembro de 2005

* * *

O Brasil e a Nigéria têm desenvolvido intensa agenda de cooperação, na qual estão contemplados temas como agricultura, defesa e saúde, inclusive no que diz respeito ao combate ao vírus HIV/AIDS. Outro tema importante para os dois países é a Cúpula África-América do Sul (AFRAS), que a Nigéria se propõe a sediar, em Abuja, no próximo mês de novembro. O Brasil e a Nigéria compartilham vasto campo de interesses comuns, entre os quais a disposição de sensibilizar a comunidade internacional para a importância do combate à fome e à pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável. No plano político, os dois países mantêm intensa e proveitosa coordenação nos foros multilaterais, em especial nas Nações Unidas.

Nota à imprensa. “Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Oluyemi Adeniji.” Brasília, 13 de junho de 2006

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Na presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, estamos procurando traduzir em projetos diversificados a natural

afinidade e solidariedade que nutrimos pelos povos de cada um de seus membros.

**“A diplomacia do Governo Lula”, conferência do
Ministro Celso Amorim no Instituto Rio Branco.
Brasília, 10 de abril de 2003**

* * *

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é mais do que um espaço de confraternização entre povos irmãos. É uma iniciativa de alto valor estratégico, cujo raio de ação abrange quatro continentes. Somos oito países, com uma população de 230 milhões de habitantes comprometidos com a democracia e a justiça social. (...) A CPLP vai ganhando voz e personalidade internacionais. É, hoje, uma organização madura, capaz de reagir prontamente a situações de crise. Desfruta do prestígio de uma instituição vocacionada para a prevenção dos conflitos e tensões. (...) Nossa Comunidade é unida por valores e princípios nascidos de uma vivência lingüística comum que queremos preservar e difundir. O fortalecimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, germe da CPLP, foi uma prioridade durante a Presidência brasileira. Saúdo a entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que tornará ainda mais ágil e franco o nosso diálogo.

**Discurso do Presidente Lula durante a V Conferência
de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. São Tomé,
26 de julho de 2004**

* * *

Também merece menção a tradicional cooperação brasileira no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Os exemplos são muitos. Em parceria com o SENAI, estamos instalando na Cidade de Praia, em Cabo Verde, um Centro de Formação Profissional. Em Angola, inauguramos,

em julho de 2005, um Centro de Excelência em Desenvolvimento Empresarial, em Luanda. Na Guiné-Bissau, estamos implementando um projeto de apoio ao desenvolvimento agrícola e pecuário, financiado pelo Fundo de Combate à Fome e à Pobreza, criado pelo Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). A iniciativa é a primeira ação do gênero empreendida pelo IBAS e constitui demonstração prática da vitalidade da cooperação Sul-Sul.

“A cooperação como instrumento da política externa brasileira”. Artigo do Ministro Celso Amorim no ViaABC, publicação da Agência Brasileira de Cooperação, junho de 2006.

Angola

Associados de longa data, Angola e Brasil preparam-se para consolidar e aprofundar sua cooperação. Este país é hoje o principal beneficiário dos programas de cooperação técnica brasileiros. Angola é ainda o destino de parte considerável dos investimentos externos do Brasil, além de contar com sistema de crédito por parte do governo brasileiro, que tem funcionado de maneira eficiente. Por isso, nossas relações se inscrevem em um contexto de afinidades espontâneas e solidariedade recíproca. Essas circunstâncias explicam por que Angola é, desde sua independência, uma prioridade de nossa diplomacia. Antevemos um futuro de paz, democracia e desenvolvimento social e econômico. Uma Angola forte e próspera poderá ser o motor do avanço de toda uma região. O desenvolvimento de Angola se refletirá em benefícios também para o Brasil, e vice-versa.

Discurso do Presidente Lula por ocasião da abertura da Reunião Ministerial Brasil-Angola. Luanda, 3 de novembro de 2003

* * *

Sinto-me em casa nesta terra, um dos berços da nossa nacionalidade. Vim a Angola na minha primeira visita à África. Retorno no início de meu segundo mandato, para ver de perto os progressos de nossa parceria. (...) Desde minha última vinda, nosso comércio aumentou quase cinco vezes, com exportações angolanas anuais de 460 milhões de dólares. Angola é o terceiro maior fornecedor africano do Brasil e quarto maior importador de produtos brasileiros na África. (...) Nossas relações são históricas. Em 1975, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola. Financiamentos brasileiros tornaram possível a construção da Hidrelétrica de Capanda, o mais importante projeto de infra-estrutura do país. Nossos créditos ajudaram o país a se modernizar. Hoje, mais do que nunca, o Brasil redobra essa aposta. (...) O “Renascimento Angolano” servirá de exemplo e inspiração para as demais nações do continente que buscam estabilidade política e desenvolvimento econômico e social.

Discurso do Presidente Lula na sessão solene de abertura do encontro bilateral com o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos. Luanda, 18 de outubro de 2007

Moçambique

A comunidade internacional começa a descobrir o que o Brasil sempre soube: o enorme potencial de Moçambique e de sua gente. O país entrou, definitivamente, na rota dos grandes investimentos. A Companhia Vale do Rio Doce, com apoio financeiro do BNDES, deseja engajar-se na exploração do carvão de Moatize e no desenvolvimento social do Vale do Zambeze. Acreditamos no potencial desses projetos, sobretudo porque acreditamos em Moçambique. Por essas razões, assinamos o acordo que consolida o compromisso brasileiro de reduzir a dívida de Moçambique com o Brasil. Com essa mesma confiança, estamos revigorando

programas de cooperação nas áreas de educação, agricultura, esportes, meio ambiente e administração pública. Esses projetos ajudarão Moçambique a desenvolver a capacitação técnica para responder aos desafios do desenvolvimento sustentável.

Brinde do Presidente Lula durante almoço em homenagem ao Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano. Brasília, 31 de agosto de 2004

Guiné-Bissau

O Governo brasileiro acompanha com atenção o processo eleitoral na Guiné-Bissau, país membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assim como o Brasil, ao qual nos unem laços culturais, políticos e de amizade. (...) O apoio do Brasil às eleições na Guiné-Bissau faz parte de conjunto de iniciativas do Governo brasileiro em prol da consolidação política e da retomada do desenvolvimento econômico daquele país, que inclui projetos de cooperação técnica em áreas como saúde e formação profissional, cooperação para reestruturação das Forças Armadas e projetos de desenvolvimento agrícola e pecuário no âmbito do Foro Índia-Brasil-África do Sul (IBAS).

Nota à imprensa. “Apoio brasileiro às eleições presidenciais na Guiné-Bissau”. Brasília, 17 de junho de 2005

Marrocos

As relações entre o Brasil e o Marrocos são marcadas pelo bom entendimento político. O Brasil possui Embaixada residente em Rabat

desde 1963. A Embaixada do Marrocos no Brasil foi estabelecida em 1967. Em 2004, o Rei do Marrocos e o Chanceler Benaïssa visitaram o Brasil, tendo o Chanceler Celso Amorim visitado a capital marroquina em março de 2005. A troca de visitas reflete a disposição marroquina de buscar maior aproximação com a América do Sul, bem como a prioridade que o Brasil vem conferido à África nos últimos anos. As posições dos dois países são convergentes em diversas questões internacionais. O Marrocos apoiou, desde o princípio, a iniciativa da Cúpula América do Sul - Países Árabes (Brasília, maio de 2005) e, além de ter promovido reunião preparatória do primeiro evento, em Marraqueche, ofereceu-se para sediar a segunda reunião de Cúpula do foro em 2008.

Nota à Imprensa. “Visita oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, Mohamed Benaïssa”. Brasília, 19 de janeiro de 2006

Saara Ocidental

O Brasil manifesta a expectativa da continuidade de medidas de construção de confiança entre o Reino do Marrocos e a Frente Polisário, que permitam o desbloqueio das negociações de paz e resultem na superação definitiva do conflito na região.

**Nota à imprensa. “Situação no Saara Ocidental.”
Brasília, 8 de março de 2004**

* * *

Sobre a situação no Saara Ocidental, o Presidente Lula reiterou o apoio brasileiro às decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas

para alcançar uma solução política negociada, por meio do diálogo entre as partes envolvidas na controvérsia.

Comunicado Conjunto da visita ao Brasil do Rei do Marrocos, Mohammed VI. Brasília, 26 de novembro de 2004

Argélia

Os dois Presidentes [Lula e Abdelaziz Bouteflika] sublinharam (...) que a densificação e a diversificação das relações bilaterais requerem a promoção qualitativa dos intercâmbios, por meio da mobilização das capacidades de ambos os países. Para esse fim, destacaram que oportunidades reais de cooperação e de intercâmbios existem nos domínios da energia, saúde, agricultura e cooperação técnica, notadamente no tocante a privatizações, financiamento de exportações, apoio à micro e à pequena empresa, governo eletrônico, tecnologias avançadas e formação de mão-de-obra especializada. (...) Os dois Presidentes felicitaram-se pela decisão dos seus Governos de promover, regularmente, consultas políticas no quadro do Memorandum de Entendimento firmado pelos dois Ministros das Relações Exteriores em 2005, o que permitirá dar continuidade ao trabalho, mutuamente benéfico, de consultadas mantido pelos dois países quando membros não-permanentes do Conselho de Segurança da ONU no biênio 2004-2005. (...) Os Presidentes Abdelaziz Bouteflika e Luiz Inácio Lula da Silva reiteraram seu apoio aos esforços desenvolvidos no âmbito das Nações Unidas para uma solução da questão do Saara Ocidental conforme as normas internacionais e com base nas resoluções pertinentes da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança da ONU.

Comunicado Conjunto por ocasião da visita de Estado do Presidente Lula à Argélia. Argel, 9 de fevereiro de 2006

Sudão – Darfur

O Governo brasileiro reconhece a complexidade da crise em Darfur e a necessidade imperiosa de que se promova solução política, em paralelo aos esforços de aumento da assistência internacional para a superação da crise humanitária. Nesse sentido, espera que as partes resolvam suas disputas por meios pacíficos e negociados, e exorta os rebeldes de Darfur a retomarem as negociações com o Governo de Cartum. O Brasil apóia os esforços do Secretário-Geral da ONU com vistas ao alívio da crise humanitária e à proteção das populações de Darfur. O Brasil estima que o Conselho de Segurança deve apoiar os esforços da União Africana, que assumiu a tarefa de monitorar o cessar-fogo, e, dessa forma, contribuir para a pacificação de Darfur.

Nota à imprensa. “Situação em Darfur – Sudão”.
Brasília, 28 de julho de 2004





ORIENTE MÉDIO





ORIENTE MÉDIO

Ligam-nos aos países árabes tanto as raízes ibéricas do Brasil, fortemente influenciadas pela presença islâmica, quanto a importante imigração proveniente do Líbano e da Síria. Trata-se de exemplo de integração benfazeja à nacionalidade brasileira. A adaptação dos imigrantes às condições da terra que os acolheu equivale à capacidade da população brasileira de impregnar-se com seus valores e costumes. Ao longo do tempo, sedimentaram-se, no plano político, valores comuns. Contribuem, hoje em dia, para forjar novas identidades entre o Brasil e os países árabes: a busca da paz duradoura, a valorização do respeito à soberania dos Estados e à autodeterminação dos povos, a necessidade de acatamento à Lei internacional e de fortalecimento da ordem mundial, o direito ao desenvolvimento e ao usufruto dos recursos naturais nacionais, a proteção da diversidade cultural e a preservação das especificidades nacionais e regionais.

Nota à imprensa. “Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Países Árabes.” Brasília, 2 de dezembro de 2003

* * *

É uma honra fazer este pronunciamento como primeiro chefe de Estado brasileiro a visitar esta nobre instituição. Países Árabes e Brasil têm profundos vínculos históricos e culturais. São laços de que nos orgulhamos. Eles explicam a cordialidade e o respeito com que nos relacionamos. O rico patrimônio da civilização árabe-islâmica esteve presente nos primórdios do Brasil, por sua forte influência sobre a Península Ibérica, de onde vieram os colonizadores portugueses. Mais tarde, milhares de imigrantes árabes

desembarcaram em terras brasileiras buscando nova vida. Os mais de 10 milhões de brasileiros descendentes desses imigrantes, que hoje vivem em meu país, mantiveram elos com sua civilização materna. Esses homens e mulheres deram decisiva contribuição à formação da identidade brasileira, bem como ao desenvolvimento econômico e social do país e ao enriquecimento de sua cultura. (...) O Brasil, o Mercosul e o Mundo Árabe possuem enormes mercados, com populações de, respectivamente, 210 milhões e 200 milhões de habitantes. É preciso vontade política para avançar e ampliar nossa aproximação, nosso diálogo. A admissão do Brasil como observador na Liga Árabe - que recebemos com tanto orgulho - é sinal de que isso começa a ser feito. Constitui passo significativo para que o Brasil acompanhe regularmente as posições do Mundo Árabe sobre os mais importantes temas da agenda internacional.

Discurso do Presidente Lula na visita à sede da Liga dos Estados Árabes. Cairo, Egito, 9 de dezembro de 2003

CÚPULA AMÉRICA DO SUL - PAÍSES ÁRABES (ASPA)

A proposta fundamental da Cúpula é promover mecanismo de aproximação birregional no âmbito da cooperação Sul-Sul e estimular a cooperação entre duas regiões com afinidades históricas, que enfrentam desafios semelhantes em relação à promoção do desenvolvimento. Além do diálogo político birregional, a Cúpula incluirá em sua agenda temas como cooperação econômica e comercial, cooperação cultural, cooperação científico-tecnológica, coordenação em foros multilaterais econômicos e comerciais e colaboração em temas sociais e de desenvolvimento.

Nota à imprensa. “Preparação da Cúpula dos Países Árabes e da América do Sul.” Brasília, 21 de março de 2005

* * *

Eu acho que este é o sentido principal desta Cúpula: sermos capazes de nos olharmos diretamente, desenvolvendo as nossas ligações aéreas, desenvolvendo as nossas ligações marítimas. Estando aqui presentes os nossos homens e mulheres de negócio, estando presentes os nossos artistas, do cinema, da dança, da música, das artes plásticas, tudo isso além da filosofia da tolerância que já nos inspirou muito, que se manifestou de maneira clara na Península Ibérica, nos anos em que lá estiveram também os nossos irmãos árabes.

Palavras do Ministro Celso Amorim na abertura da Reunião dos Chanceleres da América do Sul e dos Países Árabes. Brasília, 9 de maio de 2005

* * *

Enfatizam [os Chefes de Estado e Governo dos países sul-americanos e árabes] a importância da interação cultural entre os povos para o enriquecimento da Civilização e reconhecem que a Cúpula América do Sul–Países Árabes constitui uma oportunidade para fortalecer o entendimento mútuo entre os povos de ambas regiões e suas culturas. Nesse sentido, expressam sua apreciação pelo papel positivo exercido pelos cidadãos sul-americanos de ascendência árabe na promoção das relações birregionais. Reafirmam a crescente importância da cultura como ponte de integração entre os povos e como atividade econômica que impulsiona o desenvolvimento e a cooperação mútua.

Declaração de Brasília, assinada pelos países integrantes da Cúpula América do Sul–Países Árabes. Brasília, 11 de maio de 2005

* * *

Nos últimos anos, o Brasil fortaleceu suas relações com o mundo árabe. Foi o primeiro país latino-americano a receber status de observador da

Liga Árabe. O Governo brasileiro designou um enviado especial para assuntos do Oriente Médio (...). Em maio de 2005, realizamos em Brasília a inédita Cúpula de Países Árabes e Sul-Americanos. Ao mesmo tempo, valorizamos nossas relações com Israel. Estamos em uma posição singular para dialogar com ambos os lados.

Discurso do Ministro Celso Amorim no Seminário sobre Paz e Reconciliação. Oslo, 14 de setembro de 2007

QUESTÃO PALESTINA

O Brasil tem defendido historicamente, e em particular durante meu Governo, a concretização da legítima aspiração do povo palestino a um Estado coeso, seguro, democrático e economicamente viável, coexistindo em paz com Israel. Tenho podido apreciar as tentativas de Vossa Excelência de, com respaldo na Lei Básica Palestina, superar a presente crise política, preservar as instituições vigentes e pôr fim ao sofrimento que aflige a população nos Territórios Palestinos Ocupados. Como sabe Vossa Excelência, tenho atribuído especial importância às relações com a Autoridade Nacional Palestina. A criação do Escritório de Representação do Brasil em Ramallah e as freqüentes visitas de autoridades brasileiras aos Territórios Ocupados, inclusive a do Ministro das Relações Exteriores, em 2005, exprimem a prioridade conferida pelo Brasil ao relacionamento com o povo e o Governo palestinos. (...) A atuação multilateral do Brasil tem buscado favorecer as negociações de paz e condenar ações que resultem em maiores sofrimentos para o povo palestino, em especial na Faixa de Gaza. (...) O Brasil entende que essa matéria transcende sua dimensão regional e incide diretamente em diversos dos principais problemas com que se confronta a comunidade internacional. Seu equilibrado, justo e pleno equacionamento poderia representar o início de um ciclo virtuoso, afetando positivamente o desenlace de outras situações de conflito. Na visão brasileira, o envolvimento abrangente e determinado da comunidade internacional é

o caminho adequado para conduzir a bom termo o processo de paz no Oriente Médio. Adicionalmente, pensamos que a paz será sustentável somente com o engajamento nesse processo, de uma forma ou de outra, de todos os atores relevantes. (...) Seria interessante contemplar uma ampliação da dimensão internacional do processo. Com esse intuito, levantei, na última Assembléia-Geral das Nações Unidas, a idéia da convocação de uma conferência internacional sobre a situação no Oriente Médio, sob a égide da ONU, que pudesse envolver também países de fora da região, inclusive país em desenvolvimento. Creio firmemente que as iniciativas da comunidade internacional seriam beneficiadas pela formação de um grupo de países promotores do diálogo e da paz, provenientes de diferentes regiões, de perfil conciliador e de reconhecida credibilidade internacional, que viesse a se somar aos esforços dos atores ora diretamente envolvidos. Expresso a Vossa Excelência a genuína disposição brasileira de participar, caso venha a ser considerado útil, de um “Grupo de Amigos da Paz no Oriente Médio” integrado por países com aquelas características. Idealmente, o Grupo seria coordenado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas.

Carta do Presidente Lula ao Presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, entregue ao seu destinatário em Ramallah, em 21 de agosto de 2007

* * *

O conflito entre israelenses e palestinos representa uma ferida aberta no mundo atual. Não haverá paz duradoura no Oriente Médio sem uma solução permanente para esse assunto divisor. Iniciativas unilaterais não são a resposta. A comunidade internacional como um todo tem a obrigação de trabalhar com as partes envolvidas, com vistas a assegurar que o caminho do diálogo, não o da confrontação, seja seguido. (...) O Brasil deseja ampliar sua contribuição para a paz no Oriente Médio. Expressamos a ambas as

partes, bem como ao Quarteto, nossa disposição em participar mais ativamente dos esforços internacionais com vistas ao estabelecimento da paz. (...). Como sabemos, além dos países diretamente envolvidos, os assuntos do Oriente Médio sempre foram sempre tratadas exclusivamente pelas grandes potências. Infelizmente, não se alcançou solução alguma até o momento. Precisamos envolver mais países no processo. Precisamos de novas idéias e propostas renovadas. No ano que passou, em seu discurso à Assembléia Geral da ONU, o Presidente Lula sugeriu a possibilidade de convocação de uma ampla Conferência, sob os auspícios da ONU, com a participação de países da região, bem como de outras nações, incluindo aquelas em desenvolvimento. Talvez seja chegada a hora de discutir tal proposta mais detidamente. (...) Em agosto passado, em carta para o Presidente palestino Mahmoud Abbas, o Presidente Lula levantou o assunto e sugeriu que - idealmente - o Grupo de Amigos fosse coordenado pelo Secretário-Geral da ONU. Tal Grupo poderia ser composto de países interessados que possuam um perfil de construção de consensos, credibilidade internacional e boas relações com todas as partes. Talvez um pouco de ar fresco seja benéfico ao processo de paz.

Discurso do Ministro Celso Amorim no Seminário sobre Paz e Reconciliação. Oslo, 14 de setembro de 2007

ISRAEL

A intensificação das relações com o Mundo Árabe tem ocorrido, com a Presidência Lula da Silva, sem prejuízo para o bom relacionamento com o Estado de Israel. Com efeito, ao longo deste Governo, tem-se registrado, de igual modo, crescente dinamização nas relações do Brasil com Israel, como se pôde verificar pelos sucessivos recordes no intercâmbio comercial e pela multiplicação de visitas de autoridades do mais elevado nível. Nos últimos dois anos do primeiro mandato do Governo Lula, as exportações brasileiras para aquele país cresceram 26,58% ; quatro Ministros de Estado

visitaram Israel: o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Luiz Fernando Furlan, o Ministro das Relações Institucionais Jacques Wagner e o Ministro da Educação Fernando Haddad. Da parte israelense, o Primeiro-Ministro Ehud Olmert realizou visita oficial ao Brasil em março de 2005, quando ocupava o cargo de Ministro da Indústria, Emprego e Comércio. Há boas perspectivas para adensar o quadro institucional do intercâmbio bilateral Brasil-Israel, nos mais diversos campos. Foram assinados recentemente, ou se encontram em etapa final de negociação, acordos relativos à cooperação bilateral em agricultura, saúde, usos pacíficos do espaço exterior, educação, política industrial e fomento a setores de tecnologia de ponta. Firmou-se, em dezembro de 2005, acordo-quadro com vistas à criação de uma área de livre comércio entre o Mercosul e Israel. Brasil e Israel mantêm ainda iniciativas de cooperação em áreas como aeronáutica civil e militar, irrigação e combate à seca e à desertificação. Em maio de 2005, foi criado mecanismo anual de consultas políticas entre as Chancelarias dos dois países, com reuniões já realizadas em Brasília e Jerusalém.

Palestra do Diretor do Departamento do Oriente Médio e Ásia Central, Embaixador Sarkis Karmirian, na Escola Superior de Guerra (ESG). Rio de Janeiro, 15 de junho de 2007

* * *

As relações do Brasil com Israel, tradicionalmente marcadas por fortes laços de amizade e cooperação, viram-se fortalecidas nos últimos dois anos pelo significativo aumento do intercâmbio comercial bilateral. O comércio nos dois sentidos subiu de US\$ 505 milhões em 2003 para US\$ 715 milhões em 2004, representando incremento de mais de 40% em um ano. No ano passado, o Brasil foi o segundo maior parceiro comercial de Israel nas Américas. A visita do Ministro Celso Amorim a Israel será a

primeira de um Chanceler brasileiro àquele país nos últimos dez anos e constituirá oportunidade para exame de iniciativas e novos projetos de cooperação. Durante a visita, será assinado Memorando de Entendimento para o estabelecimento de mecanismo de consultas políticas anuais entre as Chancelarias dos dois países.

Nota à imprensa. “Visita do Ministro Celso Amorim a Israel”. Brasília, 27 de maio de 2005

LÍBANO

Por acolher a maior comunidade libanesa do mundo, o Brasil foi profundamente tocado pelo conflito militar do Líbano no último mês de julho. A dor dos libaneses foi percebida pelos brasileiros como um atentado sofrido por nosso próprio país. O Governo e a sociedade brasileira reagiram rapidamente: logo no início [do conflito entre Hezbollah e Israel, em 2006], organizamos uma operação sem precedentes para retirar das regiões mais afetadas cerca de três mil brasileiros e nacionais libaneses com vínculos familiares no Brasil. (...) Durante a Conferência de Estocolmo, anunciamos uma contribuição de US\$ 500 mil para o Fundo do PNUD destinado ao financiamento de projetos de reconstrução no Líbano. Dois meses mais tarde, enviamos ao Líbano uma missão multidisciplinar de cooperação. Estamos desenvolvendo projetos bilaterais nos setores de agricultura, saúde, educação e habitação, entre outros. Nosso empresariado está igualmente comprometido com a promoção do comércio e dos investimentos no Líbano. Tenho o prazer de anunciar agora uma doação adicional de US\$ 1 milhão, destinada a financiar projetos brasileiros de cooperação com o Líbano. (...) O Brasil apóia, com vigor, a plena execução da Resolução 1701. Desejamos ver um Líbano unido na diversidade, respeitoso das diferentes denominações religiosas, com sua integridade territorial e sua independência respeitadas por todos. Louvamos os esforços do Primeiro-Ministro Siniora por manter o caráter pluriconfessional da

sociedade libanesa e a natureza laica do Governo. Mas não haverá solução duradoura da questão libanesa enquanto não se solucionar o problema palestino, sobre a base de um Estado independente e viável, vivendo em paz e segurança ao lado de Israel. Reitero aqui a sugestão do Presidente Lula, manifestada durante a Sexagésima Primeira Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, no sentido de se celebrar uma conferência internacional com a presença das partes diretamente envolvidas, bem como com a participação de alguns atores extra-regionais, com o objetivo de discutir a retomada do processo de paz no Oriente Médio.

Palestra do Ministro Celso Amorim na Conferência Internacional de Apoio ao Líbano (“Paris III”), Paris, 25 de janeiro de 2007

* * *

O relacionamento entre os dois países é historicamente estreito. No Brasil, encontra-se a maior comunidade de ascendência libanesa fora do Líbano, de 6 a 7 milhões de indivíduos, com significativa participação nos mais diversos setores da sociedade. Por sua vez, 40 a 60 mil cidadãos brasileiros residem no Líbano, muitos dos quais mantêm vínculos familiares e profissionais com o Brasil. (...) Serão envidados esforços para aumentar o nível das trocas comerciais entre os dois países com a convicção de que encontros empresariais freqüentes facilitam o comércio bilateral e estimulam a cooperação nas áreas de serviços e obras de infra-estrutura. A Comissão Bilateral de Alto Nível deverá fomentar o encontro entre representantes governamentais e empresários.

Nota à imprensa. “Visita do Presidente da República libanesa, Émile Lahoud.” Brasília, 20 de fevereiro de 2004

* * *

O Governo brasileiro condena com veemência os ataques perpetrados pelo movimento libanês Hezbollah contra áreas ao norte de Israel, que feriram e vitimaram vários soldados das Forças de Defesa de Israel e resultaram no seqüestro de dois militares israelenses. O Governo brasileiro exorta que sejam evitadas novas agressões e que sejam observadas as Resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Governo brasileiro acompanha, com apreensão, a escalada da violência na região, que poderá comprometer seriamente as perspectivas de retomada do processo de paz. O Brasil lamenta a incursão das Forças de Defesa de Israel no sul do Líbano e o ataque a instalações locais e reitera sua oposição a atos desproporcionais de represália que possam contribuir para deteriorar ainda mais o já delicado quadro político e humanitário regional. O Governo brasileiro conclama todas as partes envolvidas a envidar o máximo esforço possível de auto-contenção e diálogo, evitando engajar-se em novo ciclo de enfrentamentos, cujas primeiras vítimas serão as respectivas populações civis. O Governo brasileiro apresenta suas mais sinceras condolências aos familiares das vítimas e apela em favor da pronta e incondicional libertação dos militares israelenses.

Nota à imprensa. “Situação na Fronteira Israel-Líbano”.
Brasília, 12 de julho de 2006

* * *

O povo brasileiro vem acompanhando com extrema preocupação os acontecimentos no Líbano. Como Vossa Excelência sabe, o Brasil congrega o maior número de libaneses e seus descendentes fora daquele país. No Líbano, reside expressiva comunidade de nacionais brasileiros. Igualmente, há importante comunidade judaica no Brasil, bem como numerosos brasileiros em Israel. É para nós motivo de orgulho e satisfação a convivência harmoniosa entre judeus e árabes em nosso país. O Brasil se sente diretamente atingido pela violência contra civis na região, que vitimou sete cidadãos brasileiros, inclusive crianças. Repudiamos o

terrorismo, não importa sob que justificativa, mas não podemos deixar de condenar, nos termos mais veementes, a reação desproporcional e o uso excessivo da força que tem resultado na morte de grande número de civis, inclusive mulheres e crianças, e na destruição da infra-estrutura do Líbano. (...) É fundamental que o Conselho de Segurança aja com celeridade com vistas a pôr fim ao conflito. O Brasil estende seu apoio a iniciativas diplomáticas que contribuam para a cessação imediata das hostilidades.

**Carta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao
Secretário-Geral da ONU sobre a situação no Líbano.
Brasília, 3 de agosto de 2006**

* * *

O Governo brasileiro acolheu com satisfação a adoção, por unanimidade, na noite de 11 de agosto, da Resolução 1701 (2006) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que insta o fim das hostilidades entre Israel e o Hezbollah. Saudamos, com sentimento de alívio e esperança, a entrada em vigor do cessar-fogo, ocorrida às 2h00 de hoje, horário de Brasília. O Brasil espera que a adoção da Resolução 1701 (2006), aprovada pelo Conselho de Ministros do Líbano, em 12 de agosto, e pelo Gabinete israelense, em 13 de agosto, abra caminho seguro e promissor para a consecução de uma paz negociada, justa e duradoura entre Israel e o Líbano. Desde o início do conflito, o Governo brasileiro, em linha com nossa tradição em favor da solução pacífica de controvérsias, apoiou o esforço diplomático para a obtenção de um cessar-fogo. Embora não integre atualmente o Conselho de Segurança, o Brasil acompanhou de perto as negociações nas Nações Unidas. (...) O Ministro Celso Amorim, que visitará Beirute em 15 de agosto, transmitirá mensagem de solidariedade do Governo e do povo brasileiros com a nação irmã do Líbano e expressará nossa aspiração de que, na seqüência dos trágicos acontecimentos do último mês, sejam

redobrados os esforços da comunidade internacional e das partes diretamente envolvidas em busca de uma solução abrangente para os conflitos do Oriente Médio.

**Nota à imprensa. “Situação no Oriente Médio”.
Brasília, 14 de agosto de 2006**

IRÃ

O Governo brasileiro reconhece o direito do Irã ao desenvolvimento e uso da energia nuclear para fins pacíficos, consagrado no art. IV do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). Entretanto, o Brasil entende que o exercício desse direito implica a obrigação de fornecer à comunidade internacional garantias concretas dos propósitos pacíficos de tais atividades, na forma dos acordos de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

**Nota à imprensa. “Implementação no Brasil da
Resolução 1.737 do Conselho de Segurança das Nações
Unidas.” Nova York, 23 de fevereiro de 2007**

* * *

Realizou-se em Teerã, no dia 16 de abril de 2007, a V Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Irã. Trata-se de foro de diálogo bilateral estabelecido em 1999 e que, desde então, se reúne em caráter periódico. (...) As duas delegações passaram em revista temas de caráter bilateral, regional e multilateral. Ressaltaram o amplo potencial existente nas relações diplomáticas entre os dois países, estabelecidas em 1903, e concordaram quanto à possibilidade de expansão dos vínculos econômico-comerciais.

Nota à imprensa. “Reunião de Consultas Políticas Brasil-Irã”. Brasília, 20 de abril de 2007

IRAQUE

A crise [no Iraque] se apresenta basicamente sob dois aspectos: como desarmar o Iraque em conformidade com as resoluções do Conselho de Segurança e como lidar com a possibilidade de opção militar com ou sem autorização do Conselho de Segurança. O Brasil se posiciona claramente em favor de uma solução pacífica para essa questão. (...) Ao receber eu próprio o cargo de Ministro das Relações Exteriores, declarei que o Brasil vê o assunto da seguinte maneira: que não se pode, de forma alguma, abandonar a via pacífica e do diálogo, sob pena de perpetuar-se o sofrimento das populações envolvidas e de se desencadearem forças incontroláveis com enorme potencial desestabilizador. (...) Penso que a guerra não nos interessa sob nenhum aspecto. Não nos interessa sob os aspectos político, econômico, comercial, humanitário, nem nos interessa sob o aspecto da nossa adesão ao multilateralismo.

Intervenção do Ministro Celso Amorim na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Brasília, 27 de fevereiro de 2003

* * *

O Governo brasileiro lamenta profundamente o início das operações militares em território iraquiano e que não se tenha perseverado na busca de uma solução pacífica para o desarmamento do Iraque, no marco da Carta das Nações Unidas e das resoluções do Conselho de Segurança, e em conformidade com as inúmeras manifestações de Chefes de Estado, de Parlamntos e da sociedade civil em todos os continentes. Lamentando

o sofrimento que a ação armada inevitavelmente acarretará para civis inocentes, o Governo brasileiro conclama ao respeito às normas do direito humanitário internacional, em especial no que se refere à proteção das populações civis, ao tratamento de prisioneiros e à proteção do direito das vítimas. O Governo brasileiro faz um apelo à cessação de hostilidades, à restauração da paz e ao respeito da integridade territorial do Iraque.

Nota à imprensa. “Declaração sobre o Conflito no Iraque”. Brasília, 20 de março de 2003

* * *

É importante que forças iraquianas estejam em posição de assumir total responsabilidade pela manutenção da paz e da segurança. É imperativo o estrito respeito aos direitos humanos e ao direito humanitário. O processo de transição precisa ser conduzido de maneira inclusiva e transparente, com a participação de todos os segmentos étnicos, políticos e religiosos. Saudamos, a este respeito, o recente acordo que permitiu aumento da presença sunita na elaboração da Constituição. Caso lhe seja solicitado pelas Nações Unidas, o Brasil está pronto a oferecer assistência eleitoral, domínio no qual temos experiência amplamente reconhecida. O Brasil está seriamente comprometido em elevar as relações com o Iraque ao alto patamar que alcançaram no passado. Estão atualmente em curso planos para a reabertura da nossa Embaixada em Bagdá. Será realizada, em setembro próximo, feira comercial relacionada à reconstrução do Iraque, com o patrocínio da Câmara de Comércio Brasileiro-Iraquiana. Na Cúpula América do Sul-Países Árabes, o Presidente Talabani propôs a criação de banco birregional para fomentar o comércio entre a América do Sul e o mundo árabe. Sem prejuízo de posições de princípio, achamos que é possível explorar fórmulas para utilizar, por exemplo, parte da dívida oficial do Iraque na capitalização inicial do banco.

Discurso do Ministro Celso Amorim durante a Conferência Internacional sobre o Iraque. Bruxelas, 22 de junho de 2005

* * *

O regime imposto pelo ex-Presidente Saddam Hussein foi, sem dúvida, marcado por seguidos atos de violência contra a população de seu país e por brutal cerceamento das liberdades. O assassinato de 148 pessoas na cidade de Dujail, em 1982, objeto do julgamento em questão, é um dos exemplos. (...) A deposição de Saddam Hussein, em 2003, não decorreu de ação autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU, único órgão multilateral com legitimidade para determinar o uso da força no plano internacional. A intransigência e os erros de parte a parte dificultaram a busca de iniciativas capazes de conter o governo de Saddam Hussein por meios pacíficos. Independentemente da natureza ditatorial do regime iraquiano, cabe notar que a razão então alegada para a invasão do Iraque – a existência de armas de destruição em massa – nunca foi comprovada. O Governo brasileiro esforçou-se até o último momento para encontrar solução pacífica para a questão iraquiana. O Presidente Lula conversou com vários líderes internacionais, e enviou mensagens ao Secretário-Geral da ONU e ao Papa João Paulo II em favor de alternativas que pudessem evitar o conflito armado ou seu prolongamento. (...) Qualquer solução para a conjuntura de conflito e violência deve emanar do diálogo e do entendimento entre as forças políticas do país, bem como buscar a preservação da soberania e da integridade territorial iraquianas.

Nota à imprensa. “Condenação à morte de Saddam Hussein.” Brasília, 29 de dezembro de 2006

* * *

Os Ministros [das Relações Exteriores de Índia, Brasil e África do Sul] enfatizaram a necessidade do retorno à paz e à estabilidade no Iraque,

essencial para o desenvolvimento e prosperidade do país. Um Iraque pacífico, unido e estável requer um sistema de governo inclusivo e democrático. A ONU, juntamente com a Comunidade Internacional, tem um papel importante a desempenhar com relação ao tema. O lançamento do Pacote Internacional para o Iraque e as discussões ocorridas em março e maio de 2007, com a participação dos vizinhos do Iraque, da ONU, do G8 e dos cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança, são desenvolvimentos notáveis. Os Ministros reiteraram o apoio ao Iraque pelos seus esforços de reconstrução e desenvolvimento.

**Comunicado Conjunto da IV Comissão Mista do Fórum
IBAS. Nova Délhi, 17 de julho de 2007**

NAÇÕES UNIDAS



NAÇÕES UNIDAS

REFORMA DA ONU – GERAL

Criada em 1945, para evitar a repetição da experiência traumática de duas guerras mundiais, a ONU continua sendo a organização internacional por excelência. Reunindo a maioria absoluta dos países em torno do objetivo comum de promover a paz, a Organização contribuiu de maneira significativa, durante sessenta anos, para uma ordem internacional fundamentada no direito. Profundas mudanças, contudo, alteraram o cenário internacional ao longo das últimas seis décadas. A ONU foi criada por 51 Estados (entre os quais o Brasil), que representavam a quase totalidade dos países independentes na época. (...) Hoje, a ONU possui 191 membros, a grande maioria países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a agenda internacional evoluiu e ampliou-se. (...) Não é pequeno o desafio que têm pela frente os integrantes das Nações Unidas. Existe uma crescente consciência de que a ONU corre o risco de ver sua influência erodida na ausência de uma reforma. Ao permanecer como está, a Organização está sujeita a perder dinamismo ou, pior, a se tornar irrelevante. A escolha que a comunidade internacional tem diante de si, portanto, não é simplesmente uma escolha entre fazer ou não a reforma. Trata-se de decidir se é do interesse da maioria dos Estados que uma organização como as Nações Unidas siga funcionando como garantia de uma ordem internacional estável e capaz de promover o desenvolvimento de todos os seus membros, em condições de liberdade.

**“A ONU aos 60”. Artigo do Ministro Celso Amorim.
Política Externa, vol. 14, n. 2, 2005**

* * *

Apoiamos a reforma ampla da Organização proposta pelo Secretário-Geral Kofi Annan. Participamos das negociações para a criação da Comissão de Construção da Paz e do Conselho de Direitos Humanos, bem como nas discussões em andamento para a ampliação do Conselho de Segurança (CSNU), o fortalecimento do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), a revitalização da Assembléia Geral (AGNU), e a reforma administrativa e do Secretariado. (...) O Brasil está brigando para que a gente faça uma reforma profunda na ONU. A ONU já completou 60 anos, o mundo e os conflitos para os quais ela foi criada não existem mais ou pelo menos na proporção que justificou a criação da ONU. E a ONU precisa levar em conta a nova geopolítica. Acabou a bipolaridade, acabou a Guerra Fria, a democracia está se consolidando em muitos países. Então, o que nós queremos? Que a ONU seja mais representativa, que ela possa representar mais condignamente o que é o mundo político de hoje e não apenas o Conselho de Segurança. O Conselho de Segurança é um rito, mas o ECOSOC também, que discute a questão econômica, precisa mudar. Nós precisamos dotar a ONU de instrumentos que lhe dêem credibilidade para tomar as decisões.

Entrevista concedida pelo Presidente Lula à revista *The Economist*. Londres, 24 de fevereiro de 2006

ASSEMBLÉIA GERAL

O Brasil favorece uma maior interação entre o CSNU, a AGNU e o ECOSOC, como parte do processo de fortalecimento e democratização das Nações Unidas. A Delegação deverá intervir no debate, levando em conta tanto a perspectiva de participação do Brasil como membro eleito em 2004-2005 quanto a postulação brasileira a ocupar um assento permanente, no contexto da reforma do CSNU.

**Livro de instruções à Delegação do Brasil à LVIII
AGNU. Brasília, 2003**

* * *

A Assembléia Geral (...) precisa ser politicamente fortalecida para, sem dissipação de esforços, dedicar-se aos temas prioritários. A Assembléia Geral tem cumprido papel relevante ao convocar as grandes Conferências e outras reuniões sobre direitos humanos, meio ambiente, população, direitos da mulher, discriminação racial, AIDS, desenvolvimento social. Mas ela não deve hesitar em assumir suas responsabilidades na administração da paz e segurança internacionais. A ONU já deu mostras de que há alternativas jurídicas e políticas para a paralisação do veto e as ações sem endosso multilateral. A paz, a segurança, o desenvolvimento e a justiça social são indissociáveis.

**Discurso do Presidente Lula na LVIII Assembléia Geral
das Nações Unidas. Nova York, 23 de setembro de 2003**

CONSELHO DE SEGURANÇA

Não participamos de alianças militares cujo escopo de ação possa conflitar com a autoridade legítima e exclusiva de que desfruta, nessa matéria, o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

**Discurso do Ministro Celso Amorim no debate geral da
Conferência Especial de Segurança, no âmbito da OEA.
Cidade do México, 28 de outubro de 2003**

* * *

O Brasil já indicou sua disposição de assumir desde logo as suas responsabilidades como membro permanente, ao lado de outros países

igualmente capazes de agir em nível global e contribuir para a paz e a segurança internacional.

“Política Externa do Governo Lula: os dois primeiros anos”, artigo do Ministro Celso Amorim. *Análise de Conjuntura OPSA (IUPERJ)*, nº 4, março de 2005

* * *

O Brasil já era para estar [no Conselho de Segurança da ONU] desde 1945, quando foi criada a ONU. O Brasil não entrou, o Brasil defende a democratização das Nações Unidas, defende, sobretudo, a democratização do Conselho de Segurança, defende a participação de representações por continente, pela África, que pode ter dois, pela América do Sul, pela Ásia, e o Brasil reivindica para si essa vaga, por ser o maior país da América do Sul e da América Latina, por ser um país de maior número de habitantes, o país de maior extensão territorial, então, nós temos o direito de reivindicar. Estamos reivindicando.

Entrevista coletiva concedida pelo Presidente Lula no Palácio do Planalto. Brasília, 29 de abril de 2005

* * *

O Brasil tem credenciais para ocupar assento permanente e assim influir no processo de tomada de decisões que afetam a toda a comunidade internacional. Essas incluem nossa longa tradição em prol da solução pacífica dos conflitos e da observância do direito internacional e nossa atuação na promoção dos interesses dos países em desenvolvimento, que constituem a maioria da comunidade internacional.

Entrevista concedida pelo Presidente Lula à Agência Interfax. Moscou, Rússia, 18 de julho de 2006

* * *

O Conselho de Segurança precisa ser reformado. Não podemos ter um Conselho de Segurança que basicamente, fora a adição de uns poucos membros não permanentes, é exatamente o mesmo Conselho de Segurança de 1945. O mundo mudou de maneira formidável, radical. O número de países se multiplicou por quatro. Continentes inteiros passaram a ter representação nas Nações Unidas. A atenção que o mundo presta hoje aos eventos é de outra natureza. Não é possível mais ter, hoje, o Conselho de Segurança com a estrutura de 1945.

Palavras do Ministro Celso Amorim na abertura do Seminário “As Nações Unidas: Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento em um Novo Cenário Internacional”, por ocasião do 61º aniversário da ONU. Brasília, 24 de outubro de 2006

* * *

Mais do que nunca as Nações Unidas precisam ver sua autoridade reforçada. Já tivemos avanços significativos com o processo de reforma administrativa e a criação do Conselho de Direitos Humanos e da Comissão de Construção da Paz. Mas a obra ficará incompleta sem mudanças no Conselho de Segurança, órgão encarregado de zelar pelos temas da paz. O Brasil, juntamente com os países do G-4, sustenta que a ampliação do Conselho deve contemplar o ingresso de países em desenvolvimento no seu quadro permanente. Isso tornaria o órgão mais democrático, legítimo e representativo. A grande maioria dos Estados-membros também concorda com essa visão e reconhece a urgência da matéria. Não podemos lidar com problemas novos usando estruturas anacrônicas. Cedo ou tarde, senhora Presidente, deveremos todos abrir caminho à democratização das instâncias decisórias internacionais, como disse o Secretário-Geral. Nós andamos pelo mundo ensinando a democracia aos outros, chegou a hora de aplicá-la a nós mesmos e mostrar que existe representação efetiva nos fóruns políticos das Nações Unidas. (...) O Brasil deseja um Conselho de

Segurança ampliado, no qual possamos defender um enfoque da segurança com base nos vínculos entre paz, desenvolvimento e justiça social. Um Conselho mais representativo, legítimo e eficaz constituirá um freio importante à tentação do recurso unilateral à força e poderá dar um impulso renovado ao tratamento mais equilibrado das questões que maior impacto têm sobre a paz e segurança internacional, entre elas a do Oriente Médio e, particularmente, as chamadas novas ameaças (terrorismo, tráfico de armas e de drogas, proliferação de armas de destruição em massa).

Discurso do Presidente Lula na LXI Assembléia-Geral das Nações Unidas. Nova York, 19 de novembro de 2006

* * *

Um dos problemas centrais no funcionamento do Conselho é o veto, que, para muitos, é privilégio inaceitável. Não acredito que seja possível eliminá-lo no curto prazo. Seria irrealista pensar que os membros permanentes atuais venham a abrir mão desse poder. Durante a Guerra Fria, o direito de veto podia ser compreendido como meio de evitar decisões que, por afetarem interesses nacionais de uma das grandes potências, fossem capazes de levar a novo conflito mundial. Mas o veto tem sido muitas vezes usado de maneira quase fútil, em resoluções de caráter puramente declaratório. O Brasil defende que cada veto esteja sujeito a explicação. O país que veta uma iniciativa deve assumir plena responsabilidade moral pela ação. Outra idéia seria interpretar a Carta da ONU para permitir que membros permanentes do Conselho dêem voto negativo, sem que isso implique necessariamente vetar um projeto de resolução.

“Missão do sucessor de Kofi Annan é completar reforma das Nações Unidas”, artigo do Ministro Celso Amorim no jornal *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 17 de dezembro de 2006

* * *

Naturalmente, é difícil conciliar o ideal democrático em sua forma mais pura, que inspirava o pensamento de Rui Barbosa, e a necessidade de um órgão com capacidade de decisão rápida e eficaz em temas que exigem soluções muitas vezes em caráter de urgência, como são os da paz e segurança internacionais. Não creio, honestamente, que haja respostas absolutas ou irrefutáveis para essa contradição intrínseca. O que podemos almejar no atual estágio de evolução da relação entre os Estados é um sistema que busque equilibrar da melhor forma critérios de representatividade e de eficácia. A mudança que buscamos para o Conselho de Segurança tem, a nosso ver, esta característica. Tampouco devemos ter a pretensão de legislar para a eternidade. É necessário que a reforma por que venha a passar o Conselho de Segurança esteja sujeita a uma revisão sem pré-julgamentos, dentro de um período razoável. Obviamente, novos membros permanentes não devem dispor do direito de veto, mecanismo por cuja eliminação gradual ou atenuação continuaremos a lutar, dentro dos limites do realismo.

“A diplomacia multilateral do Brasil: um tributo a Rui Barbosa”. Palestra do Ministro Celso Amorim por ocasião da II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 2007

G-4

Brasil, Alemanha, Índia e Japão, baseados no firme reconhecimento mútuo de que são candidatos legítimos a membros permanentes em um Conselho de Segurança ampliado, apóiam suas candidaturas de forma recíproca. A África deverá estar representada entre os membros permanentes do Conselho de Segurança. Trabalharemos coletivamente para, junto com outros Estados-membros, realizar uma reforma significativa da Nações Unidas, incluindo a do Conselho de Segurança.

**Comunicado Conjunto de Imprensa do G-4. Nova York,
21 de setembro de 2004**

* * *

O Grupo dos 4 saúda o relatório como mais um sinal da forte liderança do Secretário-Geral [da ONU] na promoção de um sistema multilateral que habilitará a comunidade internacional a enfrentar, de modo eficaz, os desafios do século XXI. O Grupo dos 4 apóia plenamente o apelo por uma abordagem abrangente para a reforma. As ameaças de hoje estão inter-relacionadas. Um desafio individual é um desafio coletivo. Brasil, Alemanha, Índia e Japão compartilham a opinião do Secretário-Geral de que as Nações Unidas são o foro apropriado para confrontar, de forma coletiva, as ameaças que enfrentamos atualmente. Ao mesmo tempo, é verdade que suas instituições precisam ser adaptadas para refletir as realidades políticas atuais.

**Comunicado do G-4 sobre o Relatório “Uma Liberdade
mais Ampla - Rumo à Segurança, Desenvolvimento e
Direitos Humanos para Todos”, do Secretário-Geral das
Nações Unidas. Nova York, 21 de março de 2005**

* * *

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Joschka Fischer, o Ministro das Relações Exteriores da Índia, Natwar-Singh, e o Ministro das Relações Exteriores do Japão, Machimura Nobutaka, reuniram-se hoje, na Embaixada do Brasil em Londres, com o Ministro das Relações Exteriores de Gana, Nana Addo Dankwa Akufo-Addo, na condição de membro do grupo de contato do mecanismo de seguimento sobre a reforma da ONU estabelecido pela União Africana, com o objetivo de examinar os desdobramentos da Cúpula da UA em Sirte e de discutir

perspectivas de ação conjunta no futuro imediato com relação à expansão e reforma do Conselho de Segurança da ONU. (...) À luz das decisões da recente Cúpula da União Africana, em Sirte, e da Cúpula da Caricom, em Santa Lúcia, os Ministros reiteraram sua disposição de continuar a dialogar com a União Africana, com a Caricom e com os co-patrocinadores do projeto de resolução, bem como com os demais membros da ONU. Os cinco Ministros das Relações Exteriores mantêm-se comprometidos com a reforma da ONU, especialmente com a reforma do Conselho de Segurança, inclusive a ampliação do número de membros não-permanentes e permanentes, e trabalharão juntos para alcançar um resultado exitoso.

Declaração de Londres do G-4. Londres, 8 de julho de 2005

* * *

A reforma do Conselho de Segurança é o mais importante objetivo pendente entre aqueles adotados pelos Chefes de Estado e de Governo na Cúpula Mundial de 2005. Naquela ocasião, os líderes expressaram apoio à pronta reforma do Conselho. Debates recentes demonstraram, uma vez mais, que nenhuma reforma das Nações Unidas estará completa sem a reforma do Conselho de Segurança. O G-4 saúda o novo impulso criado durante a 61a Sessão da Assembleia Geral. Os países do G-4 continuarão a participar do processo de reforma de modo ativo e construtivo, com vistas a alcançar resultados concretos, inclusive mediante negociações intergovernamentais, durante a 62a Sessão da Assembleia Geral. O G-4 crê firmemente que um Conselho de Segurança que reflita integralmente as atuais realidades políticas será mais representativo e, portanto, mais legítimo e eficaz. Com flexibilidade e espírito aberto, o G-4 mantém-se comprometido com uma reforma significativa com base na expansão das categorias permanente e não-permanente, com a inclusão, em ambas, de países desenvolvidos e em desenvolvimento, e na adoção de métodos de trabalho aperfeiçoados.

Declaração do G-4 sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nova York, 1º de outubro de 2007

**OPERAÇÕES DE PAZ / MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI (MINUSTAH)**

Nossa participação na Missão da ONU no Haiti, ademais, parte do princípio de que a paz não é um bem internacional livre: a manutenção da paz tem um preço. Esse preço é o da participação. Ausentar-se ou eximir-se de opinar ou agir diante de uma situação de crise pode significar a exclusão do processo de tomada de decisões, ou, pior, a dependência em relação a outros países ou regiões.

“Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula”, artigo do Ministro Celso Amorim. Revista *Diplomacia, Estratégia e Política*, ano 1, nº 1, outubro-dezembro de 2004

* * *

O sucesso da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti se baseia em três pilares interdependentes e igualmente importantes: a manutenção da ordem e da segurança; o incentivo ao diálogo político com vistas à reconciliação nacional; e a promoção do desenvolvimento econômico e social.

Discurso do Ministro Celso Amorim na Reunião Especial do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o Haiti. Nova York, 12 de janeiro de 2005

* * *

O envolvimento do Brasil, bem como de outros países latino-americanos, no Haiti não tem precedentes tanto em termos de presença de efetivos militares quanto de articulação política. Animam-nos três objetivos principais: 1) a criação de um ambiente de segurança; 2) a promoção do diálogo entre as forças políticas, com vistas a uma verdadeira transição democrática; e 3) o efetivo apoio internacional para a reconstrução social e econômica do Haiti.

Discurso do Ministro Celso Amorim na abertura do debate geral da LX Assembléia-Geral das Nações Unidas. Nova York, 17 de setembro de 2005

* * *

O Governo brasileiro, ao aceitar o convite das Nações Unidas para designar o Comandante da Força Militar e ceder tropa, atendeu aos preceitos constitucionais enunciados no artigo 4º da Constituição Federal – entre os quais a prevalência dos direitos humanos, a defesa da paz e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Ademais, o Brasil cumpriu sua obrigação como membro fundador das Nações Unidas, cuja Carta traz como propósitos fundamentais a ação coletiva para prevenir ameaças à paz e a promoção dos direitos humanos. Somou-se a esses pilares da política externa brasileira a necessidade de demonstrar solidariedade com uma nação das Américas que passava por terrível provação e que, sem ajuda internacional, experimentaria agravamento de seus conflitos, com maior perda de vidas inocentes. A finalidade mesma da Missão é a retomada, pelo povo haitiano, da plena soberania sobre seu país, pela realização de eleições democráticas, em conformidade com a Constituição do Haiti.

Nota à imprensa. “Participação do Brasil na Missão das Nações Unidas no Haiti.” Brasília, 16 de janeiro de 2006

* * *

É firme nosso compromisso com o Haiti. O êxito do processo de pacificação daquele país não depende somente das tropas da ONU, que o Brasil comanda. A chegada dos recursos prometidos pela comunidade internacional é fundamental para a tarefa de reconstrução.

Discurso do Presidente Lula por ocasião do Banquete de Estado oferecido pela Rainha Elizabeth II. Londres, 7 de março de 2006

* * *

Ao responder ao chamado da ONU, o Brasil entendeu que a situação do Haiti não se resumia a um problema de restauração da segurança pública. Na origem da crise de segurança existia, a nosso ver, um problema mais sério de pobreza, injustiça social e debilitação das estruturas do Estado.

Discurso do Ministro Celso Amorim na sessão de abertura da Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti. Brasília, 23 de maio de 2006

* * *

A comunidade internacional já aprendeu muito com operações de paz. Aprendemos, por exemplo, que a força, isoladamente, não é suficiente para manter a paz e a segurança de forma duradoura. É evidente que, num primeiro momento, a força militar representa a dimensão mais importante, e, certas vezes, decisiva, de uma missão de paz. Mas esse esforço só será bem-sucedido se a ação da comunidade internacional envolver as causas mais profundas das crises, geralmente ligadas à pobreza, às desigualdades, bem com à fragilidade institucional. Devemos, portanto, promover a construção de instituições sólidas, que permitam o pleno exercício da democracia e o respeito aos direitos humanos. É preciso também criar condições efetivas de recuperação social e econômica.

Desenvolver projetos que gerem emprego e renda. Trabalhar com o setor privado, com organizações não-governamentais, para a retomada da atividade econômica e da vida social em geral. Construir hospitais, escolas, ruas, estradas.

Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião do Seminário de Alto Nível sobre Operações de Manutenção da Paz. Brasília, 5 de fevereiro de 2007

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL (ECOSOC)

O Conselho Econômico e Social deve voltar a ser um órgão vivo e influente. Deve servir para que encontremos convergências para questões relacionadas a comércio, finanças e desenvolvimento, em um ambiente livre de preconceitos e dogmatismos. O ECOSOC deve ser a instância deliberativa privilegiada na busca da conciliação entre os objetivos do crescimento econômico e da redução das iniquidades de uma globalização assimétrica. O Presidente Lula sugeriu neste ano, na Cúpula do G-8 em Gleneagles, que poderíamos começar a elevar a estatura do ECOSOC, organizando um segmento de alto nível com a participação, por exemplo, do Ministro da Economia da presidência rotativa do G-8. O ECOSOC deve também prestar sua contribuição na promoção da estabilidade e da paz, em parceria com o Conselho de Segurança, como estabelece o artigo 65 da Carta.

Discurso do Ministro Celso Amorim na abertura do debate geral da LX Assembléia-Geral das Nações Unidas. Nova York, 17 de setembro de 2005

* * *

Muito ainda pode ser feito para revitalizar o ECOSOC, dentro do contexto de uma reforma global das Nações Unidas. O Brasil não concorda com

propostas para reduzir o tamanho do ECOSOC, dotar a Mesa do ECOSOC de poderes executivos ou transformar o órgão num “Conselho de Segurança Econômico”. Os problemas do ECOSOC não derivam de tamanho excessivo, mas de competências reduzidas. O escopo do campo de atuação do ECOSOC de acordo com a Carta é amplo, mas o Conselho não possui os recursos e poderes necessários. (...) A revitalização do ECOSOC, em coordenação estreita com a UNCTAD, o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA) e as comissões econômicas regionais, deve passar por um melhor aproveitamento das vantagens inerentes das Nações Unidas em comparação com as instituições de Bretton Woods, a OMC, a OCDE, o G-8 e os Foros de Porto Alegre e Davos. (...) O ECOSOC poderia, além disso, proceder ao exame voluntário da situação econômica e social de países que o solicitem (de maneira semelhante ao que ocorre no “Trade Policy Review Mechanism” sobre comércio na OMC). O ECOSOC, como instância multilateral, poderia também ocupar, em boa medida, o espaço hoje reservado aos “Grupos de Doadores”, que não representam a comunidade internacional. Essas “Câmaras de Parceria” (“Partnership Chambers”) examinariam o progresso de cada país em direção às Metas de Desenvolvimento do Milênio e desenhariam, em parceria com o país, estratégias de mobilização de recursos para alcançá-las.

**“A ONU aos 60”, artigo do Ministro Celso Amorim.
Política Externa, vol. 14, nº 2, 2005**

* * *

É bom que o Conselho de Direitos Humanos tenha sido criado, porque é menos um órgão para o ECOSOC ficar supervisionando. Então esses órgãos todos talvez devessem se reportar diretamente à Assembleia Geral e deixar que o ECOSOC tratasse do que ele tem que tratar: de como deve ser o desenvolvimento econômico e social no mundo e inspirar os órgãos que realmente influem nisso, que são o Banco Mundial, o FMI e a OMC. Não é negociar, mas inspirar.

Palavras do Ministro Celso Amorim na abertura do seminário “As Nações Unidas: Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento em um Novo Cenário Internacional”, por ocasião do LXI aniversário da ONU. Brasília, 24 de outubro de 2006

COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ

Devemos assegurar a continuidade entre ações de prevenção, esforços de manutenção da paz e a etapa pós-conflito de construção da paz. Temos também que enfrentar a questão de duração e intensidade desses esforços. Naturalmente, há que se deslocar rapidamente todas as tropas requeridas pelas resoluções do Conselho de Segurança. Vemo-nos confrontados com essa necessidade no Haiti nesse exato momento. (...) De minha parte desejo insistir sobre a necessidade de desenvolver novas e melhores ferramentas para enfrentar os problemas estruturais que estão na raiz das tensões que conduzem à violência e ao conflito. Pobreza, doença, ausência de oportunidades, desigualdade. Essas são algumas das causas de conflitos, particularmente aqueles no interior dos países, que cada vez mais, lamentavelmente, são parte de nossa agenda.

Discurso do Ministro Celso Amorim em sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Aspectos Cíveis da Gestão de Conflitos e a Construção da Paz. Nova York, 22 de setembro de 2004

* * *

A sugestão do Secretário-Geral de criação de uma Comissão de Construção da Paz visa apoiar o processo de transição de conflito para uma paz duradoura em cenários de fragilidade socioeconômica e institucional. Preocupado com a inexistência de uma instância para auxiliar países recém-saídos de conflito, Annan sugere maior atenção a setores, como a

recuperação institucional e o financiamento da reconstrução. O Brasil apóia o estabelecimento da Comissão.

**“A ONU aos 60”, artigo do Ministro Celso Amorim.
Política Externa, vol. 14, nº 2, 2005**

* * *

A Comissão de Construção da Paz tem como objetivo principal auxiliar os países recém-saídos de conflitos armados a alcançarem estabilidade política e econômica duradouras. Representa importante avanço no processo de reforma da ONU, ao contribuir para o fortalecimento do sistema das Nações Unidas na área econômica e social. A criação de órgão como a Comissão de Construção da Paz havia sido objeto de propostas do Brasil desde meados da década de noventa e representa a concretização de aspiração de longa data dos países em desenvolvimento. Como integrante da Comissão de Construção da Paz, o Brasil estará empenhado em contribuir para que países vitimados por conflito, como o Haiti, tenham uma trajetória sustentável rumo à paz, com estabilidade político-institucional e desenvolvimento econômico-social. Assim como o recém-criado Conselho de Direitos Humanos, para o qual o Brasil acaba de ser eleito com votação recorde, a criação da Comissão de Construção da Paz constitui mais um passo significativo no processo de reforma das Nações Unidas.

Nota à imprensa. “Eleição do Brasil à Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas”. Brasília, 16 de maio de 2006

REFUGIADOS

O ACNUR [Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados] tem manifestado reconhecimento pelos esforços do Brasil no domínio

da proteção internacional de refugiados. Atualmente, o Brasil abriga 3.200 refugiados, procedentes de 54 países. (...) A política brasileira de proteção e reassentamento de refugiados, cuja implementação compete ao Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), tem-se expandido nos últimos anos. Os esforços do Governo brasileiro, em coordenação com o ACNUR, estão concentrados na busca de soluções duráveis para a questão dos refugiados, sobretudo com base no fortalecimento institucional do regime de parceria e compartilhamento de responsabilidades entre o Governo Federal e entidades civis - aspecto imprescindível na consolidação de políticas públicas de alcance humanitário.

Nota à imprensa. “Visita ao Brasil do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados”. Brasília, 4 de novembro de 2005

* * *

O Comitê Nacional para os Refugiados decidiu, em maio de 2007, reassentar no Brasil grupo de refugiados palestinos oriundos do campo de refugiados de Ruweished, na Jordânia, cerca de 70 km da fronteira com o Iraque, onde estavam estabelecidos desde 2003. O primeiro contingente de 35 refugiados palestinos chegou hoje, 21 de setembro, ao Brasil, dando início à primeira etapa da operação de reassentamento. No mês de outubro próximo, outros dois contingentes deverão chegar ao País, totalizando aproximadamente 117 pessoas. Signatário da Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, o Brasil já possui tradição consolidada na área, tendo atuação destacada na América Latina, consubstanciada no Programa de Reassentamento Solidário. (...) Trata-se de importante decisão do Governo brasileiro, fundamentada em razões humanitárias, que reflete o comprometimento do Brasil com o Direito Internacional dos Refugiados e traduz nesse gesto humanitário a solidariedade do País com relação ao povo palestino.

Nota à imprensa. “Chegada ao Brasil de grupo de refugiados palestinos”. Brasília, 21 de setembro de 2007

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Desde a adoção do Estatuto de Roma, 105 Estados se tornaram Partes dessa louvável iniciativa da comunidade internacional. (...) Nos últimos cinco anos, o TPI consolidou-se firmemente na Haia, deu início a investigações em vários países, emitiu mandados de prisão e constituiu sua primeira Câmara de Primeira Instância, um passo da maior importância para seu desenvolvimento institucional e um marco na história das relações internacionais. O Governo brasileiro, como um dos primeiros a apoiar o TPI, aproveita esta oportunidade para reafirmar seu comprometimento com os ideais do Estatuto. Continuaremos a advogar em favor do TPI em todos os fóruns. (...) O princípio da complementaridade faz da interdependência entre o Tribunal e os Estados uma necessidade. Gostaria de reiterar a importância de que todos os Estados, sejam eles Partes ou não do Estatuto de Roma, cooperem integralmente com o Tribunal. (...) O Brasil é a favor da adoção, em futuro próximo, de uma definição para o crime de agressão, a fim de que o Tribunal possa ter jurisdição sobre ele. Estamos prontos a apoiar uma definição que preserve adequadamente a independência do Tribunal como um órgão judicial, e transmita, como indicações úteis, os elementos estabelecidos na Resolução 3.314 da Assembleia Geral. É chegado o momento de avançar nessa questão e preparar o caminho para uma Conferência de Revisão do Estatuto de Roma. Em nosso entender, a definição do Crime de Agressão deve ter prioridade na agenda.

Discurso da Representante Permanente do Brasil junto à ONU, Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, na VI Assembleia dos Estados Partes do Estatuto de Roma do TPI. Nova York, 3 de dezembro de 2007

COMÉRCIO INTERNACIONAL



COMÉRCIO INTERNACIONAL

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) – GERAL

Combateremos práticas protecionistas que tanto prejudicam nossa agricultura e nossa indústria. Trataremos de ampliar os mercados consumidores de bens primários ou semi-elaborados, que continuam a ter um papel importante em nossa pauta. Mas daremos ênfase especial àqueles bens e serviços de maior valor agregado e conteúdo de conhecimento. Para fazermos isso de forma sustentável, teremos que nos empenhar profundamente na verdadeira batalha pela eliminação de barreiras e subsídios que hoje distorcem brutalmente o comércio e privam os países em desenvolvimento de suas vantagens comparativas (as naturais ou aquelas obtidas através do esforço e engenho criativo).

Discurso proferido pelo Embaixador Celso Amorim por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 1º de janeiro de 2003

* * *

A atuação do Brasil na OMC se pautará pela construção de um sistema multilateral de comércio mais equitativo, mediante a correção de distorções e a diminuição das restrições à nossa capacidade de fomentar políticas voltadas para o desenvolvimento. Trata-se de uma verdadeira batalha pela eliminação de barreiras e subsídios e pelo nivelamento das regras do jogo que está sendo enfrentada com determinação. (...) Todos sabemos que o comércio pode ter grande efeito gerador de crescimento econômico e riqueza. Na prática, contudo, os mais desenvolvidos não

hesitam em manter sua própria lógica do livre comércio e cercar-se ao mesmo tempo de regimes de exceção para setores em que demonstram vulnerabilidades, como o agrícola, o siderúrgico, o têxtil – justamente aqueles em que os países em desenvolvimento demonstram vantagens comparativas. As anomalias do comércio agrícola constituem uma disfunção particularmente intolerável. O Brasil é extremamente competitivo e perde bilhões de dólares anualmente em exportações nesse setor. Temos consciência de que (...) a solução para o comércio agrícola passa em boa medida pela OMC – sobretudo no que se refere à eliminação dos subsídios e maior disciplina para as medidas de apoio doméstico.

**“A diplomacia do Governo Lula”, conferência do
Ministro Celso Amorim no Instituto Rio Branco.
Brasília, 10 de abril de 2003**

* * *

A OMC adquire (...) um papel central em nossa investida por uma participação mais afirmativa no comércio internacional. Com a acessão da China e, em breve, da Rússia, a OMC ganha um caráter verdadeiramente universal. Instituição que encarna o sistema multilateral de comércio, a OMC encontra-se absorvida em uma rodada abrangente de negociações que envolve não apenas a liberalização do comércio de produtos agrícolas, bens industriais e serviços, como aspectos regulatórios diversos – que vão desde a revisão das regras anti-dumping até a criação de registro para as chamadas “indicações geográficas”, a relação entre comércio e o meio ambiente e um conjunto de temas ditos de “implementação dos resultados da Rodada Uruguai” de especial interesse dos países em desenvolvimento.

**Palestra do Ministro Celso Amorim, pronunciada pelo
Secretário-Geral das Relações Exteriores, Samuel**

Pinheiro Guimarães, no XV Fórum Nacional. Rio de Janeiro, 21 de maio de 2003

* * *

Podemos criar, aqui em Cancún, um novo espírito, mostrando que a liberalização do comércio e a distribuição mais justa da riqueza não somente são compatíveis, como também mutuamente benéficas. O Brasil continua a apoiar, de modo inequívoco, a existência de um sistema multilateral de comércio que seja equitativo, baseado em regras e orientado para o mercado. A OMC constitui plataforma essencial para a nossa integração à economia global: a expansão do comércio é fundamental para que se criem empregos e se atinjam taxas mais elevadas de crescimento econômico, possibilitando a melhoria das condições de vida de milhões de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza. (...) Talvez nenhuma outra área de comércio esteja sujeita a tanta discriminação quanto a agricultura. Distorções no comércio agrícola não apenas causam malefícios aos países em desenvolvimento ao negar-lhes oportunidades de acesso a mercados. Subsídios domésticos e de exportação em países desenvolvidos deprimem preços e a renda no mundo todo, reduzem os ganhos de exportadores competitivos e aumentam a insegurança alimentar em países em desenvolvimento. Seu poder de aliciamento não contribui para o aumento da produtividade e a geração de riqueza. Os subsídios produzem dependência, de um lado, e privações, de outro.

Discurso do Ministro Celso Amorim na V Conferência Ministerial da OMC. Cancún, México, 11 de setembro de 2003

* * *

A liberalização do comércio pode conduzir à prosperidade contanto que ocorra de forma equilibrada e leve em conta as necessidades diferenciadas dos países mais pobres. Este não tem sido o caso até agora. É amplamente aceito que o sistema multilateral de comércio sofre de um déficit de

desenvolvimento. O lançamento da Agenda de Desenvolvimento de Doha há quatro anos foi um reconhecimento desse fato.

Discurso do Ministro Celso Amorim na VI Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio. Hong Kong, 14 de dezembro de 2005

* * *

Soluções permanentes para a miséria só vão existir se os países mais pobres tiverem a oportunidade de progredir pelo seu próprio esforço. Desde que livre e justo, o comércio internacional será um valioso instrumento para gerar riqueza, distribuir renda e criar empregos. É essencial nos libertarmos das amarras do protecionismo. Os subsídios dos países ricos, sobretudo na área agrícola, são pesados grilhões que imobilizam o progresso e relegam os países pobres ao atraso. Não me canso de repetir que enquanto o apoio distorcido dos países desenvolvidos alcança a indecorosa cifra de US\$ 1 bilhão por dia, 900 milhões de pessoas sobrevivem com menos de US\$ 1 por dia nos países pobres e em desenvolvimento. Essa é uma situação política e moralmente insustentável. Pior do que a inação pela ignorância é a omissão pela conveniência. A velha geografia do comércio internacional precisa ser reformada em profundidade. (...) Se bem-sucedidas, as negociações na OMC ajudarão a tirar milhões de pessoas da pobreza extrema.

Discurso do Presidente Lula na LXI Assembléia Geral das Nações Unidas. Nova York, 19 de novembro de 2006

Solução de controvérsias na OMC

O Brasil recebeu com grande satisfação o relatório final do painel da OMC que examinou, a pedido de Brasil, Austrália e Tailândia, a conformidade

do regime açucareiro da União Européia com as normas multilaterais de comércio. (...) O painel condenou, de forma clara e substantiva, os dois elementos do regime açucareiro europeu que o Brasil havia questionado. (...) Assim como no contencioso do algodão, as conclusões do painel sobre açúcar constituem passo importante rumo ao fim das distorções no comércio agrícola mundial, e ressaltam a importância de assegurar a plena integração da agricultura às disciplinas da OMC. O Governo brasileiro espera que a União Européia dê cumprimento às determinações do painel no menor prazo possível, em sinal inequívoco de seu respeito às disciplinas multilaterais de comércio.

Nota à imprensa. “OMC: contencioso Brasil-União Européia – subsídio à exportação de açúcar.” Brasília, 15 de outubro de 2004

* * *

O Brasil recebeu, com satisfação, o relatório do Órgão de Apelação da OMC sobre subsídios norte-americanos à produção e exportação de algodão. O documento, circulado hoje em Genebra, deverá ser adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias da Organização em até 30 dias, juntamente com o relatório do painel. (...) A manifestação do Órgão de Apelação não favorece apenas o Brasil. Ela empresta renovada força jurídica aos pleitos dos países africanos produtores de algodão, para os quais os subsídios influenciam dramaticamente os números relativos à pobreza. A sentença esclarece, igualmente, o conteúdo e o alcance de importantes disciplinas multilaterais sobre o comércio agrícola, em sua maioria examinadas pela primeira vez no presente caso. Reforça, por fim, a legitimidade dos países, grupos e cidadãos que defendem o fim das distorções no comércio agrícola mundial.

Nota à imprensa. “Contencioso Brasil-EUA sobre subsídios ao algodão.” Brasília, 3 de março de 2005

RODADA DOHA

Reafirmo nossa disposição de buscar caminhos convergentes, por meio de uma negociação pragmática e mutuamente respeitosa, levando em conta, em particular, as necessidades dos países em desenvolvimento, sobretudo, daqueles que são mais pobres.

Discurso do Presidente Lula na abertura da XI UNCTAD. São Paulo, 14 de junho de 2004

* * *

Concordo com sua [do Primeiro-Ministro Blair] avaliação segundo a qual foi a consciência em fazer com que o comércio traga benefícios efetivos para as populações mais pobres do mundo que impulsionou o lançamento da Rodada [Doha] em meio à atmosfera sombria que se seguiu aos trágicos eventos de 11 de setembro. Somente combatendo a pobreza construiremos a segurança de que todos necessitamos e somente com o comércio livre de distorções injustas e injustificadas poderemos integrar milhões de seres humanos na esfera dinâmica da economia mundial. O momento é crucial. Os países ricos, de cuja população ativa, como bem assinala Vossa Excelência, menos de 2% estão empregados no campo, têm de abrir seus mercados agrícolas e eliminar subsídios distorcivos que impedem os países mais pobres de competir em igualdade de condições, portanto, de usufruir das riquezas geradas pelas novas tecnologias. (...) Estou certo de que os países em desenvolvimento não deixarão de fazer sua parte em prol do nosso objetivo comum de fortalecer o sistema multilateral e tornar o comércio mais livre e mais justo, respeitados os critérios de proporcionalidade e flexibilidade que estão no cerne do tratamento especial e diferenciado consagrado pela OMC e reforçados em Doha. O Brasil tem plena consciência do que deve fazer e, na verdade, já tem feito pelos países mais pobres.

Mensagem do Presidente Lula ao Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair. Brasília, 15 de novembro de 2005

* * *

Ao partir para Hong Kong, não tinha maiores expectativas a respeito do que seria possível obter na Conferência Ministerial da OMC. (...) O resultado foi até mais positivo do que esperava, atendendo aos interesses brasileiros tanto em setores nos quais temos maiores vantagens comparativas, como agricultura, como naqueles em que procuramos preservar espaço para políticas de desenvolvimento, como indústria e serviços. A definição de uma data para a eliminação dos subsídios às exportações foi um ganho efetivo, fruto em boa parte da atuação do Brasil e do G-20, a ser celebrado por todos os que desejam mais justiça e menos distorção no comércio agrícola. (...) No mesmo sentido, a Conferência propiciou, pela primeira vez, a criação de vínculo explícito de proporcionalidade entre os cortes tarifários em produtos agrícolas e industriais, o que assegura o equilíbrio das negociações.

“Os avanços de Hong Kong”. Artigo do Ministro Celso Amorim no jornal *Folha de São Paulo*, 26 de dezembro de 2005

* * *

As negociações para uma Agenda do Desenvolvimento na OMC estão em crise. Não é uma crise técnica. É uma crise política. É uma crise de falta de liderança. (...) O que está em jogo nessas negociações não é apenas um punhado de concessões em matéria de comércio. É o próprio futuro do multilateralismo na esfera econômica, com óbvias repercussões nos planos social e político. (...) Não é à toa que após quase sessenta anos da criação do sistema GATT/OMC, pela primeira vez a palavra

“Desenvolvimento” apareceu no título de uma Rodada. Não se trata de comércio apenas, mesmo no sentido amplo que a palavra adquiriu nas últimas décadas. Trata-se, acima de tudo, de desenvolvimento, isto é, de criar as condições para que as populações mais pobres do nosso planeta possam usufruir dos progressos de nosso tempo, muitas vezes alcançados às suas expensas. (...) Na agricultura, meio de vida de grande parte das populações mais pobres do mundo, os subsídios, há décadas proibidos no setor industrial, continuam exportando miséria e fome para nações menos desenvolvidas.

Intervenção do Presidente Lula na reunião entre os países do G-8 e os chefes de Estado e/ou de Governo da África do Sul, Brasil, China, Índia, México e República do Congo. São Petersburgo, Rússia, 17 de julho de 2006

* * *

O sistema multilateral de comércio da OMC está enfrentando a crise mais grave desde seu estabelecimento. Podemos contemplar passivamente a erosão progressiva de sua credibilidade e legitimidade. Podemos igualmente tomar a decisão de persistir, não aceitar o fracasso. Podemos reconhecer que milhões de vidas no mundo inteiro, especialmente nos países em desenvolvimento, podem ser melhoradas em consequência desta Rodada do Desenvolvimento. O Brasil certamente escolhe essa segunda opção. (...) Os membros [da OMC] devem continuar engajados nas discussões sobre como avançar o processo. Tais conversas podem acontecer em diversos formatos e modos: bilaterais, plurilaterais e multilaterais; em Genebra ou em outro lugar. Nós devemos refletir sobre possíveis soluções e avanços nas negociações. Os enfoques incrementais não serão suficientes, mas tampouco há espaço para demandas irrazoáveis que negligenciam inteiramente as realidades dos outros parceiros.

Notas do Ministro Celso Amorim na sessão do Comitê de Negociações Comerciais da OMC. Genebra, 24 de julho de 2006

G-20

O G-20 é um grupo informal de países em desenvolvimento que surgiu em Genebra durante os estágios finais da preparação para Cancún. O Grupo constitui boa amostra dos membros da OMC e compreende uma parcela substancial da população, da produção e do comércio agrícolas mundiais: 63% de todos os agricultores e 51% da população mundial vivem nos 20 membros do Grupo. Os países do Grupo também são responsáveis por cerca de 20% da produção agrícola mundial, 26% da exportação agrícola total e 17% de todas as importações mundiais de produtos agrícolas. Existe uma inegável relação entre agricultura e desenvolvimento. A maioria da população pobre em países em desenvolvimento vive em áreas rurais. De forma a transformar em realidade a Agenda de Desenvolvimento de Doha, a agricultura deve estar plenamente incorporada às regras do sistema multilateral de comércio com o objetivo de eliminar as distorções prevaletentes no comércio e produção agrícolas. Trata-se também de condição essencial para tornar o comércio agrícola mais justo e mais equitativo. (...) O Grupo atuará em coordenação estreita durante a Conferência Ministerial. O Grupo reafirma que sua proposta continua sobre a mesa e convida os membros da OMC a apoiá-la, particularmente aqueles que compartilham o compromisso com os dois objetivos centrais da Rodada de Doha: desenvolvimento e reforma agrícola. Como a proposta do Grupo reflete totalmente a integridade e o nível de ambição do mandato de Doha, ela constitui e continuará a estar no centro das negociações sobre agricultura.

Comunicado Ministerial do G-20 por ocasião da V Conferência Ministerial da OMC. Cancún, México, 9 de setembro de 2003

* * *

Todos sabemos que as distorções e restrições impostas pelos países ricos em agricultura são elemento central do impacto negativo que aflige o

comércio internacional. Esta foi a razão do nascimento do G-20 e da continuidade de sua luta.

Intervenção do Ministro Celso Amorim na sessão de abertura da Reunião de Alto Nível do G-20. Rio de Janeiro, 9 de setembro de 2006

* * *

A decisão de fazer o G-20 foi um lance muito ousado. Hoje parece fácil e até óbvio. Na época, não era. O G-20 é uma conjugação de países em desenvolvimento que atua de maneira não confrontacionista, mas propositiva. Não é mais o Presidente Lula que diz que o G-20 mudou a geografia comercial do mundo. São os livros de Geografia da França. Todo mundo reconhece que o Brasil tomou a liderança e assumiu os riscos do G-20. Diria sem falsa modéstia que o Brasil mudou a dinâmica das negociações da OMC. Não foi o Brasil sozinho. Mas o Brasil lidera o G-20 e é procurado – e diria que quase cortejado – por EUA, União Européia e Japão, entre outros países.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao jornal *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 19 de outubro de 2006

* * *

O G-20 mudou para sempre o panorama de negociação na OMC. À medida que você vai chegando perto de uma decisão final, as nuances vão aparecendo. Então, nosso desafio será manter a unidade, apesar dessas nuances. Muita gente gostaria de fazer dessas nuances enormes divergências. Mas esquecem de dizer que, se não tivéssemos criado o G-20, não chegaríamos aonde chegamos. Teríamos obtido um acordo em Cancún [2003] totalmente desfavorável para nós e teríamos de esperar mais 20 ou 30 anos para ter outra negociação agrícola.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim à revista *Época*. São Paulo, 17 de dezembro de 2006

* * *

Não tenho dúvidas de que o G-20 mudou o jogo na OMC e gerou uma confiança nova dos países em desenvolvimento na sua capacidade de influenciar o jogo. Não quer dizer que tenhamos alcançado esse almejado equilíbrio, nem que estejamos próximos do fim de uma longa luta contra as distorções do comércio internacional que são tão prejudiciais aos países em desenvolvimento. Mas há hoje uma nova percepção da geografia diplomática do mundo; minha esperança é que essa nova geografia diplomática possa ajudar alterar em boa medida a geografia econômica do mundo e sobretudo cada um dos nossos países a alcançar um melhor nível de desenvolvimento.

Entrevista concedida pelo Presidente Lula a órgãos de imprensa argelinos. Argel, 7 de fevereiro de 2006

* * *

Desde sua criação, em 2003, o G-20 tem procurado criar condições para uma liberalização efetiva do setor agrícola na Rodada de Desenvolvimento de Doha. O G-20 se consolidou como um interlocutor central nas negociações por três motivos principais: a) importância dos seus membros na produção e no comércio agrícolas, representando quase 60% da população mundial, 70% da população rural em todo o mundo e 26% das exportações agrícolas mundiais; b) sua capacidade de traduzir os interesses dos países em desenvolvimento em propostas concretas e consistentes; e c) sua habilidade em coordenar seus membros e interagir com outros grupos na OMC. Para alcançar um comércio internacional mais justo e equitativo, o Brasil prosseguirá nos esforços para uma conclusão exitosa da Rodada Doha, a fim de

que seu resultado beneficie sobretudo os países em desenvolvimento e os países mais pobres.

Orientação Estratégica do Ministério das Relações Exteriores, Plano Plurianual 2008-2011. Brasília, 4 de maio de 2007

UNCTAD (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO)

Não há nenhuma estratégia terceiro-mundista por parte do Brasil. Não queremos trocar o Primeiro pelo Terceiro Mundo. O Brasil quer alargar as suas parcerias. E tem obtido resultados com isso. Exportamos para a China, para a Índia. E isso nos reforça na negociação com os países ricos. Não queremos recriar a velha UNCTAD (a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, que nos anos 70 se tornou um fórum global de oposição aos Estados Unidos), fazer uma gritaria, confrontação. Estamos participando das negociações na Organização Mundial do Comércio, a OMC. Na última reunião da OMC, uniram-se pela primeira vez os objetivos da justiça social e livre-comércio. Até então havia aqueles que diziam que o livre-comércio era bom e depois viria a justiça social. Estamos mudando a geografia da negociação comercial do mundo, e queremos negociar de maneira equilibrada. Não estamos contra nenhum país, mas a favor dos nossos interesses.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim à revista *Veja*. São Paulo, 28 de janeiro de 2004

* * *

A própria UNCTAD (...) não teria sido capaz de manter seu papel essencial – como foro de coordenação e como centro emanador de novas idéias –

não fosse o apoio ativo do G-77. A UNCTAD e o G-77 imprimiram ímpeto intelectual e político a iniciativas como o Sistema Global de Preferências Comerciais – em seu tempo, um verdadeiro marco no reconhecimento das responsabilidades comuns porém diferenciadas de países desenvolvidos e em desenvolvimento. (...) A UNCTAD tem ajudado e pode continuar a ajudar, ao identificar áreas nas quais os países em desenvolvimento poderiam colher benefícios da liberalização e ao apoiar os esforços dos países em desenvolvimento relativo, a participarem plenamente da Rodada.

Discurso do Ministro Celso Amorim na Reunião Ministerial do G-77 e China. São Paulo, 11 de junho de 2004

* * *

Sabemos muito bem que o modelo de desenvolvimento que buscamos não ocorre de forma automática, nem será o resultado de geração espontânea das forças de mercado. Requer estudo, debate democrático e determinação política. Aí reside uma das grandes contribuições da UNCTAD. Nela geram-se idéias, discutem-se políticas, trocam-se experiências. Hoje, em grande parte graças à UNCTAD, entendemos melhor o que funciona e o que deve ser evitado em matéria de política de comércio e desenvolvimento. A UNCTAD tem-nos auxiliado também na identificação de constrangimentos externos que limitam nossos esforços, capacitando-nos conceitual e politicamente para melhor enfrentá-los.

Discurso do Presidente Lula na abertura da XI UNCTAD. São Paulo, 14 de junho de 2004



FINANÇAS INTERNACIONAIS E
ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS



FINANÇAS INTERNACIONAIS E ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS

BANCO MUNDIAL

Ao ensejo da próxima visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Davos, Suíça, o Chanceler Celso Amorim e o Vice-Presidente de Relações Exteriores do Banco Mundial, Ian Goldin, assinarão instrumento de co-financiamento para a implementação, a partir de fevereiro próximo, de projetos sociais no Haiti. O programa contará com aporte de 500 mil dólares do Banco Mundial e contribuição brasileira de 125 mil dólares. (...) Trata-se da segunda iniciativa do gênero desenvolvida com o Haiti. Durante a missão que o Governo brasileiro realizou a Porto Príncipe, em dezembro passado, o Brasil e o Banco Mundial concluíram projeto de co-financiamento, para fortalecimento da capacidade institucional e de distribuição de merenda escolar no Haiti. O projeto - o primeiro do Banco com um país em desenvolvimento em benefício de outro país em desenvolvimento - teve por objetivo viabilizar a montagem de cozinhas escolares e o fornecimento diário de refeições balanceadas e nutritivas a aproximadamente 35 mil crianças de escolas primárias de áreas pobres.

Nota à imprensa. “Assinatura de programa de co-financiamento entre o Brasil e o Banco Mundial para o Haiti”. Brasília, 27 de janeiro de 2005

* * *

O Brasil, desde seu ingresso no Banco Mundial, em janeiro de 1946, tem histórico de colaboração e partilha dos mesmos ideais de desenvolvimento econômico e redução da pobreza que ora inspiram essa distinta instituição

financeira. Por essa razão, reafirmo minha disposição de continuar a trabalhar, em conjunto com Vossa Excelência, para o fortalecimento do papel desse Banco como agente multilateral de financiamento ao desenvolvimento.

Mensagem do Ministro Celso Amorim ao Presidente do Banco Mundial, Robert B. Zoellick. Brasília, 28 de junho de 2007

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)

Em resumo, tanto no plano interno como na interação com o mundo, a trajetória percorrida nos últimos três anos pela economia brasileira levou à forte redução da vulnerabilidade frente a riscos internos e ameaças externas. Foi nesse contexto virtuoso que tomamos a decisão, cuidadosamente pensada, de antecipar a devolução ao Fundo Monetário Internacional dos recursos emprestados ao Brasil - com isso deixando também de pagar os juros correspondentes. (...) Um país só encontra o caminho do desenvolvimento sustentável quando cria condições para caminhar com as próprias pernas, quando consegue crescer de modo sólido com seus próprios recursos. Este é o significado central do ato de hoje. (...) O Brasil deseja ter presença ainda mais ativa no FMI. Há anos temos indicado a necessidade de aumento das quotas e da influência dos países em desenvolvimento, inclusive a nossa, no organismo. Temos também defendido a conveniência de mecanismos de financiamento para prevenção de crises financeiras provocadas por mudanças súbitas na conduta de investidores internacionais. Todos esses temas permanecem na lista de prioridades do Brasil.

Discurso do Presidente Lula durante reunião com o Diretor-Gerente do FMI, Rodrigo de Rato. Brasília, 10 de janeiro de 2006

* * *

Os Chefes de Estado e de Governo expressaram a visão de que a legitimidade do FMI depende de uma reforma fundamental de quotas e voz que seja mais representativa dos países em desenvolvimento. A reforma deve efetivamente reduzir o grave desequilíbrio entre a ampla maioria de poder de voto ora detida pelas economias avançadas e a participação insatisfatória dos países em desenvolvimento.

Declaração conjunta da I Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). Brasília, 13 de setembro de 2006

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

É ótimo que exista o BID, temos que usar o BID, mas em alguns casos os recursos do BID não são infinitos, e também se nós queremos que boa parte desse espaço possa ser ocupado também por empresas brasileiras, ou latino-americanas, sul-americanas, nós precisamos também de ter mecanismos nossos. A nossa preocupação tem sido sempre estimular, quando é possível, no caso das empresas brasileiras que elas se associem a empresas locais, para que não seja apenas uma exportação de serviços brasileiros, mas verdadeiras *joint ventures*.

Palestra do Ministro Celso Amorim no Curso para Diplomatas Sul-Americanos. Brasília, 25 de agosto de 2006

* * *

Os Chefes de Estado e de Governo expressaram a visão de que a legitimidade do FMI depende de uma reforma fundamental de quotas e voz que seja mais representativa dos países em desenvolvimento. A reforma deve efetivamente reduzir o grave desequilíbrio entre a ampla maioria de

poder de voto ora detida pelas economias avançadas e a participação insatisfatória dos países em desenvolvimento.

Declaração Conjunta da I Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). Brasília, 13 de setembro de 2006

PROPRIEDADE INTELECTUAL – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI)

A “Agenda para o Desenvolvimento” foi apresentada, na Assembléia Geral da OMPI, em 2004, pelo Brasil, com o apoio da Argentina, África do Sul, Bolívia, Cuba, Egito, Equador, Irã, Peru, Quênia, República Dominicana, Serra Leoa, Tanzânia, Uruguai e Venezuela – o chamado grupo de países “Amigos do Desenvolvimento”. As idéias centrais da iniciativa podem ser assim resumidas: a) a propriedade intelectual não é um fim em si mesmo, mas um instrumento para o desenvolvimento; b) deve-se preservar o interesse público nas diferentes negociações na OMPI; c) a adoção de novas regras de propriedade intelectual deve ser precedida de avaliação criteriosa dos impactos sobre políticas de desenvolvimento tecnológico, econômico e social; d) é necessária reequilibrar a pauta de atividades da OMPI, voltada predominantemente para temas de interesse precípua de países desenvolvidos.

Nota à imprensa. “Agenda para o Desenvolvimento da OMPI.” Brasília, 1º de março de 2003

* * *

Os Chefes de Estado e de Governo [do IBAS] sublinharam a importância de incorporar a dimensão do desenvolvimento aos debates internacionais relativos à propriedade intelectual, como forma de fazer

contribuição significativa aos aspectos econômicos e sociais nos países em desenvolvimento e preservar espaços políticos necessários para assegurar o acesso ao conhecimento, promover objetivos públicos nos campos da saúde e da cultura e um meio-ambiente sustentável. Nesse contexto, acolheram com satisfação o lançamento de uma “Agenda para o Desenvolvimento na Organização Mundial de Propriedade Intelectual” e reafirmaram a importância da continuação desses debates a fim de assegurar a incorporação efetiva da dimensão desenvolvimentista em todos os seus órgãos. Reafirmaram também a necessidade de alcançar uma solução para o problema suscitado pela atribuição de direitos de propriedade intelectual a recursos biológicos e/ou conhecimento tradicional a eles vinculados, sem a devida observância das disposições pertinentes da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Declaração Conjunta da I Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). Brasília, 13 de setembro de 2006

G-8

O formato original do G-7, como um “clube dos ricos”, obviamente não é o mais adequado para o século XXI. Atravessamos hoje um período de graves desafios no cenário internacional, alguns dos quais nos acompanham de longa data: a fome e a pobreza, a exclusão social, a degradação do meio ambiente, as violações de direitos humanos, as armas de destruição em massa e os conflitos em diferentes regiões. Nosso mundo continua profundamente desigual e injusto. (...) Mecanismos informais como o G-7/8 não eludem a necessidade de fortalecer o sistema multilateral e ampliar os canais de participação dos países em desenvolvimento nas instâncias decisórias formais. (...) O diálogo ampliado do G-7/8 deve ser aperfeiçoado e estruturado em bases mais permanentes. Idealmente, esse

processo levará à criação de um novo “G” (se um G-11, G-12 ou G-13, não sabemos ainda), sem prejuízo das instâncias multilaterais formais.

“Grupo dos Sete”, artigo do Ministro Celso Amorim no jornal *Valor Econômico*. São Paulo, 27 de abril de 2007

* * *

O propósito do encontro foi compartilhar perspectivas e encontrar convergências sobre os temas que discutirão (...) durante as sessões do diálogo ampliado da Cúpula do G-8, bem como trocar impressões sobre vários temas internacionais relevantes. Os cinco países também participaram das Cúpulas do G-8 em Gleneagles (2005) e São Petersburgo (2006). O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, o Presidente Hu Jintao, da China, o Primeiro-Ministro Manmohan Singh, da Índia, o Presidente Felipe Calderón, do México, e o Presidente Thabo Mbeki, da África do Sul, reafirmaram sua convicção comum de que os países em desenvolvimento devem participar mais ativamente na consolidação de estratégias e iniciativas que lidem efetivamente com os desafios de um mundo globalizado e crescentemente interdependente. Concordaram em que seus cinco países, baseados em sua inegável força política e econômica, podem contribuir decisivamente para aumentar a participação dos países em desenvolvimento nesse processo. Sobre as questões a serem discutidas em Heiligendamm com os países do G-8, os líderes notaram, com satisfação, as oportunidades para colaboração nos campos de investimentos transfronteiriços, pesquisa e inovação, mudança do clima, energia e desenvolvimento. A visão de consenso foi a de que todos esses desafios devem ser tratados a partir de uma perspectiva bilateral, regional e multilateral, levando-se em consideração interesses e capacidades dos diferentes Estados. (...) Na reunião de Berlim, os líderes compartilharam pontos de vista sobre o futuro de sua participação no Diálogo Ampliado e sobre a conveniência de assegurar coordenação e seguimento das discussões entre os cinco países. Os líderes

concordaram em manter consultas, em bases regulares, sobre assuntos de interesse comum e para coordenar suas posições.

Comunicado Conjunto do G-5, à margem da Cúpula de Heiligendamn do G-8. Berlim, 7 de junho de 2007

* * *

Cresce a percepção entre os países ricos de que os grandes temas globais não podem ser devidamente tratados sem a participação de países em desenvolvimento. E aqui me refiro a uma participação real e concreta, não apenas figurativa, usada para legitimar decisões tomadas por outros. Recordo as palavras do Presidente Lula na recente Cúpula do IBAS em Pretória: “De pouco vale ser convidado para a sobremesa no banquete dos poderosos”. (...) Mas duas coisas são certas. Uma é que esses mecanismos [como o G-8], embora úteis, não substituem as instâncias multilaterais formais. A outra é que não existe ordem ou governança no plano internacional sem que a maioria esmagadora da humanidade participe de sua gestão.

“A diplomacia multilateral do Brasil: um tributo a Rui Barbosa”. Palestra do Ministro Celso Amorim por ocasião da II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 2007



NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS



NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS

As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à ALCA, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Européia, que na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de País em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçaremos-nos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

Discurso do Presidente Lula na Sessão de Posse, no Congresso Nacional. Brasília, 1º de janeiro de 2003

* * *

Não queremos um Brasil fechado em si mesmo, imune aos ventos do progresso e da competição. Na ALCA, nas negociações Mercosul-União

Européia e na Organização Mundial do Comércio trataremos de ampliar mercados para os produtos e serviços em que somos competitivos, procurando corrigir distorções do passado e evitando restrições excessivas à nossa capacidade de fomentar políticas sociais, ambientais, industriais e tecnológicas. Ainda que nada esteja acordado em definitivo, os pressupostos em que se baseiam estes processos de negociação vão muito além de meras rebaixas tarifárias. Envolve aspectos normativos sobre praticamente todos os campos da atividade econômica. Por isso mesmo, devem ser analisados com cuidadosa atenção, sem pré-julgamento. Apesar dos prazos desconfortavelmente estreitos de algumas dessas negociações, pretendemos discutir amplamente com empresários, trabalhadores e outros setores sociais e com o Congresso Nacional as posições que devemos tomar, tendo em vista a vasta gama de interesses envolvidos e as complexas articulações que se fazem necessárias, a começar no âmbito do Mercosul.

Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 1º de janeiro de 2003

* * *

O Governo do Presidente Lula não aderirá a acordos que forem incompatíveis com os interesses brasileiros. (...) Ao assumir o comando da nação, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que as negociações comerciais são hoje de importância vital para o Brasil. Além de um esforço interno de aumento da competitividade de nossos produtos e diversificação de nossa pauta exportadora, deixou claro que não poderíamos prescindir do combate, no plano internacional, pela abertura de novos mercados e por regras mais justas, respeitado o direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento. Nesse espírito, o Governo Lula tem procurado reforçar o Mercosul, promover a integração da América do Sul, explorar novas parcerias comerciais - sobretudo com os grandes países em desenvolvimento - e participar ativamente dos

exercícios negociadores em curso: na OMC, no processo da ALCA e entre o Mercosul e a União Européia.

**“A ALCA possível”. Artigo do Ministro Celso Amorim
no jornal *Folha de São Paulo*, 8 de julho de 2003**

MERCOSUL – COMUNIDADE ANDINA (CAN)

O Mercosul é parte desta América do Sul, que desejamos ver plenamente integrada e próspera. Nesse contexto, são fundamentais os acordos de livre comércio já existentes com a Bolívia e o Chile, e aquele em fase de conclusão com o Peru. Destacaria, igualmente, o compromisso firmado em abril com a Venezuela, em Recife, e em maio com o Equador, em Brasília, no sentido de constituir, até final de 2003, uma zona de livre comércio entre os países da Comunidade Andina e do Mercosul, com o propósito de estabelecer um espaço econômico integrado sul-americano. O Mercosul precisa ter a dimensão de toda a América do Sul. A nova América do Sul será criada pela conexão entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações.

**Discurso do Presidente Lula na XXIV Cúpula do
Mercosul. Assunção, 18 de junho de 2003**

* * *

A unidade do Mercosul e da América do Sul nos permitirá retomar o crescimento, combater as desigualdades, promover a inclusão, aprofundar a democracia e garantir nossa presença soberana no mundo. (...) O êxito na conclusão das negociações com a Comunidade Andina culminou a convergência dos dois principais blocos da América do Sul, etapa fundamental para a conformação de um espaço econômico integrado de dimensão continental. Ao vincular o

Mercosul a uma área com cerca de 112 milhões de pessoas e um PIB de US\$ 270 bilhões, o acordo cria um novo patamar para o processo de integração regional.

Palestra do Ministro Celso Amorim, na Federação de Indústrias de Minas Gerais. Belo Horizonte, 4 de maio de 2004

* * *

Eu não queria deixar passar este momento, em meu nome e no dos meus colegas Ministros do Mercosul, para salientar a importância histórica deste acordo, juntamente com aquele que firmaremos também, em definitivo, com o Peru. (...) Creio que estamos dando um passo da maior importância para fazer da América do Sul uma área de livre comércio. Isso será a base para constituição de uma Comunidade Sul-Americana de Nações, que tem de se desenvolver também institucionalmente. Queria dizer também que este ato culmina um esforço de todos nós, de todos os países envolvidos, que soubemos demonstrar as flexibilidades necessárias em prol de um projeto maior, que é a nossa integração. (...) Não há nenhuma contradição - pelo contrário, há uma complementaridade - entre este passo que damos na integração sul-americana e o objetivo maior da integração latino-americana e caribenha. A presença do México e de Cuba entre nós e a perspectiva de termos com eles também acordos de livre comércio semelhantes nos anima a pensar numa América Latina verdadeiramente forte, verdadeiramente desenvolvida, com muito mais capacidade para negociar nos foros internacionais.

Palavras do Ministro Celso Amorim na XIII Reunião do Conselho de Ministros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Protocolização do Acordo Mercosul-CAN. Montevideu, 18 de outubro de 2004

MERCOSUL – UNIÃO EUROPÉIA

Por ocasião da II Reunião de Negociadores Econômico-Comerciais em Nível Ministerial, realizada em Bruxelas em 12 de novembro de 2003, o Mercosul e a União Européia acordaram intensificar as negociações do Acordo de Associação Inter-regional. (...) Ambas as partes reconheceram que as ofertas apresentadas constituíam boa base para a continuidade das negociações, comprometendo-se a proceder a melhorias adicionais das respectivas ofertas.

Nota à imprensa. “Negociações do Acordo de Associação Inter-regional Mercosul-UE”. Brasília, 12 de junho de 2004

* * *

As Partes reafirmaram conferir prioridade estratégica à celebração de um Acordo de Associação Inter-regional ambicioso e equitativo, que constitua um instrumento de reforço das relações políticas, econômicas, comerciais e de cooperação e contribua para reduzir as disparidades socioeconômicas existentes. Avaliaram a situação das negociações em curso para um acordo de comércio birregional, incluindo as evoluções recentes, e manifestaram sua expectativa de que as negociações conduzam à conclusão tempestiva e bem-sucedida de um Acordo de Associação abrangente e equilibrado. As Partes expressaram seu apoio ao avanço das discussões com o objetivo de se convocar nova reunião de negociações comerciais, no nível ministerial. Além disso, salientaram a importância dos contatos de alto nível entre os representantes dos meios empresariais de ambas as regiões, incentivando-os a que continuem a reunir-se e a enriquecer o diálogo inter-regional entre a UE e o Mercosul com sugestões e contribuições construtivas.

Comunicado Conjunto da Reunião Ministerial Mercosul-União Européia. Viena, Áustria, 13 de maio de 2006

* * *

O Brasil e a UE atribuem grande importância ao reforço de relações entre a UE e o Mercosul e estão empenhados na conclusão do Acordo de Associação UE-Mercosul, que permitirá aprofundar ainda mais as relações econômicas entre as duas regiões e intensificar o diálogo político, bem como as iniciativas em matéria de cooperação. O Brasil e a UE sublinham a grande importância econômica e política que este acordo terá para ambas as regiões e o seu papel no reforço dos respectivos processos de integração.

**Cúpula Brasil-União Européia. Declaração Conjunta.
Lisboa, 4 de julho de 2007**

MERCOSUL – CONSELHO DE COOPERAÇÃO DO GOLFO (CCG)

Os Ministros [das Relações Exteriores do Mercosul e o Sub-Secretário do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes] expressaram sua grande satisfação pelo progresso já alcançado nas negociações de Área de Livre Comércio Mercosul-Conselho de Cooperação do Golfo, que foram iniciadas no contexto do Acordo-Quadro assinado durante a Cúpula dos países das Américas do Sul e dos Países Árabes, realizada em Brasília, em maio de 2005. Os Ministros saudaram os esforços dos grupos negociadores de ambas as regiões, que se reuniram três vezes durante os últimos três meses para tornar possível esse resultado. Reiteram que esse esforço é uma das principais prioridades de agenda de negociação de cada região, tendo em vista seu significado global, a dimensão econômica de ambos os blocos e as oportunidades concretas de negócios a serem abertas por tal Acordo.

**Declaração do Mercosul-Conselho de Cooperação dos
Estados Árabes do Golfo (CGC). Rio de Janeiro, 18 de
janeiro de 2007**

MERCOSUL – ASSOCIAÇÃO DE NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO (ASEAN)

Os participantes [Chefes de Delegação dos países membros do Mercosul e da Associação de Nações do Sudeste Asiático, em Brasília para a III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste] coincidiram no entendimento de que uma cooperação mais próxima entre o Mercosul e a ASEAN trará importantes benefícios para as duas regiões. Ambos os lados irão explorar ativamente meios para aprofundar e ampliar seus contatos. Os dois agrupamentos lançarão processo de consultas com o objetivo de ampliar a cooperação econômica, comercial e em investimentos.

**Nota à imprensa. “Cooperação Mercosul-ASEAN.”
Brasília, 22 de agosto de 2007**

MERCOSUL - ÍNDIA

Ainda no contexto Sul-Sul, estamos negociando acordos preferenciais que permitirão ampliar nosso comércio. Os exemplos mais notáveis são as negociações com os países que integram a União Aduaneira da África Austral, a SACU, e com a Índia. (...) A Índia é um caso a ressaltar. Todos reconhecem o enorme potencial econômico desse país que há vários anos vem crescendo algo em torno de 9% ao ano e deverá seguir em ritmo acelerado nos próximos anos. Há, também, significativa complementaridade entre as economias brasileira e indiana. As exportações brasileiras para a Índia mais do que quadruplicaram nos últimos quatro anos e meio. Já assinamos um Acordo de preferências tarifárias em 2005 [MERCOSUL-Índia] e estamos expandindo a cooperação em diversas áreas. Durante a visita do Primeiro-Ministro Singh ao Brasil, em setembro de 2006, foram assinados um Acordo Bilateral de Cooperação Científica e Tecnológica e um Acordo sobre Serviços Aéreos. O Presidente Lula esteve novamente na Índia, em junho de 2007, ocasião em que foi lançado o Foro de CEOs,

com o objetivo de elevar o intercâmbio comercial a US\$ 10 bilhões até 2010.

Discurso do Ministro Celso Amorim, no Seminário do TCU sobre Política do Comércio Exterior Brasileiro (texto base). Brasília, 28 de agosto de 2007

MERCOSUL - UNIÃO ADUANEIRA DA ÁFRICA AUSTRAL (SACU)-ÍNDIA

Eu penso que uma bom relacionamento estratégico entre Brasil e Índia só irá ajudar o Mercosul. Meu sonho é fazer com que países como Índia, Brasil, e África do Sul – e todo o Mercosul e a SACU – possam formar um grande espaço econômico. É claro que isso levará tempo mas nos colocará numa posição melhor, mais criativa e competitiva em relação aos países do Norte.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao jornal indiano *The Hindu*. Nova Delhi, 17 de julho de 2007

* * *

Os líderes dos três países [do IBAS] reafirmaram o compromisso para a conformação de um Acordo de Livre Comércio Trilateral Índia-Mercosul-SACU e saudaram o primeiro encontro dos representantes de SACU, Mercosul e Índia durante as discussões que se desenvolveram em Pretória em 6 de outubro de 2007. Os líderes dos três países registraram com satisfação o fato de que todas as partes concordaram quanto à necessidade de manter conversações sobre eventual acordo trilateral de comércio. Eles reafirmaram a necessidade de envidar esforços com vistas a celebração de um acordo de livre comércio Índia-Mercosul-SACU. A esse respeito, os líderes dos três países manifestaram apoio a proposta de realização de

Encontro Ministerial Trilateral em 2008. Eles também saudaram o progresso significativo ocorrido nas negociações Mercosul-SACU, em Pretória, em 8 e 9 de outubro de 2007, bem como as realizadas entre SACU e Índia, em Pretória em 5 e 6 de outubro de 2007. As negociações entre Mercosul-SACU, Mercosul-Índia e Índia-SACU constituirão a base para a consecução do objetivo principal, a saber, o Acordo de Livre Comércio Trilateral.

Declaração da II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Fórum de Diálogo do IBAS. Tshwane, 17 de outubro de 2007

ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA)

Tal como vinha se desenvolvendo nas negociações, o projeto da ALCA ia muito além do que denota a expressão “livre comércio” em sentido estrito. (...) Após um processo de reflexão dentro do Governo, que não deixou de envolver debates com o Legislativo e a sociedade civil, o Presidente Lula aprovou as linhas mestras do posicionamento brasileiro nas negociações sobre a ALCA. De forma sucinta, essa posição - obviamente sempre sujeita a alguns ajustes no processo de negociação - pode ser descrita da seguinte forma: 1) a substância dos temas de acesso a mercados em bens e, de forma limitada, em serviços e investimentos seria tratada em uma negociação 4+1 entre o Mercosul e os EUA; 2) o processo ALCA propriamente dito se focalizaria em alguns elementos básicos, tais como solução de controvérsias, tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, fundos de compensação, regras fitossanitárias e facilitação de comércio; 3) os temas mais sensíveis e que representariam obrigações novas para o Brasil, como a parte normativa de propriedade intelectual, serviços, investimentos e compras governamentais, seriam transferidos para a OMC, a exemplo do que advogam os EUA em relação aos temas que lhes são mais sensíveis, como subsídios agrícolas e regras antidumping. Esse enfoque redimensionado em “três trilhos” foi objeto

de estreitas consultas com nossos sócios do Mercosul e foi exposto a nossos parceiros norte-americanos. (...) Assim, em vez de nos prendermos a concepções irrealistas de uma Área de Livre Comércio das Américas, em torno das quais o consenso se afigura inatingível, preferimos nos concentrar na “ALCA possível”, que concilie da maneira mais produtiva os objetivos necessariamente diferenciados dos 34 países participantes.

**“A ALCA possível”. Artigo do Ministro Celso Amorim
no jornal *Folha de São Paulo*, 8 de julho de 2003**

* * *

A ALCA é um projeto *in fieri*, que não existe como realidade acabada. Quando um país deseja ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC) – como ocorreu com a China recentemente –, são negociados termos e condições para sua acesso. O país aceita regras em cuja elaboração não teve voz, em troca de vantagens – reais ou percebidas – de participar do sistema multilateral de comércio. É uma situação distinta da que ocorre na ALCA, que ainda está, por assim dizer, na linha de montagem. Não se trata de aderir ou não à ALCA, mas de definir seus contornos, conciliando interesses “ofensivos” – no caso do Brasil, acesso ao mercado dos EUA para produtos como aço, calçados, suco de laranja, açúcar – e preocupações “defensivas” – autonomia governamental para a adoção de políticas industriais, tecnológicas etc. (...) Não é à toa que boa parte do público tem da ALCA uma percepção pouco clara: o próprio enunciado “livre comércio” se presta a equívocos. O projeto da ALCA, conforme seu principal proponente – e outros que já subscreveram acordos bilaterais desse tipo –, envolve muito mais do que liberalização “comercial”. De acordo com essa corrente, deveriam ser discutidos na ALCA questões como investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual, para não falar de meio ambiente e cláusulas trabalhistas, que extrapolam a concepção do GATT ou mesmo do acordo de serviços da OMC. Boa parte da motivação norte-americana para negociar a ALCA é justamente a

de obter regras para aquelas questões segundo padrões que estão acima do que podem conseguir no plano global. (...) Existe uma percepção equivocada de que o Brasil poderá estar correndo riscos, caso persista em sua estratégia de redimensionar a ALCA. A esse respeito caberia esclarecer inicialmente que o modelo do acordo EUA-Chile não convém a um país com as características do Brasil. Acresce que, ao mesmo tempo, estamos ativamente participando da Rodada de Doha na OMC, negociamos um acordo Mercosul-União Européia e desenvolvemos outras iniciativas com a África, o Oriente Médio, a Índia, a China, a Rússia e, sobretudo, com a América do Sul.

“A Alca e o jogo dos sete erros”, artigo do Ministro Celso Amorim ao jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 24 de agosto de 2003

* * *

A partir das conversações mantidas, as delegações coincidiram em reiterar que o Mercosul continua disposto a negociar um acordo equilibrado com vistas ao estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas. Do mesmo modo, o Mercosul expressou que firmou acordos com o Chile, a Bolívia e a Comunidade Andina. Da mesma maneira, foram iniciados diversos processos de negociação do Mercosul com o Canadá, o México, o Sistema de Integração Centro-americano (SICA) e a Comunidade de Países do Caribe (Caricom), todos em matéria de acesso a mercados. Nesse sentido, as delegações recordaram que já anteriormente outros países ou grupos de países envolvidos nas negociações da ALCA também concluíram ou levam adiante negociações comerciais bilaterais. A partir do acima exposto, as delegações concordam em que todas essas negociações convergem para o objetivo de ampliar o livre comércio, o que é coerente e coincidente com os objetivos da ALCA, razão pela qual o Mercosul reitera sua disposição de concretizar com os demais países do hemisfério negociações bilaterais de acesso a mercados, para contribuir,

assim, efetivamente para a evolução geral do processo negociador da ALCA.

Comunicado do Mercosul sobre as negociações da Área de Livre Comércio das Américas. Assunção, 18 de fevereiro de 2005

* * *

A ALCA teria de ter uma base conceitual totalmente nova. A ALCA não é o formato negociador propício para o Brasil. Se uma negociação voltar a acontecer, terá de ser uma negociação entre o Mercosul e Estados Unidos, porque é o que interessa.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim à revista *Época*, São Paulo, 17 de dezembro de 2006



ENERGIA





ENERGIA

Estamos tratando (...) de estabelecer as bases para o desenho de políticas energéticas regionais, que são imprescindíveis para o desenvolvimento sustentável. A América do Sul é uma das poucas regiões do mundo auto-suficientes em energia. Agora precisamos trabalhar para que toda a nossa capacidade hidrelétrica, as abundantes reservas de petróleo e gás e o potencial dos biocombustíveis sejam plenamente aproveitados. Além de serem fontes alternativas baratas, renováveis e limpas, o etanol e o biodiesel oferecem resposta eficaz e inovadora a alguns dos principais desafios de nossa época. Geram empregos no campo, agregam valor à produção agrícola, diversificam a pauta exportadora e ajudam a proteger o meio ambiente.

Discurso do Presidente Lula por ocasião da sessão de encerramento do Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina. Santiago, 26 de abril de 2007

BIOCOMBUSTÍVEIS

Tanto o etanol quanto o biodiesel representam alternativas seguras do ponto de vista energético e ambiental e viáveis economicamente. Devemos trabalhar juntos para promover a utilização dos biocombustíveis em escala global. Podemos ajudar países da África, por exemplo, a utilizar essa tecnologia para superar sua dependência energética e, ao mesmo tempo, gerar empregos e renda.

Palavras do Presidente Lula por ocasião da cerimônia de

encerramento do Seminário Empresarial Brasil-Reino Unido. Londres, 8 de março de 2006

* * *

Os biocombustíveis são alternativa economicamente viável e de aplicação imediata para a substituição parcial dos derivados de petróleo e diversificação da matriz energética mundial. Seu uso é vantajoso tanto nos países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos. Para países em desenvolvimento, consumir biocombustíveis significa reduzir sua dependência das importações de petróleo, melhorar o equilíbrio de suas balanças comerciais e poupar receita para aumentar seus investimentos em saúde e educação. Além de proporcionar benefícios ambientais, produzir biocombustíveis promove geração de renda e contribui para a fixação da mão-de-obra no campo. Para os países desenvolvidos, o uso de biocombustíveis é também atraente, pois diminui a dependência de combustíveis fósseis, contribuindo para a redução de suas emissões de gases de efeito estufa e garantindo maior segurança energética. Os biocombustíveis têm potencial de mobilizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento em tecnologias associadas, o que conferirá maior dinamismo ao processo de mudança de paradigma no uso de energia no plano global.

Nota à imprensa. “Lançamento do Fórum Internacional de Biocombustíveis.” Brasília, 28 de fevereiro de 2007

* * *

Os biocombustíveis são uma opção de baixo custo e comprovada eficiência na transição para uma economia baseada na baixa emissão de carbono. Ao reduzir essas emissões, os biocombustíveis afastam um grave dilema: adotar tecnologias de alto custo ou reduzir o ritmo de crescimento mundial. Essa opção é especialmente dramática para países pobres, que

não dispõem de recursos para adotar tais tecnologias e, ao mesmo tempo, precisam urgentemente criar emprego, riqueza e renda. Os biocombustíveis contribuem diretamente para combater a fome e a miséria ao criar condições para um crescimento econômico sustentável. A experiência brasileira mostra ser incorreta a oposição entre uma agricultura voltada para a produção de alimentos e outra para a produção de energia. A fome no meu país diminuiu no mesmo período em que aumentou o uso dos biocombustíveis. O plantio da cana-de-açúcar não comprometeu ou deslocou a produção de alimentos. Na realidade, o cultivo da cana no Brasil ocupa menos de 10% da área cultivada do País, ou seja, menos de 0,4% do território nacional. Essa área - é bom que se diga - fica muito distante da Amazônia, região que não se presta à cultura da cana. (...) A inclusão dos biocombustíveis na matriz energética internacional também ajudará a eliminar outro preocupante desequilíbrio: 20 países produzem energia para aproximadamente 200 países. Com a adoção dos biocombustíveis, mais de 100 países poderão produzir energia, democratizando seu acesso. Estaremos reduzindo as assimetrias e desigualdades entre países consumidores e produtores de energia e prevenindo potenciais conflitos derivados da competição por recursos energéticos finitos. Por todas essas razões, a solução está em incentivar o estabelecimento de um mercado internacional para o etanol e o biodiesel.

Discurso do Presidente Lula na Conferência Internacional sobre Biocombustíveis. Bruxelas, 5 de julho de 2007





MEIO AMBIENTE





MEIO AMBIENTE

O Brasil tem participado ativamente das negociações e da implementação das convenções internacionais e programas referentes ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Para tanto, o Itamaraty tem atuado em estreita coordenação com o Ministério do Meio Ambiente e outras Pastas interessadas. Nessa coordenação, o Itamaraty também tem dialogado com entidades representativas da sociedade civil. A ação diplomática tem contribuído para estabelecer acordos e tratados internacionais e bilaterais, avançando a ampla agenda ambiental que engloba biodiversidade, desenvolvimento sustentável, energias renováveis, mudança do clima, florestas, segurança química e resíduos tóxicos, desertificação, proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos, entre outros temas. A promoção da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente vem sendo também posta em prática mediante programas de cooperação bilateral que incluem projetos de alta tecnologia, como é o caso da construção do satélite sino-brasileiro de sensoriamento remoto de recursos naturais (CBERS). A entrada em funcionamento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) também se constituirá em elemento valioso para aprofundar as ações dos países amazônicos em prol do conhecimento, conservação, manejo sustentável e beneficiamento dos recursos naturais da Amazônia, especialmente por meio da agregação de valor e da sua colocação nos mercados consumidores. Os países do Mercosul acordaram, há poucos dias, adotar medidas preventivas para proteger o Aquífero Guarani, o maior manancial transfronteiriço de água subterrânea do mundo, com capacidade estimada para abastecer 360 milhões de pessoas e valor social e econômico

inestimável. (...) O Brasil é parte da maioria dos tratados internacionais que disciplinam a cooperação internacional em matéria ambiental e buscam promover o desenvolvimento sustentável.

**Nota à imprensa. “Dia Mundial do Meio Ambiente.”
Brasília, 4 de junho de 2003**

* * *

O Brasil favorece o reforço institucional da governança ambiental internacional e apóia um exercício de reflexão sem idéias preconcebidas sobre o tema. A criação de uma nova organização ou agência no sistema das Nações Unidas, que poderá resultar dessa reflexão, deve contribuir para a coesão e eficácia das instâncias existentes. Deve ter por fundamento os pilares ambiental, econômico e social que compõem, de modo indissolúvel, o conceito de desenvolvimento sustentável, a grande conquista da Rio-92. Para que não haja dúvidas, essa vinculação deve - a meu ver - estar reconhecida até mesmo na denominação da própria entidade que se venha a criar. Sua concepção deve ainda incorporar de forma adequada as perspectivas, as necessidades e as circunstâncias específicas dos países em desenvolvimento. Dentro disso, deve considerar a situação particular do continente africano. Uma das maneiras de pensar essa nova estrutura seria concebê-la como uma organização guarda-chuva, com responsabilidades nas dimensões normativa, de cooperação e de financiamento, que fizesse o máximo uso possível dos órgãos existentes.

**Discurso do Ministro Celso Amorim durante a Reunião
Ministerial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável: Desafios para a Governança Internacional.
Rio de Janeiro, 3 de setembro de 2007**

* * *

A equidade social é a melhor arma contra a degradação do planeta. Cada um de nós deve assumir sua parte nessa tarefa. Mas não é admissível que o ônus maior da imprevidência dos privilegiados recaia sobre os despossuídos da Terra. Os países mais industrializados devem dar o exemplo. É imprescindível que cumpram os compromissos estabelecidos pelo Protocolo de Quioto. Isso contudo não basta. Necessitamos de metas mais ambiciosas a partir de 2012. E devemos agir com vigor para que se universalize a adesão ao Protocolo. Também os países em desenvolvimento devem participar do combate à mudança do clima. São essenciais estratégias nacionais claras que impliquem responsabilidade dos governos diante de suas próprias populações. (...) É muito importante o tratamento político integrado de toda a agenda ambiental. O Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92. Precisamos avaliar o caminho percorrido e estabelecer novas linhas de atuação. Por isso, proponho a realização, em 2012, de uma nova Conferência, que o Brasil se oferece para sediar, a Rio+20.

Discurso do Presidente Lula na abertura do Debate-Geral da 62ª Assembléia-Geral das Nações Unidas. Nova York, 25 de setembro de 2007

MUDANÇA DO CLIMA

Na conclusão do “Seminário Brasil-Estados Unidos sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia na área de Mudança do Clima”, realizado em São José dos Campos, Brasil, de 18 a 20 de maio de 2004, Brasil e Estados Unidos anunciaram a intenção de expandir e intensificar os esforços bilaterais existentes para a abordagem de questões de ciência e tecnologia relativas à mudança do clima em áreas de interesse mútuo, com o objetivo de produzir resultados positivos e equilibrados. Nesse sentido, o seminário foi o passo inicial para a identificação de projetos conjuntos de interesse mútuo. No

seminário, especialistas e funcionários governamentais dos dois países discutiram maneiras de aprimorar a cooperação científica e tecnológica em áreas tais como: ciência do clima e modelagem; energia e tecnologia; uso da terra, mudança de uso da terra, florestas e agricultura; inventários de emissões e modelagem; impactos, vulnerabilidade e adaptação à mudança do clima. Áreas específicas de cooperação continuarão a ser consideradas. O Brasil reiterou seu compromisso com o Protocolo de Quioto, com sua entrada em vigor e com o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e respectivas capacidades das Partes na abordagem da mudança do clima. Nesse contexto, o Brasil está disposto a explorar todas as possibilidades para lidar com os desafios do desenvolvimento sustentável relacionados à mudança do clima.

Nota à imprensa. “Seminário Brasil-Estados Unidos sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia na área de Mudança do Clima.” Brasília, 24 de maio de 2004

* * *

No âmbito das comemorações dos 30 anos de estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China, realizou-se, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 23 de agosto do corrente, a Primeira Reunião da Agenda Comum sobre Desenvolvimento Sustentável entre os dois países. A temática central da agenda foi a Mudança do Clima e as perspectivas do Regime Internacional. (...) O Brasil e a China têm dimensões geográficas e grau de desenvolvimento tecnológico e industrial semelhantes, características que os aproximam também em suas respectivas atuações e objetivos no contexto do Regime Internacional sobre Mudança do Clima. (...) Os dois países estão entre os principais atores nas negociações para o desenvolvimento das energias renováveis e para o aproveitamento do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto, assuntos que também foram objeto da pauta de discussões em Brasília. O Brasil e a China aproveitaram a ocasião para manifestar seu apoio aos esforços do

Governo argentino para a realização, em Buenos Aires, da Décima Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 10, Buenos Aires, 6 a 17 de dezembro de 2004) e expressaram sua determinação em contribuir para o êxito da COP 10. Os dois países manifestaram sua preocupação com o futuro do Regime Internacional sobre Mudança do Clima, no atual contexto de incertezas sobre a entrada em vigor do Protocolo de Quioto.

Nota à imprensa. “Primeira Reunião da Agenda Comum Brasil-China sobre Desenvolvimento Sustentável com Ênfase em Mudança do Clima.” Brasília, 23 de agosto de 2004

* * *

O Brasil considera que a entrada em vigor hoje, 16 de fevereiro, do Protocolo de Quioto representa um marco histórico, contribuindo para o fortalecimento e a credibilidade dos esforços multilaterais de enfrentamento das causas da mudança do clima. O Protocolo de Quioto complementa os princípios e diretrizes políticas da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - assinada no Rio de Janeiro, em 1992 - ao estabelecer metas quantitativas de limitação e redução de emissões de gases de efeito estufa por parte dos países industrializados, os quais têm a maior parte da responsabilidade histórica pelo problema do aquecimento global. O Protocolo estipula que os países industrializados signatários deverão, no período de 2008 a 2012, reduzir suas emissões agregadas de gases de efeito estufa em 5% em relação aos níveis verificados em 1990.

Nota à imprensa. “Entrada em vigor do Protocolo de Quioto.” Brasília, 16 de fevereiro de 2005

* * *

A mudança do clima é um problema real ao qual o Brasil atribui grande importância. Há consenso mundial de que o fenômeno está sendo acelerado pela ação humana. É um processo cumulativo, resultado da concentração progressiva de gases de efeito estufa na atmosfera nos últimos 150 anos. Assim, focar a atenção especialmente nas atuais emissões é errado e injusto. Alguns dos atuais emissores - sobretudo os países emergentes - têm pouca ou nenhuma responsabilidade pelo aquecimento global, cujos efeitos começamos a sentir. A causa principal da mudança do clima é conhecida: pelo menos 80% do problema tem origem na queima de combustíveis fósseis - especialmente carvão e petróleo - a partir de meados do século XIX. Apenas pequena parcela resulta das mudanças no uso da terra, incluindo o desmatamento. O desmatamento atual em escala global é preocupante por várias razões, mas o foco do combate à mudança do clima deve ser a alteração da matriz energética e o uso mais intensivo de energias limpas. A Convenção do Clima e seu Protocolo de Quioto são claros: àqueles que causaram o problema (os países industrializados) cabem metas mandatórias de reduções e a obrigação de agir primeiro.

“A Amazônia não está à venda”, artigo dos Ministros Celso Amorim, Marina Silva e Sergio Rezende no jornal *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 17 de outubro de 2006

* * *

Reiterando seu compromisso de reforçar o regime multilateral em matéria de mudança do clima, o Brasil e a UE empenham-se por um acordo ambicioso para o segundo período de cumprimento do Protocolo de Quioto, bem como pelo desenvolvimento de ações adicionais ao abrigo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, entre as quais incentivos para que os países em desenvolvimento tomem variadas medidas que possam ser mensuradas, verificadas e divulgadas. Ambas as partes reconhecem que poderão progredir substancialmente se se pautarem pelo objetivo último da Convenção e pelo princípio das

responsabilidades comuns porém diferenciadas, e reiteram seu empenho para que a Conferência de Bali de dezembro de 2007 seja bem-sucedida.

**Cúpula Brasil-União Européia. Declaração Conjunta.
Lisboa, 4 de julho de 2007**

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

O Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto anunciou, em 18 de novembro, o registro do primeiro projeto baseado naquele Mecanismo em todo o mundo: o Projeto NovaGerar, em Nova Iguaçu (RJ). O anúncio ocorreu no mesmo dia em que a Rússia entregou oficialmente às Nações Unidas o instrumento de ratificação do Protocolo de Quioto – o que possibilitará sua entrada em vigor em 16 de fevereiro próximo. O projeto NovaGerar envolveu a desativação do antigo “lixão da Marambaia” e a construção de um moderno aterro sanitário, com significativos benefícios ambientais e sociais para a população local. Além disso, o projeto contribui duplamente para a mitigação do aquecimento global, visto que prevê a coleta do metano – poderoso gás de efeito estufa – proveniente do aterro e seu emprego para acionar uma pequena usina termelétrica, substituindo, assim, o uso de combustíveis fósseis. Como resultado do projeto, serão emitidos Certificados de Redução de Emissões, que poderão ser utilizados pelos investidores – o Fundo Holandês para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, administrado pelo Banco Mundial – para o cumprimento de parte das metas de limitação e redução de emissões atribuídas aos países industrializados pelo Protocolo de Quioto. O fato de ser este o primeiro projeto registrado em todo o mundo ressalta a ação pioneira do Brasil na área de mudança do clima, em âmbito internacional e doméstico. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) derivou de proposta brasileira apresentada em 1997, durante as negociações do Protocolo de Quioto. O Brasil foi, também, o primeiro país em desenvolvimento a estabelecer uma Autoridade Nacional Designada para o MDL, a Comissão Interministerial de Mudança

Global do Clima, coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, responsável pela aprovação no Brasil de projetos baseados naquele Mecanismo.

Nota à imprensa. “Projeto brasileiro é a primeira iniciativa aprovada no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.” Brasília, 19 de novembro de 2004

* * *

O Governo brasileiro atribui grande importância aos projetos do MDL, tendo adequado, sob a coordenação da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, a estrutura legal e institucional do País para a implementação da Convenção do Clima e do Protocolo de Quioto. (...) O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, derivado de proposta brasileira apresentada durante as negociações do Protocolo de Quioto, em 1997, possibilita que os países industrializados cumpram parte de suas metas de limitação e redução de emissões implementando projetos em países em desenvolvimento que contribuam para a estabilização das concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa. Os projetos devem dar contribuição significativa para o desenvolvimento sustentável destes países, envolvendo investimentos em áreas como energias renováveis, processos industriais, aterros sanitários e reflorestamento.

Nota à imprensa. “Brasil e Espanha assinam Memorando de Entendimento para cooperação em projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.” Brasília, 24 de janeiro de 2005

Protocolo de Montreal

O regime internacional para a proteção da camada de ozônio, do qual também faz parte a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de

Ozônio [ratificada pelo Brasil em 1989], estabelece medidas de controle e calendários para a eliminação do consumo e produção de substâncias como os hidroclorofluorcarbonetos (HCFC), bem como sua substituição por alternativas economicamente viáveis menos nocivas à camada de ozônio. Com a implementação do Protocolo de Montreal [ratificado pelo Brasil em 1987], espera-se que a camada de ozônio esteja recuperada, até meados deste século, em níveis semelhantes aos do início da década de 1980. Países desenvolvidos e países em desenvolvimento têm calendários diferenciados de implementação do Protocolo de Montreal. No caso dos HCFC, os países desenvolvidos se comprometeram a eliminar totalmente o consumo e produção até 1996, com a possibilidade de isenções para usos essenciais. Os países em desenvolvimento, por sua vez, deverão deixar de consumir aquelas substâncias até 2010. Além disso, os países em desenvolvimento se beneficiam, nas suas atividades de conversão para substâncias que não destroem a camada de ozônio, de recursos do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal.

Nota à imprensa. “XV Reunião das Partes no Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.” Brasília, 7 de novembro de 2003

FLORESTAS TROPICAIS – AMAZÔNIA

Apoiaremos a cooperação internacional para o meio ambiente, em especial a implementação do Protocolo de Quioto e da Convenção de Biodiversidade.

Discurso proferido pelo Embaixador Celso Amorim por ocasião da transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 1º de janeiro de 2003

* * *

O Brasil é um dos países que mais avançaram na formulação e implementação de políticas voltadas à conservação e ao uso sustentável de suas florestas. A par dos programas de monitoramento por satélite, prevenção de fogo e outros executados pelo IBAMA, o Brasil possui uma estrita legislação para evitar o desmatamento e promover o manejo sustentável de florestas. O país adotou, em abril de 2000, o Programa Nacional de Florestas. Esse Programa, que abrange ações em diferentes áreas para a conservação e uso sustentável dos recursos florestais, está em consonância com as propostas de ação adotadas pelo Foro Intergovernamental de Florestas (IFF) das Nações Unidas, no ano de 2000. É importante ainda frisar que as discussões sobre florestas no âmbito da FAO também enfocarão a relação entre florestas, combate à fome e promoção da segurança alimentar, temas prioritários para o Governo brasileiro. (...) O Brasil tem tido um papel de grande relevo nas discussões internacionais sobre florestas por ser o detentor da maior área de florestas tropicais do mundo, bem como por ter políticas e instituições dedicadas ao tratamento do tema florestas em suas múltiplas dimensões.

Nota à imprensa. XVI Sessão do Comitê de Florestas da FAO. Brasília, 7 de março de 2003

* * *

O Brasil está (...) implementando uma política integrada de combate ao desmatamento. Trata-se de esforço multissetorial e de longo prazo, com ações de valorização da floresta em pé e de apoio ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades que dela dependem. Nos últimos anos, conseguimos importante redução das taxas de desmatamento. (...) O manejo sustentável de florestas é, em todo o mundo, um campo propício à cooperação, por meio do intercâmbio de experiências e do auxílio na capacitação técnica. Estamos abertos a essa cooperação, sempre no estrito respeito às nossas leis e à nossa soberania.

“A Amazônia não está à venda”, artigo dos Ministros Celso Amorim, Marina Silva e Sergio Rezende no jornal *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 17 de outubro de 2006

DIVERSIDADE BIOLÓGICA

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) foi aberta para assinatura durante a Conferência para as Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, com os objetivos de conservar a diversidade biológica, promover o uso sustentável de seus componentes e fomentar a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos. A Convenção entrou em vigor no dia 29 de dezembro de 1993 e, para o Brasil, passou a vigorar a partir de 28 de maio de 1994. O Brasil confere grande importância ao tema da diversidade ecológica, já que possui a maior cobertura florestal tropical do mundo e a maior biodiversidade do planeta (cerca de 22% das espécies). (...) O Itamaraty tem participado ativamente das reuniões no âmbito da CDB e organizado reuniões de coordenação com diferentes setores internos, de forma a identificar os interesses nacionais que definem a atuação do País na matéria.

Nota à imprensa. “Dia Internacional sobre a Diversidade Biológica.” Brasília, 22 de maio de 2004

* * *

A biodiversidade, o conjunto das diferentes formas de vida, é o maior tesouro do nosso planeta. Tudo o que possa ameaçá-la ou conspirar contra a repartição equitativa dos seus recursos deve ser rejeitado como ameaça à sobrevivência da Humanidade e da Terra. (...) Nada que ameace a vida ou monopolize o acesso aos seus recursos serve à causa comum da humanidade. É necessário extrair conseqüências políticas e jurídicas desse

paradigma. Ao mesmo tempo, trata-se de trabalhar pela implantação dos marcos reguladores que protejam a biodiversidade e as legítimas aspirações de desenvolvimento dos países pobres, principais detentores do patrimônio natural do mundo. (...) [A] biodiversidade não é a fronteira devoluta do século XXI. Sua exploração adequada, ao contrário, é o grande rumo para a construção de novos paradigmas de progresso, que vão enlaçar, de uma vez por todas, o cálculo econômico à qualidade de vida e ao equilíbrio ambiental. A luta pela adoção de um regime internacional de repartição dos benefícios, que resultam do acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados, é parte desse percurso.

Discurso do Presidente Lula na abertura do segmento de alto nível da Oitava Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade Biológica (COP 8). Curitiba, 27 de março de 2006

* * *

Defendemos o combate à biopirataria e a negociação de um regime internacional de repartição dos benefícios resultantes do acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.

Discurso do Presidente Lula na LXI Assembléia Geral das Nações Unidas. Nova York, 19 de setembro de 2006

* * *

O Brasil e a UE cooperarão mais estreitamente nos campos da conservação da diversidade biológica, da utilização sustentável de seus componentes e da repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante

financiamento adequado. Também cooperarão, especificamente, na próxima Conferência das Partes na Convenção sobre a Diversidade Biológica e na reunião das partes no Protocolo de Cartagena sobre a Biossegurança que se realizarão em Bonn, em maio de 2008, de forma a levar adiante a implementação da Convenção e do Protocolo. Reforçarão ainda a cooperação entre eles estabelecida em domínios como as florestas e a gestão dos recursos hídricos.

**Nota à imprensa. “Cúpula Brasil-União Européia
Lisboa, 4 de julho de 2007 - Declaração Conjunta.”
Brasília, 4 de julho de 2007**

COMISSÃO INTERNACIONAL DA BALEIA

Entre os temas da agenda [da Reunião Anual da Comissão Internacional da Baleia] de maior interesse para o Brasil, encontra-se a estratégia de fortalecer a pauta conservacionista da Comissão, o que será objeto de projeto de resolução específico. (...) Ao Brasil, que integra esse grupo de países [contra a caça à baleia], interessam mais diretamente os seguintes aspectos da iniciativa: (a) o reconhecimento formal, por parte da CIB, da legitimidade da utilização não-letal dos recursos baleiros (turismo de observação de baleias, pesquisa científica sem abate, utilização não-alimentar dos cetáceos, entre outros); (b) a abertura e redirecionamento do Comitê Científico para a pesquisa não-letal; (c) a instituição de um fundo para atender às demandas emanadas desse redirecionamento; e (d) as referências a ameaças ao meio ambiente e estudos sobre comportamento de baleias. (...) O Brasil considera essa forma de turismo [observação de baleias] uma atividade econômica comprovadamente responsável por ingressos tão ou mais significativos do que os do comércio de produtos e subprodutos da caça. Em Berlim, o Brasil, em co-autoria com a Argentina, rerepresentará à CIB proposta de estabelecimento de um santuário para proteção de baleias no Atlântico Sul.

Nota à imprensa. “Reunião Anual da Comissão Internacional da Baleia (CIB) em Berlim”. Brasília, 9 de junho de 2003

ANTÁRTIDA

Por iniciativa do Conselho Internacional da Ciência (ICSU) e da Organização Meteorológica Mundial (OMM), decidiu-se realizar, em 2007-2008, o IV Ano Polar Internacional com o objetivo de estimular trabalhos de pesquisa científica em todos os campos da investigação relativa às regiões polares. No que se refere à Antártida, as propostas científicas versarão sobre temas que vão desde mudança climática até o papel desempenhado pelo continente austral no equilíbrio do ecossistema terrestre. (...) [A] coordenação científica do API realiza-se no âmbito do Comitê Científico de Pesquisa Antártica (SCAR, na sigla em inglês). No plano político, as Reuniões das Partes Consultivas no Tratado Antártico (ATCM, na sigla em inglês) têm dedicado grande atenção aos preparativos e aos possíveis desdobramentos da iniciativa, que deverá ter, a médio prazo, implicações no âmbito do Sistema do Tratado Antártico, a exemplo do que ocorreu com o III Ano Polar (1957-1958), cujos resultados contribuíram para a criação do SCAR e a celebração do próprio Tratado, em 1959. (...) A Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, foi criada em 1982 com a finalidade de assessorar o Presidente da República na formulação e na consecução da Política Nacional para Assuntos Antárticos. Esse colegiado interministerial adotou resolução sobre a participação do Brasil no presente Ano Polar Internacional, pela qual: - expressa total apoio às atividades científicas brasileiras incluídas no calendário de atividades do IV Ano Polar Internacional, as quais serão realizadas mediante parcerias internacionais, conforme prevêem os diversos projetos propostos pelo Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (CONAPA); e - encoraja os órgãos governamentais atuantes

na CONANTAR, bem como outros órgãos da sociedade civil, a viabilizarem a participação brasileira ampla e consistente no programa de atividades científicas do IV Ano Polar Internacional, desenvolvido pelo ICSU e pela OMM.

**Nota à imprensa. “Ano Polar Internacional.” Brasília,
1º de março de 2007**



COMBATE À FOME E À POBREZA



COMBATE À FOME E À POBREZA

O combate à fome e à pobreza não é uma meta utópica. Consiste na luta contra a exclusão e a desigualdade, e a favor da justiça social e do crescimento sustentável. Estou propondo uma mudança de atitude. Estou fazendo um chamado ético e político para que a comunidade internacional trabalhe por um novo conceito de desenvolvimento, em que a distribuição da renda não seja consequência, mas a alavanca do crescimento. O desafio de nossos dias é o de conjugar estabilidade econômica e inclusão social. Não será tarefa fácil. Exige grandes transformações na estrutura das sociedades e mudanças profundas na organização do sistema produtivo. A vontade política é elemento imprescindível nessa equação. (...) Essa aliança global para o combate à fome e à pobreza deve possibilitar aos países em desenvolvimento receber apoio contínuo, por meio de um comércio internacional mais livre, do alívio da dívida externa, do investimento direto, do aumento da ajuda internacional e de mecanismos alternativos de financiamento. Convidamos os líderes mundiais a unirem-se a esse esforço de mobilização política.

Discurso do Presidente Lula em conferência de imprensa sobre o Fundo Mundial de Combate à Pobreza. Genebra, 30 de janeiro de 2004

* * *

O Fundo IBAS, instituído, no ano passado, por Brasil, Índia e África do Sul, no âmbito do PNUD, constitui iniciativa pioneira. Três países em desenvolvimento, cientes de que também têm obrigação moral, política e econômica de ajudar seus pares na superação da pobreza, tomam a frente

e inauguram um fundo que vai ao encontro do tema central desta Conferência em Xangai. O Fundo foi idealizado para financiar boas práticas e projetos bem-sucedidos que possam ser ampliados e reproduzidos em outros países em desenvolvimento.

Discurso do Presidente Lula na abertura da Conferência do Banco Mundial sobre Combate à Pobreza. Xangai, China, 26 de maio de 2004

* * *

O desenvolvimento econômico é condição necessária, mas não suficiente. Não há desenvolvimento econômico verdadeiro sem distribuição de renda, sem justiça social. A cooperação internacional tem papel importante a desempenhar nesse desafio. É indispensável para que nossa ação seja exitosa em cada um de nossos países. (...) Tenho a convicção de que é preciso unir cooperação internacional à vontade e ao esforço nacional na luta a que estamos dedicados no Brasil para erradicar a fome e reduzir a pobreza. A fome é a mais poderosa arma de destruição em massa. Mata 24 mil pessoas por dia, extingue a vida de 11 crianças por minuto. Atinge quase um quarto da humanidade. Reduz drasticamente a capacidade de produzir dos mais velhos. Compromete seriamente as possibilidades de aprendizagem. É nesse cenário que aparecem os ressentimentos de que se alimentam as soluções de violência para os problemas sociais e políticos. A solidariedade tem de assumir a forma de uma parceria global, capaz de mobilizar a determinação política e o apoio financeiro, de energizar governos, o sistema das Nações Unidas, as instituições financeiras e comerciais internacionais. Deve reorientar prioridades e políticas de desenvolvimento. Deve buscar reduzir assimetrias econômicas e comerciais, através da eliminação das distintas formas de subsídio que perturbam o livre comércio.

Intervenção do Presidente Lula na Reunião de Trabalho sobre Coesão Social da III Cúpula América Latina e

Caribe-União Européia. Guadalajara, México, 28 de maio de 2004

* * *

O fato de estarmos aqui, líderes de mais de 50 povos e nações, já faz crescer nossa esperança. É um gesto forte e concreto no rumo de uma aliança mundial contra a fome e a pobreza. A fome é um problema social que precisa, urgentemente, ser enfrentado como um problema político. A Humanidade atingiu níveis espetaculares de progresso científico e tecnológico. A produção mundial é mais do que suficiente para saciar a fome das populações. Infelizmente, não evoluímos, ainda, a ponto de repartir a ceia do planeta, para que todos tenham, ao menos, o alimento indispensável à sobrevivência. A fome subtrai a dignidade, destrói a autoestima e viola o mais fundamental dos direitos humanos: o direito à vida. (...) Não se trata apenas de cobrar dos países ricos aquilo que efetivamente podemos e devemos cobrar-lhes: uma postura radicalmente nova e um engajamento superior, frente à tragédia absurda da fome e da pobreza. Os países pobres e as nações em desenvolvimento terão autoridade moral para cobrar dos países ricos se não se omitirem internamente, se fizerem a sua parte, se aplicarem de modo honesto e eficiente seus próprios recursos no combate à fome e à pobreza.

Discurso do Presidente Lula na reunião de líderes mundiais para lançar a “Ação contra a Fome e a Pobreza”, na sede da ONU. Nova York, 20 de setembro de 2004

* * *

O combate à fome e à pobreza - uma das prioridades do Governo do Presidente Lula em seu primeiro mandato - seguirá tendo o apoio decidido do Ministério das Relações Exteriores. Como fundador do grupo de países

que tem promovido a Ação contra a Fome e a Pobreza, o Brasil procura mobilizar as entidades da sociedade civil em relação às propostas do Grupo Piloto sobre Mecanismos Financeiros Inovadores. Estão sendo implementadas iniciativas concretas, como a Central Internacional de Compra de Medicamentos para combate à AIDS, malária e tuberculose (UNITAID). O Brasil continuará trabalhando para viabilizar outras propostas, como um imposto sobre transações financeiras internacionais e a taxaçoão do comércio de armas. O Brasil apóia todos os esforços que possam levar ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015.

Orientação Estratégica do Ministério das Relações Exteriores, Plano Plurianual 2008-2011. Brasília, 4 de maio de 2007

MECANISMOS INOVADORES

Acreditamos que o mundo deve fazer mais contra a pobreza e as doenças e assegurar que a educação e saúde adequadas sejam garantidas a todos. Nosso apoio ao Mecanismo Financeiro Internacional para Imunização e à contribuição solidária sobre passagens aéreas demonstra nossa determinação em encontrar enfoques inovadores na mobilização dos setores público e privado para enfrentar os desafios atuais.

“O mundo globalizado exige, mais do que nunca, a cooperação internacional”, artigo do Presidente Lula no jornal *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 9 de março de 2006

* * *

Já está claro que os atuais níveis de ajuda externa não serão suficientes, para que os países mais pobres atinjam os Objetivos de Desenvolvimento do

Milênio. Daí a importância deste trabalho político e intelectual de busca de mecanismos alternativos para complementar a assistência oficial ao desenvolvimento. Os recursos adicionais obtidos por meio dos mecanismos inovadores terão a vantagem de serem regulares e previsíveis, já que não estarão sujeitos a flutuações orçamentárias por motivações políticas ou de outra ordem qualquer. Variações repentinas na ajuda põem em risco projetos de cooperação e com eles as vidas de milhões de pessoas. Tenho a certeza de que, à medida que formos avançando, outros países se juntarão aos 44 que hoje compõem o Grupo Piloto.

Discurso do Ministro Celso Amorim na Reunião Plenária do Grupo Piloto sobre Mecanismos Financeiros Inovadores. Brasília, 6 de julho de 2006

* * *

A UNITAID constitui resultado concreto da iniciativa lançada em 2004 pelo Presidente Lula para o estabelecimento de Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza. O objetivo da Central é facilitar o acesso a medicamentos contra as três doenças que mais afetam os países em desenvolvimento: a AIDS, a malária e a tuberculose.

Nota à imprensa. “Lançamento da Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra AIDS, malária e tuberculose – UNITAID.” Brasília, 19 de setembro de 2006

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO)

A FAO nasceu no mesmo ano em que foram criadas as Nações Unidas, o que não é mera coincidência. Um mundo de paz e segurança é indissociável

dos esforços para garantir o pleno acesso ao mais fundamental dos direitos humanos – o direito à alimentação. (...) O Brasil contribuiu muito com a FAO nestes 60 anos. Josué Castro, geógrafo, grande pensador sobre a questão da fome, teve atuação destacada como Presidente do Conselho da FAO. (...) O combate à fome e à pobreza está hoje no centro da agenda internacional. E isso só tem sido possível porque muitos de nós, governos e organizações da sociedade civil estamos engajados nessa luta, fazendo com que passe a ser uma questão política e não apenas uma estatística.

Discurso do Presidente Lula em cerimônia de celebração do LX aniversário da FAO. Roma, 17 de outubro de 2005

DIREITOS HUMANOS E TEMAS SOCIAIS



DIREITOS HUMANOS E TEMAS SOCIAIS

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS (CDH)

As estruturas e mecanismos da Organização na esfera dos direitos humanos devem ser reforçados e aperfeiçoados. Apoiamos a criação de um Conselho de Direitos Humanos que se baseie nos princípios da universalidade, do diálogo e da não seletividade. A elaboração de um relatório global sobre direitos humanos, a cargo do Alto Comissariado, que cubra todos os países e situações, contribuirá para aumentar a credibilidade do sistema de proteção dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

Discurso do Ministro Celso Amorim na abertura do debate geral da LX Assembléia-Geral das Nações Unidas. Nova York, 17 de setembro de 2005

* * *

O Brasil tem renovado seu compromisso com os direitos humanos, a democracia e o Estado de Direito. Somos signatários dos principais tratados e temos trabalhado conjuntamente com todos os organismos internacionais de promoção e proteção de direitos humanos. A participação do Brasil na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, quase ininterrupta desde 1978, pauta-se pelo mesmo objetivo de construir consensos em favor do aprimoramento do sistema internacional de direitos humanos. O Brasil, nesse sentido, tem manifestado preocupação com a seletividade e a politização que têm comprometido a credibilidade e a eficiência da Comissão, questões que espera ver superadas na reforma. (...) A criação de um Conselho de Direitos Humanos está em sintonia com a política externa

brasileira de prevalência dos direitos humanos. A prioridade a ser concedida ao tema no âmbito das Nações Unidas deve ser equivalente à que se concede à paz e segurança e ao desenvolvimento. Parece prematuro, entretanto, estabelecer o Conselho de Direitos Humanos como órgão principal da Organização já nesse primeiro momento. Poder-se-ia contemplar sua vinculação direta à Assembléia-Geral e proceder a um processo de revisão em quinze anos.

**“A ONU aos 60”, artigo do Ministro Celso Amorim.
Política Externa, vol. 14, nº 2, 2005**

* * *

A fome e a doença podem também, em seus efeitos, serem vistas como formas anônimas de tortura, impostas por sociedades injustas – ou mesmo pela própria sociedade internacional – aos indivíduos. Aqueles afetados por tais males não estão em posição de usufruir outros direitos civis ou políticos. Combater a pobreza e a doença é também uma forma de promover os direitos humanos e reforçar a democracia. (...) Os direitos humanos precisam ser salvaguardados de todas as formas de discriminação por raça, cor, religião, gênero, idade, opinião política, origem social, capacidade física ou orientação sexual. (...) A criação do Conselho de Direitos Humanos nos oferece oportunidade única para injetar vida nova na consideração dos direitos humanos no sistema das Nações Unidas. É preciso que o nosso objetivo não seja tanto de condenação, mas de promoção; de não correr atrás de vitórias políticas de um tipo ou de outro, mas de assegurar que cada indivíduo – homem e mulher, velho e jovem – possa desfrutar a vida livre do medo, da fome e do desrespeito. A cooperação precisa prevalecer sobre a vitimização. E os ideais – precisamente aqueles que foram consagrados na Declaração Universal – precisam prevalecer sobre a conveniência política.

Discurso do Ministro Celso Amorim no Segmento de

Alto Nível da Primeira Sessão do Conselho de Direitos Humanos. Genebra, 19 de junho de 2006

* * *

O que, a meu ver, mais nos aproximaria de uma discussão isenta, tanto quanto possível, clara e transparente? Um relatório global, um relatório global de direitos humanos, acompanhado de um sistema, semelhante ao que existe na OIT, existe até na OMC para comércio, só que em bases – creio eu – voluntárias para começar, no qual os países se submetam a uma espécie de “peer review” sobre direitos humanos.

Palavras do Ministro Celso Amorim por ocasião da VI Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul. Brasília, 5 de dezembro de 2006

* * *

Desde o primeiro momento, apoiamos a criação do Conselho de Direitos Humanos. O Brasil teve participação de relevo nas negociações para sua constituição. Confiamos em que o Conselho contribuirá para a efetiva promoção e proteção dos direitos humanos em todo o mundo, e que, além do mais, ponha fim à seletividade e à politização que tanto caracterizaram a antiga Comissão de Direitos Humanos. Uma idéia que temos defendido é a de que a situação dos direitos humanos no mundo seja objeto de um “Relatório Global”. Afinal, no campo dos direitos humanos, mais do que em nenhum outro, talvez, aplica-se o dito bíblico de que “é mais fácil enxergar a farpa no olho do próximo do que ver a trave no seu próprio olho”.

“A diplomacia multilateral do Brasil: um tributo a Rui Barbosa”. Palestra do Ministro Celso Amorim por ocasião da II Conferência Nacional de Política Externa

e Política Internacional. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 2007

* * *

O Mecanismo de Revisão Periódica Universal é o coração do Conselho. É a instância central, que poderá marcar a diferença em relação à antiga Comissão. Sendo universal, permitirá uma visão global de todos os Estados, sem exceção. Para isso, é fundamental que todos os países cooperem com o sistema e participem de seu funcionamento. O Brasil vislumbra o mecanismo com ampla participação, incluindo ONGs, e constituído de duas fases: a fase preparatória, a ser conduzida por peritos independentes; e o diálogo interativo, a ser realizado prioritariamente entre Estados. O resultado do mecanismo seria um informe, com sugestões e recomendações ao Estado em exame, elaborado por peritos e a ser submetido à aprovação do Conselho. A consolidação de todos os informes em um único documento, ao final de cada ciclo de quatro anos, geraria um Informe Global sobre Direitos Humanos. Tradicional aspiração do Brasil, o Informe Global reforçaria a universalidade e transparência do exercício.

Discurso do Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência, Ministro Paulo Vannuchi, no Segmento de Alto Nível da IV Sessão Regular do CDH. Genebra, 12 de março de 2007

COMITÊ CONTRA A TORTURA

A aceitação da competência do Comitê contra a Tortura para receber e analisar petições individuais reforça o reconhecimento pelo Brasil da legitimidade da preocupação internacional com os direitos humanos e do interesse superior da proteção das possíveis vítimas, que passarão a dispor de mecanismo adicional de tutela contra eventuais violações. O Brasil já

aceita a competência para exame de casos individuais de importantes mecanismos de direitos humanos do sistema das Nações Unidas, como o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial e o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres. No sistema interamericano, reconhecemos as competências da Comissão e da Corte Interamericanas de Direitos Humanos, que incluem denúncias de possíveis violações da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.

Nota à imprensa. “Declaração do Brasil de reconhecimento da competência do Comitê Contra a Tortura para receber denúncias”. Brasília, 26 de junho de 2006

COMISSÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO HUMANITÁRIO

Por meio de Decreto datado de 27 de novembro de 2003, o Governo brasileiro criou a Comissão Nacional para Difusão e Implementação do Direito Humanitário no Brasil, com o objetivo de propor às autoridades competentes as medidas necessárias à implementação e à difusão do direito internacional humanitário no Brasil, notadamente as Convenções de Genebra de 1949 e os Protocolos Adicionais I e II de 1977. O estabelecimento da Comissão Nacional dá ao Brasil um instrumento necessário para a aplicação efetiva do Direito Humanitário. (...) Na XXVIII Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, (...) o Brasil assumiu o compromisso de promover a integração das normas de direito internacional humanitário aos planos de ensino, programas de treinamento e manuais operacionais das Forças Armadas.

Nota à imprensa. “Instalação da Comissão Nacional para Difusão e Implementação do Direito Humanitário no Brasil.” Brasília, 11 de fevereiro de 2004

COMBATE AO RACISMO E À DISCRIMINAÇÃO

Incentivaremos a promoção universal dos direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação.

Discurso do Embaixador Celso Amorim por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 1º de janeiro de 2003

* * *

O Governo brasileiro associa-se às comemorações em curso em todo o mundo que se propõem a expressar o repúdio da comunidade internacional ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância correlata. O Governo brasileiro reitera sua determinação inequívoca de implementar os compromissos da Conferência de Durban e reafirma a importância que atribui à adoção de medidas que assegurem a participação de pessoas vítimas de discriminação em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade. Nesse contexto, foi hoje criada a Secretaria Especial para Promoção da Igualdade Racial, com o objetivo de responder aos anseios da sociedade brasileira em prol da luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e qualquer forma de intolerância.

Nota à imprensa. “Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial”. Brasília, 21 de março de 2003

* * *

A ação afirmativa nada mais é do que tentar igualar as possibilidades daqueles que tiveram condições menos favoráveis durante a sua infância e adolescência. (...) E, quando digo isso, não é porque as pessoas de origem africana precisam ter acesso ao Ministério das Relações Exteriores. Nós no Itamaraty é que precisamos que elas façam parte do nosso Ministério,

para que nosso país esteja adequadamente representado. (...) Muitas vezes, a sensação de que existe ou de que pode existir uma discriminação já é, em si mesmo, uma forma de discriminar, de fazer com que o outro tenha essa sensação. Quando desenvolvemos a ação afirmativa no Itamaraty por um sistema de bolsas [para estudantes afrodescendentes], um sistema que eu acho que ajuda inclusive na própria auto-estima dos candidatos, estamos realmente atacando diretamente esse ponto.

Palavras do Ministro Celso Amorim na abertura do Painel Internacional “Ações Afirmativas e Objetivos do Milênio”. Brasília, 29 de junho de 2005

* * *

Estamos particularmente engajados em esforços para combater o racismo e promover a igualdade social para a maioria afro-descendente no nosso País. O Brasil será sede, no próximo mês de julho, da Conferência Regional das Américas contra o Racismo. No plano regional, também temos estado à frente no estabelecimento de uma nova e mais forte Convenção sobre Racismo.

Discurso do Ministro Celso Amorim, no Segmento de Alto Nível da Primeira Sessão do Conselho de Direitos Humanos. Genebra, 19 de junho de 2006

* * *

Temos tido [no Instituto Rio Branco] programas de ação afirmativa desenhados de maneira muito especial, porque eles visam, ao mesmo tempo, assegurar o mérito mediante programas (...) de bolsas de estudo. Temos conseguido aumentar o número de negros, de afro-descendentes na nossa instituição. (...) Isso também não é nenhum favor aos indivíduos que são afro-descendentes. Trata-se de uma necessidade do País, de uma necessidade do Itamaraty, de uma necessidade da instituição, que deve não

só reconhecer-se como uma entidade dotada de alta capacidade técnica e intelectual, mas também ver-se como instituição que reflita o que realmente somos, que reflita qual é o Brasil que nós representamos.

Discurso do Ministro Celso Amorim na cerimônia de formatura de turma do Instituto Rio Branco. Brasília, 2 de maio de 2007

METAS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

Hoje damos continuidade a um debate iniciado na Cúpula do Milênio. Estamos trabalhando para que as Metas do Milênio sejam alcançadas. O relatório Sachs mostra que esses objetivos são possíveis. O debate sobre fontes inovadoras de financiamento do desenvolvimento deixou de ser tabu. A ONU trouxe o tema para o centro de sua agenda. O BIRD, o FMI e o G-8 sensibilizaram-se para a questão. Este debate e os eventos paralelos relacionados às Metas do Milênio refletem a força da mobilização. Para cumprir aqueles objetivos a comunidade internacional necessita engajar-se. Ir mais rápido. Passar da palavra à ação. Aprofundar parcerias entre governos, empresários e sociedade civil. No ano passado, sugerimos mecanismos para obter recursos adicionais, que permitissem ajuda mais eficiente, em bases estáveis e previsíveis.

Discurso do Presidente Lula na sessão de abertura da Reunião de Alto Nível da Assembléia Geral das Nações Unidas (Metas do Milênio). Nova York, 14 de setembro de 2005

MULHER

A colaboração marcante das mulheres para o desenvolvimento do país, no desempenho de cargos cada vez mais importantes na política e na

economia, é motivo de satisfação e demonstração alentadora de progresso no caminho da eliminação dos preconceitos, para alcançar a desejada meta da efetiva igualdade de gênero. A participação expressiva das mulheres no Ministério das Relações Exteriores e na atuação diplomática brasileira em geral é internacionalmente reconhecida. Na qualidade de signatário da Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, o Brasil tem participado ativamente das deliberações no âmbito internacional, no sentido de promover pleno exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das mulheres no mundo.

**Nota à imprensa. “Dia Internacional da Mulher.”
Brasília, 8 de março de 2004**

* * *

A escolha da Ministra Nilcéa Freire para a Presidência da Comissão Interamericana de Mulheres [órgão da OEA] reflete o reconhecimento internacional dos avanços e dos direitos da mulher, bem como reafirma o interesse do Brasil em contribuir de forma mais ativa para os debates sobre o assunto nos foros multilaterais.

**Nota à imprensa. “Eleição da Ministra Nilcéa Freire para
a Presidência da CIM.” Brasília, 29 de outubro de 2004**

SAÚDE

O Brasil assinou, em cerimônia realizada hoje, 16 de junho, na sede da Organização Mundial da Saúde em Genebra, Suíça, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Primeiro instrumento multilateral de saúde pública negociado no âmbito da OMS, a Convenção-Quadro tem por objetivo proteger as gerações presentes e futuras contra as devastadoras

conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas do consumo do tabaco e da exposição à fumaça do tabaco. (...) O papel protagônico do Brasil [nas negociações da Convenção-Quadro] esteve sempre embasado na reconhecida efetividade do programa brasileiro de controle do tabaco, considerado exemplar pela OMS. O programa abrange medidas legislativas contra a publicidade, a promoção e o patrocínio de produtos do tabaco, assim como estratégias e ações destinadas a diminuir a aceitação social do hábito de fumar, restringir o acesso de produtos do tabaco a menores, proteger a população do tabagismo passivo e intensificar os programas de apoio para cessação do hábito de fumar.

Nota à imprensa. “Assinatura da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco”. Brasília, 16 de junho de 2003

* * *

A Declaração de Doha, cuja integridade foi mantida e fortalecida, permanece um instrumento fundamental para as políticas de saúde pública no Brasil. A Declaração reconhece, de forma inequívoca, os direitos dos membros da OMC de conceder licenças compulsórias e de determinar os motivos para a sua concessão. A decisão adotada no dia de hoje consolida o entendimento de que os membros estão habilitados a usar, em sua totalidade, as flexibilidades inerentes ao Acordo TRIPS para enfrentar problemas de saúde pública. O Programa Nacional de DST/AIDS, que é um êxito reconhecido em todo o mundo e modelo para países em desenvolvimento, continuará a beneficiar-se daquelas flexibilidades. (...) A decisão de hoje estende a possibilidade do recurso à licença compulsória a países sem capacidade produtiva, que poderão assim valer-se de importações mais baratas para atender suas necessidades. (...) O Governo brasileiro trabalhou com total transparência e em perfeita sintonia com a sociedade e se orgulha de ter contribuído decisivamente para alcançar uma decisão de consenso em torno de uma questão essencial para os países em desenvolvimento na consecução de seus objetivos de saúde pública.

Nota à imprensa. “Patentes e saúde pública: decisão sobre o parágrafo 6 da Declaração de Doha”. Brasília, 30 de agosto de 2003

* * *

Um país como o Brasil não tem a opção de viver à margem dos processos globais. Dou um exemplo. Temos um programa de combate à AIDS que é mundialmente reconhecido como resposta a um dos piores dramas vividos pela humanidade em nossos dias. Realizamos, em ampla escala, a distribuição de remédios retrovirais. Mas, para que seja viável em um país com recursos escassos, esse programa depende de que os preços dos medicamentos não ultrapassem certos limites razoáveis. (...) As normas sobre patentes já não são definidas isoladamente em cada país, são normas globais. Participamos todos de sua elaboração, de sua interpretação e de sua execução. No caso da AIDS, essa participação é, sem exagero, uma questão de vida ou morte.

Discurso do Presidente Lula na abertura do colóquio “Brasil: ator global”. Paris, 13 de julho de 2005

* * *

A saúde está no centro da Ação contra a Fome e a Pobreza, lançada pelo Presidente Lula e outros líderes mundiais em Nova York, em 2004. A saúde é crucial para o desenvolvimento e para o combate à pobreza. “A fome e a doença são irmãs gêmeas”, disse o Presidente Lula na Assembléia Geral das Nações Unidas no ano passado. (...) O Brasil quer explorar possibilidades de cooperação com organizações internacionais como a OMS. Também queremos expandir a cooperação trilateral com países desenvolvidos em benefício de nações mais pobres. Em parceria com o Canadá, estamos apoiando o programa do Haiti de vacinação contra a hepatite B. (...) O Brasil tem feito valer escrupulosamente seus compromissos

em matéria de propriedade intelectual. Mas as regras em propriedade intelectual, quando relacionadas à saúde pública, devem atender ao interesse público. O próprio acordo TRIPS reconhece esse fato. Além disso, a Declaração Ministerial de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública afirma que o Acordo TRIPS “não impede e não deve impedir Membros de tomar medidas para proteger a saúde pública”.

**Discurso do Ministro Celso Amorim na 60^a
Assembléia Mundial da Saúde. Genebra, 15 de maio
de 2007**

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

A Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, adotada em junho de 1998, configurou um compromisso em torno de propostas que meu Governo apóia integralmente: a liberdade de associação; o direito à negociação coletiva; a eliminação do trabalho forçado; a erradicação do trabalho infantil; a igualdade de remuneração e não-discriminação no emprego. O conceito de “trabalho decente” norteia, no Brasil, a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego. O termo capta o espírito humanista que estamos imprimindo à nossa mobilização nacional e internacional. Trata-se de proporcionar ao trabalhador não apenas um emprego qualquer, mas de assegurar-lhe remuneração justa, processo de trabalho não penoso e criativo, segurança à sua família, respeito aos seus direitos, atenção às suas reivindicações.

**Discurso do Presidente Lula na sessão especial da LXI
Conferência Internacional do Trabalho. Genebra, 2 de
junho de 2003**

* * *

Reafirmamos a nossa convicção de que o trabalho decente, da maneira como é concebido pela OIT, constitui o instrumento mais efetivo de promoção das condições de vida de nossos povos e de sua participação nos frutos do progresso material e humano. Saudamos a próxima Conferência Regional do Emprego do Mercosul, em março de 2004, e desejamos que de seus resultados surjam linhas de ação que permitam a nossas comunidades níveis satisfatórios de coesão social e dignidade do trabalhador e de sua família.

**Consenso de Buenos Aires, assinado pelos Presidentes
Lula e Néstor Kirchner. Buenos Aires, 16 de outubro de
2003**



DESARMAMENTO, NÃO-PROLIFERAÇÃO E SEGURANÇA



DESARMAMENTO, NÃO-PROLIFERAÇÃO E SEGURANÇA

DESARMAMENTO - GERAL

Os nexos intrínsecos entre política externa e defesa têm particular relevância no caso de um país como o nosso, que tem logrado viver em paz com todos os seus vizinhos há mais de cento e trinta anos. Da política externa provieram projetos estratégicos, notadamente o da integração regional, que nos permitiu superar rivalidades, em especial com a Argentina, e que tem como objetivo maior consolidar o estatuto da América do Sul como um espaço de paz, diálogo e cooperação, possibilitando que nos concentremos no desenvolvimento econômico e social. Temos, ademais, assumido liderança em várias iniciativas nos foros multilaterais em que se tratam das questões da segurança, do desarmamento e da não-proliferação. (...) O Brasil beneficia-se de uma projeção internacional singular: a de um país de inegável expressão que não defende uma concepção exclusivista ou auto-centrada, mas sim cooperativa da segurança internacional.

“O Brasil e os novos conceitos globais e hemisféricos de segurança”. Artigo do Ministro Celso Amorim apresentado no ciclo de debates, organizado pelo Ministério da Defesa, sobre atualização do pensamento brasileiro em matéria de defesa e segurança. Itaipava-RJ, 11 e 12 de outubro de 2003

* * *

Os dois Presidentes reafirmaram o direito ao desenvolvimento e ao uso de tecnologias para fins pacíficos e reafirmaram o comprometimento com

a não-proliferação de armas de destruição em massa, em particular as nucleares. Consideraram, nesse aspecto, que a não-proliferação não pode ser dissociada do desarmamento nuclear, o qual permanece como prioridade da comunidade internacional.

**Comunicado Conjunto da visita oficial ao Brasil do
Presidente do Paquistão, Pervez Musharraf. Brasília,
29 de novembro de 2004**

* * *

A fim de enfrentar a ameaça da proliferação de armas de destruição em massa e seus meios de lançamento, de promover o desarmamento nuclear e combater o acúmulo excessivo de armas convencionais tais como armas pequenas e leves e minas terrestres, os dois mandatários [Presidente Lula e Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi] reafirmaram sua determinação de trabalhar juntos pelo fortalecimento do regime internacional de desarmamento e não-proliferação, mediante as seguintes medidas: 1) universalização dos tratados e normas internacionais de desarmamento e não-proliferação e fortalecimento da implementação doméstica desses tratados e normas; 2) fortalecimento dos mecanismo efetivos de controle de exportação; 3) apoio às atividades da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); 4) cooperação, em consonância com o Direito Internacional, no âmbito dos esforços multilaterais para prevenir o tráfico ilícito de armas nucleares, químicas ou biológicas, seus meios de lançamento e materiais conexos; 5) estímulo à implementação do Programa de Ação das Nações Unidas para a Prevenção, o Combate e a Erradicação do Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Leves em Todos os seus Aspectos; 6) Cooperação no âmbito das Nações Unidas nos campos do desarmamento e da não-proliferação, a exemplo da cooperação para assegurar a implementação da Resolução 1540 do Conselho de Segurança; 7) esforços direcionados à assistência a nações afligidas pelas minas terrestres, inclusive apoio material por meio de iniciativas de cooperação.

Declaração Conjunta relativa à cooperação entre o Brasil e o Japão sobre assuntos internacionais. Tóquio, 26 de maio de 2005

* * *

Os Ministros [de Relações Exteriores de Índia, Brasil e África do Sul] expressaram sua convicção de que instituições multilaterais criadas no âmbito de acordos multilaterais de desarmamento devem continuar a ser as instituições e mecanismos primários nos esforços da comunidade internacional para alcançar objetivos comuns na área de desarmamento e não-proliferação.

Comunicado Conjunto da III Reunião da Comissão Mista Trilateral do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). Rio de Janeiro, 30 de março de 2006

* * *

A proliferação de armas de destruição em massa e seus vetores de lançamento constituem crescente ameaça à paz e segurança internacionais. A comunidade internacional compartilha a responsabilidade por ativamente prevenir esse risco. Para esse fim, estamos determinados, em conformidade com as autoridades e a legislação nacional e em consonância com o direito internacional, a colaborar para a prevenção do tráfico ilícito de armas nucleares, químicas e biológicas, os seus vetores de lançamento e materiais relacionados.

Declaração dos Chefes de Estado e de Governo da União Européia e da América Latina e Caribe na IV Cúpula ALC-UE. Viena, 12 de maio de 2006

* * *

[Os mandatários do IBAS] enfatizaram que o desarmamento nuclear e a não-proliferação são processos que se reforçam mutuamente e exigem progresso contínuo e irreversível em ambas as frentes, e reafirmaram a esse respeito que o objetivo da não-proliferação seria melhor servido pela eliminação sistemática e progressiva das armas nucleares de maneira abrangente, universal, não-discriminatória e verificável. Recordaram que abordagens semelhantes levaram ao estabelecimento de instrumentos internacionais juridicamente vinculantes que eliminaram as armas químicas e biológicas e estão contribuindo para a eliminação total dessas armas e reafirmaram seu compromisso de esforçar-se nos foros multilaterais relevantes em busca de um instrumento universal para proibir as armas nucleares e realizar sua completa eliminação. Enfatizaram a necessidade de iniciar negociação sobre um programa em etapas para a completa eliminação das armas nucleares dentro de uma estrutura temporal especificada para eliminar as armas nucleares, proibir seu desenvolvimento, produção, aquisição, armazenamento, transferência, uso ou ameaça de uso, e determinar sua destruição.

I Reunião de Cúpula do IBAS. Comunicado de Imprensa. Brasília, 13 de setembro de 2006

TRATADO DE NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES (TNP)

O Brasil tem defendido a tese de irreversibilidade dos compromissos internacionais de desarmamento e não-proliferação. O Brasil é parte do TNP, bem como de vários outros tratados de desarmamento e não-proliferação, nas áreas nuclear, química e biológica, os quais respeita escrupulosamente. O Brasil defende o uso da energia nuclear exclusivamente para fins pacíficos, conforme preceito inscrito na Constituição de 1988, que determina que “toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional”. O Brasil apóia vigorosamente a eliminação total de armas

nucleares, de acordo com o estabelecido no Artigo 6 do TNP, e o cumprimento do compromisso inequívoco assumido pelos países nucleares na última Conferência de Revisão do TNP.

Nota à imprensa. “Tratado para a Não-Proliferação das Armas Nucleares.” Brasília, 12 de janeiro de 2003

* * *

Os Ministros [da Coalização da Nova Agenda] manifestaram sua profunda preocupação com a falta de progresso até o momento na implementação dos “13 passos” para alcançar o desarmamento nuclear, acordados pelos Estados Parte do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, na Conferência de Revisão de 2000. Os Ministros enfatizaram que cada um dos artigos do TNP é mandatário para cada um dos Estados Membros, em todo momento e circunstância, que os Estados Membros devem ser considerados responsáveis pelo estrito cumprimento das respectivas obrigações derivadas do Tratado e reiteraram que a implementação das obrigações assumidas no âmbito do Tratado permanecem sendo imperativas. Os Ministros recordaram que o progresso contínuo e irreversível na redução de armas nucleares é pré-requisito fundamental para promover a não-proliferação. (...) Os Ministros enfatizaram que o recente debate internacional sobre armas de destruição em massa sublinhou que a única garantia contra o uso de qualquer arma de destruição em massa em qualquer lugar, inclusive as armas nucleares, é a sua total eliminação e a segurança de que nunca serão usadas ou produzidas novamente.

Declaração dos Ministros das Relações Exteriores dos Países da Coalização da Nova Agenda (Brasil, Egito, Irlanda, México, Nova Zelândia, África do Sul e Suécia). Nova York, 23 de setembro de 2003

* * *

O programa nuclear do País – que se destina, como prevê a Constituição, a finalidades estritamente pacíficas – está sob salvaguardas abrangentes da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC) e da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) desde 1994, sem que jamais tenha sido suscitada qualquer dúvida a respeito do absoluto cumprimento de nossas obrigações à luz dos instrumentos internacionais que regulam matérias de desarmamento e não-proliferação de que o Brasil é parte plena: o Tratado de Tlatelolco e o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), bem como o Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT), embora este último instrumento não se encontre ainda em vigor, por não ter sido ratificado por países que dispõem de tecnologia avançada, inclusive armamento nuclear.

**Nota à imprensa. “Programa Nuclear Brasileiro.”
Brasília, 5 de abril de 2004**

* * *

Reiteram [os Chefes de Estado e Governo dos países sul-americanos e árabes] suas posições de princípio sobre o desarmamento nuclear e a não-proliferação de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa, bem como sua profunda preocupação com a lentidão do processo de desarmamento nuclear. Reafirmam, ainda, a ilegitimidade do uso ou da ameaça de uso de armas nucleares por qualquer Estado e ressaltam a importância das garantias de segurança aos países que não possuem armas nucleares e, neste sentido, de ações efetivas para a adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e de progressos na universalização de outros acordos relevantes negociados multilateralmente nas áreas do desarmamento e da não-proliferação.

**Declaração de Brasília, assinada pelos países integrantes
da Cúpula América do Sul-Países Árabes. Brasília, 11
de maio de 2005**

**PROTOCOLO ADICIONAL DA AGÊNCIA INTERNACIONAL
DE ENERGIA ATÔMICA (AIEA)**

Do ponto de vista do Brasil, as conferências de exame do TNP são o foro mais adequado para discussões sobre uma possível mudança do status do Protocolo Adicional. Por isso, minha delegação estima ser necessário relembrar que este instrumento foi negociado e aprovado segundo o entendimento de que sua adoção ocorreria sob termos estritamente voluntários. O Brasil se preocupa com o elemento de dúvida que possa pairar sobre os países não nuclearmente armados que não assinaram um Protocolo Adicional, mas cumprem rigorosamente suas respectivas obrigações sob o TNP. Também estamos preocupados com o fato de que a atualização dos procedimentos de verificação da Agência vem contribuindo para a incorporação de elementos do Protocolo Adicional aos procedimentos de inspeção.

**Pronunciamento do Embaixador Antônio José Vallim
Guerreiro, Chefe da Delegação do Brasil à L Sessão da
Conferência Geral da AIEA. Viena, 18-22 de setembro
de 2006**

**ORGANISMO PARA A PROSCRIÇÃO DAS ARMAS NUCLEARES
NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (OPANAL)**

O fortalecimento do OPANAL deve dar-se no marco dos princípios, objetivos e obrigações [do Tratado] de Tlatelolco, a fim de reivindicar o papel central que cabe ao Organismo e evitar a duplicação de esforços já empreendidos por outros organismos regionais ou multilaterais. (...) As Zonas Livres de Armas Nucleares são um poderoso instrumento político que pode contribuir de forma decisiva para impulsionar a agenda do desarmamento nuclear. É preciso trabalhar conjuntamente para transformar esse potencial em realidade. (...) Nesse sentido, o Brasil entende que devemos

continuar nosso empenho para exigir que as potências nuclearmente armadas retirem ou modifiquem as declarações interpretativas que haviam formulado por ocasião da assinatura ou ratificação dos Protocolos Adicionais I e II do Tratado de Tlatelolco.

Discurso do Chefe da delegação do Brasil, Embaixador Gelson Fonseca Júnior, na XIX Conferência Geral do OPANAL. Santiago, Chile, 7 de novembro de 2005

TERRORISMO

A luta contra o terrorismo não pode ser encarada como incompatível com a promoção e o fortalecimento dos direitos humanos, inclusive o direito a uma vida digna. Essa noção não tem sido enfatizada com a firmeza necessária. (...) Devemos (...) evitar que o legítimo reforço de medidas de segurança – contra o bioterrorismo, por exemplo – se transforme na imposição de uma nova categoria disfarçada de barreiras não-tarifárias ao comércio internacional.

Palavras do Presidente Lula na conferência “Combatendo o Terrorismo em Prol da Humanidade”. Nova York, 22 de setembro de 2003

* * *

Atos bárbaros de terrorismo continuam sendo perpetrados contra inocentes e indefesos. O combate a esse flagelo exige firmeza. Mas não o derrotaremos apenas pela repressão. Precisamos evitar que o terrorismo crie raízes em meio à desesperança. Temos de rejeitar o preconceito e a discriminação, sob qualquer disfarce ou pretexto. No combate à violência irracional nossas melhores armas são a cultura do diálogo, a promoção do desenvolvimento e a defesa intransigente dos direitos humanos.

Discurso do Presidente Lula na Cúpula do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nova York, 14 de setembro de 2005

* * *

O Brasil rejeita de maneira veemente esses atos abomináveis, que atentam contra a própria noção de humanidade. Continuaremos a prestar nosso apoio a uma maior cooperação internacional para o combate ao terrorismo e para a eliminação de suas causas profundas. Esses esforços devem respeitar o direito internacional e os direitos humanos. A luta contra o terrorismo não pode ser vista estritamente em termos de repressão por instituições policiais. Não podem tampouco tais ações resultar em mortes tão absurdas e indiscriminadas como as provocadas pelo próprio terrorismo. Apesar de não haver vínculo automático entre pobreza e terrorismo, problemas socioeconômicos severos – em particular, quando combinados com a ausência de liberdades civis e políticas – são fatores que podem expor as comunidades a atitudes extremas de grupos fanatizados. Expresso, desde já, a disposição brasileira de trabalhar intensamente com vistas à pronta conclusão de uma convenção abrangente sobre terrorismo.

Discurso do Ministro Celso Amorim na abertura do debate geral da LX da Assembléia Geral das Nações Unidas. Nova York, 17 de setembro de 2005

Tríplice Fronteira

O Governo brasileiro entende que, à luz das informações disponíveis, não há indícios da ocorrência, naquela região [Tríplice Fronteira], de atividades ligadas ao terrorismo ou a seu financiamento. Tal posição é compartilhada pelos Governos da Argentina e do Paraguai, conforme o Comunicado Conjunto adotado ao final da reunião de Buenos Aires. O Brasil reitera seu

compromisso com a cooperação internacional como instrumento de prevenção e combate ao terrorismo e seu financiamento, que se devem dar no marco da estrita observância do Direito Internacional, dos Direitos Humanos, do Direito Internacional Humanitário, do devido processo legal e da ampla defesa. Iniciativas e declarações unilaterais que singularizem, de forma arbitrária, a Tríplice Fronteira causam prejuízo indevido à região.

Nota à imprensa. “Tríplice Fronteira”. Brasília, 7 de dezembro de 2006

ILÍCITOS TRANSNACIONAIS

Os Presidentes destacaram (...) a necessidade de aprofundar a cooperação internacional para combater o terrorismo, a delinqüência organizada transnacional, o tráfico de armas e munições, o problema mundial das drogas e os delitos conexos, o seqüestro e o tráfico de pessoas dentro de uma perspectiva de responsabilidade compartilhada, assim como seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento econômico e social dos países.

Declaração Conjunta do Presidente Lula e do Presidente da República da Colômbia, Álvaro Uribe. Bogotá, 14 de dezembro de 2005

* * *

Os Governos da República Federativa do Brasil, da República Argentina e da República do Paraguai decidiram iniciar as atividades de investigação de inteligência policial e troca de informações nas instalações físicas do Centro Regional de Inteligência (CRI) de Foz do Iguaçu, que está em condições de operar no edifício da Delegacia de Polícia Federal naquela cidade. Para aprofundar a cooperação na área de segurança pública em geral, e em especial na região da tríplice fronteira, os Governos da Argentina

e do Paraguai aceitaram convite do Governo do Brasil para designarem instituições policiais nacionais para integrar o CRI de Foz do Iguaçu. Os integrantes do Centro serão funcionários oriundos da Polícia Federal brasileira, da Polícia Federal argentina e da Polícia Nacional paraguaia. A criação do CRI insere-se no âmbito das iniciativas que vêm sendo tomadas pelos Governos de Brasil, Argentina e Paraguai para fortalecer a coordenação das atividades de investigação policial, de modo a prevenir e combater a prática de ilícitos naquela região.

Nota à imprensa. “Centro Regional de Inteligência de Foz de Iguaçu.” Brasília, 1º de dezembro de 2006

* * *

O Brasil e a UE concordam em trabalhar conjuntamente para enfrentar os desafios mundiais mais prementes em matéria de paz e segurança, tais como as questões de desarmamento, não-proliferação e controle de armamentos, em particular no que se refere a armas nucleares, químicas e biológicas, bem como seus meios de lançamento; as ações do crime organizado transnacional, como o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro, o tráfico de armas de pequeno calibre, armas leves e munição, o tráfico de seres humanos, bem como o terrorismo e a migração clandestina. Ambas as partes manifestam seu compromisso com o Mecanismo de Coordenação e Cooperação em matéria de Drogas entre a União Européia e a América Latina e o Caribe.

Cúpula Brasil-União Européia. Declaração Conjunta. Lisboa, 4 de julho de 2007





TEMAS CULTURAIS





TEMAS CULTURAIS

DIPLOMACIA CULTURAL – GERAL

A cultura é, sem dúvida, um elo imprescindível de aproximação humana e espiritual. Nenhum processo de integração pode prescindir do engajamento da população. Para caminharmos de mãos dadas [na região], é preciso que nos conheçamos melhor. As artes são as mais belas janelas sobre a alma do ser humano e o seu contexto social. É pela mistura única de razão e emoção que a arte elimina as barreiras e as defesas. (...) Não podemos nos esquecer (...) da dimensão econômica do evento artístico. O comércio internacional de bens culturais movimentava hoje cerca de US\$ 2 trilhões por ano. Mas é um comércio desigual. Segundo a UNESCO, um grupo de cinco países é responsável por mais de 50% do intercâmbio internacional de bens culturais. Não esqueçamos que a cultura é também atividade econômica, geradora de emprego e riqueza.

Discurso do Presidente Lula na abertura da 4ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul. Porto Alegre, 5 de outubro de 2003

* * *

A cultura e a produção cultural devem ser também encaradas como fatores de geração de renda e emprego, de inclusão social, de cidadania, de crescimento individual e coletivo, e de inserção soberana no processo de globalização. Nessa dupla condição, o homem público não pode desconhecer o papel fundamental que a cultura e a produção cultural desempenham no contexto das negociações econômicas e políticas de

nossos dias, tanto na vida interna dos países como nas relações internacionais. (...) Nos fóruns multilaterais, temos defendido a exceção dos bens e serviços culturais, que merecem tratamento diferenciado. Reativamos o Mercosul Cultural, impulsionamos a Comunidade de Países de Língua Portuguesa e estamos em negociações específicas com outros países em desenvolvimento, como a Índia, a África do Sul, o México e a Austrália.

Discurso do Presidente Lula na solenidade de abertura do Fórum Cultural Mundial. São Paulo, 29 de junho de 2004

* * *

A cultura e língua portuguesas, por sua universalidade, muito podem contribuir para que os povos dos países-irmãos da África e do Timor Leste também possam prosperar neste mundo cada vez globalizado.

Discurso do Presidente Lula por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates. Brasília, 9 de agosto de 2006

* * *

O Ministério das Relações Exteriores, por meio de seu Departamento Cultural, tem como uma de suas funções contribuir para a divulgação, no exterior, da arte e da cultura brasileiras. Para isso, o Itamaraty vem produzindo exposições de artes plásticas, fotografias e outras formas de expressão. O Brasil, porém, não se encontra isolado do resto do mundo. Ao contrário, compartilha com outros países costumes, valores e tradições que aproximam os brasileiros de outros povos, vizinhos ou não. Por isso, as exposições de arte promovidas pelo Itamaraty visam a realçar a criatividade não só dos artistas brasileiros, mas também de seus congêneres sul-americanos (...).

**Sítio na Internet do Departamento Cultural do
Ministério das Relações Exteriores (MRE). Acesso em
12 de setembro de 2007**

* * *

Os Centros de Estudos Brasileiros (CEBs) são instituições diretamente subordinadas ao Chefe da Missão Diplomática ou repartição consular do Brasil em cada país, constituindo o principal instrumento de execução da nossa política cultural no exterior. Suas atividades estão relacionadas ao ensino sistemático da Língua Portuguesa falada no Brasil; à difusão da Literatura Brasileira; à distribuição de material informativo sobre o Brasil; à organização de exposições de artes visuais e espetáculos teatrais; à co-edição e distribuição de textos de autores nacionais; à difusão de nossa música erudita e popular; à divulgação da cinematografia brasileira; além de outras formas de expressão cultural brasileira, como palestras, seminários etc. No momento, existem em funcionamento quinze unidades, assim distribuídas: nove no continente americano; três no continente europeu; e três no continente africano.

**Sítio na Internet do Departamento Cultural do
Ministério das Relações Exteriores (MRE). Acesso em
12 de setembro de 2007**

* * *

A rede de Litorados reúne professores especialistas em língua portuguesa, literatura e cultura brasileiras, que atuam em conceituadas universidades estrangeiras, selecionados pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC). Atualmente o Departamento Cultural do Itamaraty coordena e subsidia as atividades de trinta e três litorados, distribuídos em universidades de reconhecido prestígio, em vinte

e dois países. O crescente número de alunos matriculados nos cursos oferecidos pelo leitorado revela o êxito dessa modalidade de promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira, que atinge uma parcela qualitativa das populações locais, no âmbito das comunidades acadêmicas formadoras de opinião. Adicionalmente, o Departamento Cultural colabora com diversas outras instituições acadêmicas estrangeiras que desenvolvem trabalhos voltados para o estudo de temas brasileiros. Concede, ainda, auxílio financeiro para os Núcleos de Estudos Brasileiros de Austin, Leiden, Caracas e Montevideu. Além de prestar apoio financeiro, o Departamento Cultural procura contribuir para as atividades desenvolvidas, facilitando intercâmbios e doações de material cultural.

**Sítio na Internet do Departamento Cultural do
Ministério das Relações Exteriores (MRE). Acesso em
12 de setembro de 2007**

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A
EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO)**

Reconhecemos [os Chefes de Estado e de Governo da União Européia e da América Latina e Caribe] a importância da diversidade cultural enquanto fator de desenvolvimento, crescimento e estabilidade, conforme exemplificados pela aprovação, em outubro de 2005, da Convenção da UNESCO para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Apoiamos a sua rápida ratificação e implementação. Reconhecemos que a cooperação cultural é essencial para fomentar o diálogo intercultural e a compreensão mútua. Reafirmamos, além disso, a nossa convicção de que as atividades e indústrias culturais desempenham um papel importante na defesa, desenvolvimento e promoção da diversidade cultural. Comprometemo-nos a procurar meios que permitam reforçar tanto a cooperação União Européia-América Latina e Caribe como a cooperação intra-ALC e os intercâmbios de conhecimentos e

boas práticas neste domínio, além de incrementar a cooperação entre a UE e a ALC no quadro da UNESCO.

Declaração de Viena. IV Cúpula ALC-UE. Viena, 12 de maio de 2006

* * *

O Brasil é internacionalmente reconhecido como um dos países que está na vanguarda em matéria de proteção de seu patrimônio imaterial – essas expressões e práticas vivas e enraizadas na nossa vida cotidiana. Desenvolvemos, nesse campo, uma política sistemática e econsistente, apoiada em larga experiência anterior, cujas origens remontam ao anteprojeto de lei de proteção do patrimônio cultural elaborado já em 1936 por Mário de Andrade. O Brasil conta com legislação específica para o reconhecimento e a valorização do patrimônio imaterial – o Decreto 3.551, de 4/8/2000 –, uma metodologia – o Inventário Nacional de Referências Culturais – e arcabouço institucional, no âmbito do IPHAN. Duas manifestações brasileiras – as “Expressões Orais e Gráficas dos Wajãpi” e o “Samba de Roda do Recôncavo Baiano” – já foram proclamadas pela UNESCO Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.

Nota à imprensa. “Assembléia dos Estados Partes na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial – A preservação dos saberes, fazeres e falares em discussão na UNESCO.” Brasília, 27 de junho de 2006

* * *

Conclamamos toda a comunidade internacional, os membros do G-8, a UNESCO e todos os organismos internacionais para intensificar a

cooperação para atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio e as Metas de Dacar. Nesse contexto, aplaudimos e apoiamos o Plano de Ação Global da UNESCO, destinado a atingir os objetivos centrais de “Educação para Todos”, e reconhecemos a importância da Declaração de Monterrey emitida pelos países do E-9.

Documento de Posição assinado por África do Sul, Brasil, China, Índia, México e República do Congo, emitido por ocasião da Cúpula do G-8. São Petersburgo, 16 de julho de 2006

COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA



COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

O conhecimento científico é estratégico para a inserção mais ampla de nossos países no mundo de hoje. Ele deve inspirar um desenvolvimento tecnológico, que leve em conta os diversos fatores do desenvolvimento sustentável.

Discurso do Presidente Lula na solenidade de abertura do Encontro “Brasil-Índia – Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas e Possibilidades”. Nova Delhi, 27 de janeiro de 2004

* * *

A cooperação é um instrumento fundamental para a política externa brasileira. A Agência Brasileira de Cooperação, integrada à estrutura organizacional do Ministério das Relações Exteriores, tem desempenhado uma tarefa de extrema relevância para a aproximação entre o Brasil e outros países, em especial do mundo em desenvolvimento. (...) Estamos procurando atender às crescentes demandas por cooperação, dando prioridade aos setores nos quais podemos oferecer uma contribuição expressiva. Entre as áreas de atuação mais intensa da ABC, destaco as de agricultura, educação (programas de alfabetização), formação de quadros técnicos, biocombustíveis (etanol e biodiesel), saúde (combate ao HIV/AIDS), apoio eleitoral (urnas eletrônicas), cooperação desportiva (futebol), entre outras. Ao oferecer oportunidades de cooperação, o Brasil não almeja o lucro ou o ganho comercial. Tampouco há “condicionalidades” envolvidas. Buscamos tornar realidade uma visão nova das relações entre os países em desenvolvimento, inspirada na comunhão de interesses e na

ajuda mútua. (...) Não menos importante é a cooperação triangular que o Brasil vem desenvolvendo com países desenvolvidos e organismos internacionais. O objetivo dessas iniciativas é o estabelecimento de parcerias que beneficiem países mais pobres.

“A cooperação como instrumento da política externa brasileira”. Artigo do Ministro Celso Amorim no ViaABC, publicação da Agência Brasileira de Cooperação, junho de 2006.

* * *

O Sistema Brasileiro de Televisão Digital é mais uma prova da capacidade criativa dos brasileiros, da afirmação da nossa capacidade de escolher e da nossa soberania de decidir, do nosso talento de firmar parcerias e trocas intelectuais saudáveis e vantajosas. A implantação da TV Digital enseja uma oportunidade de desenvolvimento de tecnologias brasileiras que serão adotadas no Sistema Brasileiro de Televisão Digital, em parceria com os nossos irmãos japoneses. Possibilita uma efetiva política industrial que contemple a associação de empresas brasileiras e japonesas.

Discurso do Presidente Lula na cerimônia de assinatura de decreto sobre implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Brasília, 29 de junho de 2006.

* * *

O Primeiro-Ministro da Índia e os Presidentes do Brasil e da África do Sul sublinharam a importância de trabalhar conjuntamente em direção a uma Sociedade da Informação centrada nas pessoas, inclusiva e orientada para o desenvolvimento e renovaram seu apoio aos

resultados da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS), realizada em Genebra e em Tunis, em 2003 e 2005, respectivamente. Concordaram em continuar a coordenar posições para os mecanismos de acompanhamento do WSIS, assim como para os outros fóros e organizações relacionadas com a Sociedade da Informação e Tecnologias de Comunicação (ICTs). Os Chefes de Estado e de Governo enfatizaram a necessidade de promover e realçar estreita cooperação trilateral e capacitação entre os três países nas áreas de inclusão digital, ICTs para o desenvolvimento, assim como governo e governança eletrônicos como forma de reduzir o hiato digital em suas sociedades.

Declaração Conjunta da I Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). Brasília, 13 de setembro de 2006.

* * *

Outro objetivo do Governo brasileiro será intensificar a cooperação técnica, científica e tecnológica, a fim de aumentar a competitividade dos bens e serviços nacionais e dotar de maior autonomia a capacidade tecnológica do País. Serão reforçadas as parcerias de cooperação que incentivem a inovação e o desenvolvimento industrial, especialmente na área de biocombustíveis. Na área específica da cooperação técnica, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem realizado ações nas áreas de saúde, agricultura, formação profissional e energia, entre outras, tais como a execução de projetos, a assinatura de acordos e missões de prospecção, execução e avaliação.

Orientação Estratégica do Ministério das Relações Exteriores, Plano Plurianual 2008-2011. Brasília, 4 de maio de 2007.

COOPERAÇÃO ESPACIAL

O Acordo entre o Brasil e a Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação da Ucrânia em Lançamentos a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara (AST Brasil-Ucrânia) não contém as chamadas cláusulas “políticas”, incluídas no Acordo com os EUA de 2000 e consideradas inaceitáveis pelo Congresso Nacional. O Acordo com a Ucrânia é, portanto, distinto do Acordo com os EUA de 2000 e não inclui os seguintes dispositivos: proibição de usar dinheiro dos lançamentos no desenvolvimento de veículos lançadores; proibição de cooperar com países que não sejam membros do MTCR; possibilidade de veto político unilateral; e obrigatoriedade de assinar novos acordos de salvaguardas com outros países.

Nota à imprensa. “Acordo Brasil-Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas”. Brasília, 11 de novembro de 2004

* * *

O Programa CBERS, que vem sendo desenvolvido conjuntamente por Brasil e China desde 1988, constitui exemplo bem-sucedido de cooperação Sul-Sul em matéria de alta tecnologia e é um dos pilares da parceria estratégica entre os dois países. O CBERS é hoje um dos principais programas de sensoriamento remoto em todo o mundo, ao lado do norte-americano LANDSAT, do Francês SPOT e do indiano ResourceSat. Os satélites CBERS, cujo desenvolvimento no Brasil está a cargo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), constituem elemento de grande importância no contexto do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) coordenado pela Agência Espacial Brasileira (AEB). Além de promover a inovação e o desenvolvimento da indústria espacial brasileira, o Programa CBERS gera empregos em um setor de alta tecnologia fundamental para o crescimento do país (...). Além disso, o Brasil e a China vêm distribuindo gratuitamente para países vizinhos imagens

CBERS e promovendo atividades de capacitação técnica para sua utilização.

Nota à imprensa. “Lançamento do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres CBERS-2B”. Brasília, 17 de setembro de 2007



ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS NO EXTERIOR



ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS NO EXTERIOR

O Decreto nº 5.979, de 6 de dezembro de 2006, que aprova a estrutura regimental do Itamaraty, criou em seu Anexo I a Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), com as atribuições de “cuidar dos temas relativos aos brasileiros no exterior e aos estrangeiros que desejam ingressar no Brasil, incluindo-se a cooperação judiciária internacional.” (...) Com a criação da SGEB o Governo brasileiro dota o MRE de um novo instrumento para lidar com o aumento da presença de brasileiros no exterior e com o fluxo crescente de pessoas entre o Brasil e outros países, que têm multiplicado as demandas por serviços consulares.

Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, sítio na Internet do Ministério das Relações Exteriores, acesso em 26 de outubro de 2007

* * *

O crescente número de brasileiros que vivem no exterior apresenta novos desafios à atividade consular, que deve estar aparelhada para a prestação de uma assistência expedita e cada vez mais individualizada. Sempre que surgirem situações de instabilidade, como a que ora se verifica no Golfo, serão montados esquemas especiais de atendimento a nacionais que precisem de proteção ou desejem regressar ao Brasil. Não devemos esquecer que a assistência consular é vitrine do Itamaraty no exterior. É fundamental que tenhamos uma atitude de cortesia e interesse pelos problemas e indagações daqueles que procuram um Consulado brasileiro.

**“A diplomacia do Governo Lula”, conferência do
Ministro Celso Amorim no Instituto Rio Branco.
Brasília, 10 de abril de 2003**

* * *

As mais recentes notícias, acompanhadas de imagens de forte impacto, relativas às circunstâncias trágicas que resultaram na morte do cidadão brasileiro, Jean Charles de Menezes, no último dia 22 de julho, agravam o sentimento de indignação do Governo brasileiro. Já em 25 de julho passado, em Londres, o Senhor Ministro Celso Amorim entrevistou-se com o Senhor Jack Straw, Secretário do Exterior do Reino Unido, ocasião em que manifestou o choque e a perplexidade do Governo brasileiro.

**Nota à imprensa. “Acompanhamento das investigações
sobre a morte do cidadão brasileiro Jean Charles de
Menezes em Londres”. Brasília, 18 de agosto de 2005**

* * *

Na noite de ontem, 19 de julho, o Ministro Celso Amorim conversou por telefone com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, e, na manhã de hoje, com a Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, para tratar da crise no Líbano e da situação dos cidadãos brasileiros naquele país. A ambos, expressou a importância de um cessar-fogo imediato. O Ministro Amorim salientou o caráter desproporcional da reação militar de Israel. Especificamente em relação à situação de brasileiros, solicitou colaboração para assegurar, junto às autoridades isralenses, contenção em ações militares, de forma a diminuir o risco de que nacionais brasileiros sejam atingidos. Também hoje, o Ministro Amorim manteve contato com o Ministro das Relações Exteriores da Turquia, Abdullah Gül, a quem agradeceu o apoio dado pelas autoridades turcas para a retirada de brasileiros da região. O Ministro Celso Amorim convocou a seu Gabinete,

ainda na manhã de hoje, a Embaixadora de Israel no Brasil, Tzipora Rimón, a quem manifestou grande preocupação com a escalada do conflito militar no Líbano e com a situação dos cidadãos brasileiros naquele país. A propósito, solicitou que as forças militares israelenses não ataquem áreas identificadas como de grande concentração de brasileiros ou por onde passem comboios levando nacionais que estejam sendo retirados do Líbano. O Itamaraty, em articulação com o Gabinete de Segurança Institucional e outros órgãos do Governo, além de lideranças da comunidade libanesa no Brasil, continua a atuar com o objetivo de retirar cidadãos brasileiros da região.

Nota à imprensa. “Situação dos cidadãos brasileiros no Líbano”. Brasília, 20 de julho de 2006

* * *

Com a chegada ontem, 21 de agosto, do vôo da Força Aérea Brasileira (FAB), procedente de Adana, com 102 passageiros a bordo, concluíram-se as atividades de retirada de brasileiros do Líbano, iniciadas em 18 de julho passado. Ao todo, foram retiradas 2.950 pessoas, sendo que, desta, 2.678 foram transportadas em quatorze vôos da FAB e em quatro vôos efetuados pelas companhias aéreas brasileiras TAM, GOL, BRA e VARIG. A diferença de 272 pessoas refere-se àqueles que retornaram ao Brasil por meios próprios ou decidiram permanecer nas regiões fora da zona de conflito para retornar posteriormente ao Líbano. A operação de retirada de brasileiros do Líbano foi acompanhada de assistência humanitária, tendo sido enviadas 4,2 toneladas de medicamentos do Ministério da Saúde e 5,2 toneladas de mantimentos e alimentos coletados pela comunidade libanesa de São Paulo. Esta ajuda foi transportada pela FAB, inclusive no vôo que conduziu o Ministro Celso Amorim a Beirute, no último dia 15. Além disso, cerca de 3,2 toneladas de doações da comunidade libanesa foram transportadas pela VARIG. O Consulado-Geral em Beirute continua mobilizado para prestar a

assistência consular de praxe para os brasileiros que permaneceram no Líbano.

Nota à imprensa. “Operação de retirada de brasileiros do Líbano”. Brasília, 22 de agosto de 2006

* * *

Os Presidentes reconheceram a importância do papel desempenhado por brasileiros nos Estados Unidos e por estadunidenses no Brasil. Comprometeram-se a aperfeiçoar a cooperação bilateral e atividades consulares, mediante a expansão das respectivas redes consulares.

Declaração Conjunta por ocasião da visita do Presidente Lula aos Estados Unidos. Camp David, 31 de março de 2007

* * *

Na área de assistência às comunidades brasileiras no exterior, o número de nacionais que emigraram tem crescido significativamente nos últimos anos. À luz dessa nova realidade, a rede consular está sendo recuperada, incluindo a abertura de novos Consulados, com vistas a fornecer proteção a esses brasileiros vivendo fora do País. O Governo brasileiro deve estar preparado para atender às necessidades de seus nacionais em situações de emergência, como pôde ser verificado na bem-sucedida operação de retirada dos cidadãos brasileiros do Líbano, por ocasião do conflito de julho/agosto de 2006.

Orientação Estratégica do Ministério das Relações Exteriores, Plano Plurianual 2008-2011. Brasília, 4 de maio de 2007

* * *

O Ministério das Relações Exteriores recebeu a notícia de que a Polícia Metropolitana Scotland Yard foi condenada a pagar multa de 175 mil libras mais os custos do processo, 385 mil libras, por burlar as normas de segurança e saúde da população na operação que matou o brasileiro Jean Charles de Menezes. Embora sem singularizar os indivíduos responsáveis pela tragédia, a decisão reconhece a responsabilidade da Polícia Metropolitana no caso e abre caminho para novas iniciativas em favor da família daquele inocente cidadão brasileiro. O Ministério das Relações Exteriores renova a solidariedade e o apoio do Governo brasileiro à família de Jean Charles de Menezes e continuará acompanhando o caso e prestando a assistência cabível.

Nota à imprensa. “Absolvição de policiais envolvidos na morte de Jean Charles de Menezes”. Brasília, 11 de maio de 2007

